

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO  
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - JORNALISMO**

**CAROLINA SIQUEIRA DE DAVID**

**MANIFESTAÇÕES DO DIA 15 DE MARÇO:  
UMA ANÁLISE EM *VEJA* E *CARTACAPITAL***

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

Santa Maria, RS

2015

**CAROLINA SIQUEIRA DE DAVID**

**MANIFESTAÇÕES DO DIA 15 DE MARÇO:  
UMA ANÁLISE EM VEJA E CARTACAPITAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal de Santa Maria como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social – Jornalismo.

Orientadora: Prof. Dr<sup>a</sup>. Rejane de Oliveira Pozobon

Santa Maria, RS, Brasil

2015

**CAROLINA SIQUEIRA DE DAVID**

**MANIFESTAÇÕES DO DIA 15 DE MARÇO:  
UMA ANÁLISE EM *VEJA* E *CARTACAPITAL***

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal de Santa Maria como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social – Jornalismo.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr<sup>a</sup>. Rejane de Oliveira Pozobon – UFSM/RS  
(Orientadora)

---

Prof. Dr<sup>a</sup>. Jaqueline Quincozes da Silva Kegler – UFSM/RS

---

Mestranda Andressa Costa Prates – UFSM/RS

Santa Maria, 14 de dezembro de 2015

## Agradecimentos

Aos meus pais, Renato e Ana Luiza, por todo suporte, conforto e tranquilidade que me proporcionaram sempre, mas especialmente nesses quatro anos de faculdade,

À professora e orientadora Rejane Pozobon, pela cumplicidade e dedicação ímpar,

A minha grande família que sempre se faz presente em todos os momentos da minha vida. Um beijo especial na minha irmã Camila, vó Aparecida, vô Valdir, Titi, Manu, Dinda, Antônio, Dindo, tia Rosinha e Bê.

A todas as amizades que a Universidade Federal de Santa Maria me proporcionou, em especial à Marina, por todo o carinho e apoio.

Por fim, agradeço a todas as pessoas que, durante todo esse tempo, me mandaram boas energias e me proporcionaram muitos sorrisos.

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar o enquadramento proposto pelas revistas *Veja* e *CartaCapital* acerca das manifestações que ocorreram no dia 15 de março de 2015 no Brasil. Para tanto, trazemos um mapeamento do conceito de enquadramento e sua aplicabilidade na rotina jornalística. Também discorreremos sobre as relações entre mídia e política e a coexistência dos campos sociais que, respectivamente, se inserem: campo dos media e campo político. Foram analisadas as edições publicadas pelas revistas logo após as manifestações, ambas no dia 25 de março de 2015, totalizando três matérias na revista *Veja* e cinco na revista *CartaCapital*. Embasamos-nos em autores como Goffman (1986), Entman (1993), Matthes e Kohring (2008) e Gamson e Modigliani (1989), que nos ajudam a pensar a perspectiva do enquadramento por meio dos dispositivos que o constituem. Ao final, chegamos à conclusão que ambas as revistas trazem enquadramentos similares no momento em que focalizam a fragilidade do governo Dilma, por exemplo. Porém, ao longo da análise, podemos ver que *CartaCapital* traz uma abordagem mais contextual e problematizada para pensar as manifestações.

**Palavras-chave:** Enquadramentos, manifestações 15 de março, revista *Veja*, revista *CartaCapital*.

## ABSTRACT

This work aims to analyze the frameworks proposed by magazines *Veja* and *CartaCapital* about the manifestations that occurred on March 15, 2015 in Brazil. To this end, we bring a mapping of the concept of framing and its applicability in the journalistic routine. We also discourse about the relationship between media and politics and the coexistence of social fields which they respectively fall: medias field and political field. It were analyzed the editions of the magazines publicated after the events, both on March 25, totaling three subjects in *Veja* and five in *Carta Capital*. This research is based on authors such as Goffman (1986), Entman (1993), Matthes and Kohring (2008) and Gamson and Modigliani (1989), that help us to think about the prospect of the framework by means of the devices that constitute it. At the end, we concluded that both magazines bring similar frameworks at the time that focus the fragility of the Dilma government, for example. However, during the analysis, we can see that *CartaCapital* brings a more contextual and problematized approach about the manifestations.

**Keywords:** Frameworks, manifestations of March 15, *Veja* magazine, *CartaCapital* magazine.

## LISTA DE IMAGENS

|  |    |
|--|----|
| Capa <i>Veja</i> , edição 2418, 25 de março de 2015 .....        | 45 |
| Capa <i>CartaCapital</i> , edição 842, 25 de março de 2015 ..... | 45 |

## LISTA DE QUADROS

|  |    |
|--|----|
| Quadro 1 - Matéria: “O governo vai ter de ouvir” .....   | 47 |
| Quadro 2 - Matéria: “As regras do jogo” .....  | 48 |
| Quadro 3 - Matéria: “Há multidões em mim” .....  | 49 |
| Quadro 4 - Matéria: “Começar de novo?” .....   | 54 |
| Quadro 5 - Matéria: “O Brasil explica a si mesmo: estado patrimonialista, governo no breu, povo no limbo pela prepotência de uma elite predadora” .....                                    | 55 |
| Quadro 6 - Matéria: “O fim do mito da civilidade política: a grosseria, fanfarronice e vulgaridade exibidas pela direita antes da ditadura renascem com força no cenário” .....            | 56 |
| Quadro 7 - Matéria: “Sobre marchas e contramarchas: nas almas dos revoltados brasileiros fumegam os miasmas do atraso oligárquico e os vapores da barbárie tecnológica hipermoderna” ..... | 57 |
| Quadro 8 - Matéria: “A era da fúria: o tom raivoso e intransigente das manifestações é expressão de uma tendência mundial” .....   | 58 |



## LISTA DE ANEXOS

|  |    |
|--|----|
| ANEXO A - “O governo vai ter de ouvir” .....   | 71 |
| ANEXO B - “As regras do jogo” .....  | 74 |
| ANEXO C - “Há multidões em mim” .....  | 76 |
| ANEXO D - “Começar de novo?” .....   | 78 |
| ANEXO E - “O Brasil explica a si mesmo: estado patrimonialista, governo no breu, povo no limbo pela prepotência de uma elite predadora” .....                                    | 82 |
| ANEXO F - “O fim do mito da civilidade política: a grosseria, fanfarronice e vulgaridade exibidas pela direita antes da ditadura renascem com força no cenário” .....            | 86 |
| ANEXO G - “Sobre marchas e contramarchas: nas almas dos revoltados brasileiros fumegam os miasmas do atraso oligárquico e os vapores da barbárie tecnológica hipermoderna” ..... | 88 |
| ANEXO H - “A era da fúria: o tom raivoso e intransigente das manifestações é expressão de uma tendência mundial” .....   | 90 |

## SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>   | <b>10</b> |
| <b>1 ACONTECIMENTO, AGENDAMENTO E ENQUADRAMENTO .....</b>   | <b>14</b> |
| 1.1 ACONTECIMENTO E TEORIA DA AGENDA .....  | 14        |
| 1.2 PERSPECTIVA TEÓRICA DO ENQUADRAMENTO .....  | 20        |
| 1.3 ESTUDOS SOBRE ENQUADRAMENTO APLICADOS AO JORNALISMO .....   | 26        |
| <b>2 RELAÇÕES ENTRE MÍDIA E POLÍTICA .....</b>  | <b>32</b> |
| 2.1 RELAÇÕES ENTRE MÍDIA, PODER E POLÍTICA .....  | 32        |
| 2.2 CAMPOS SOCIAIS: CAMPO POLÍTICO E CAMPO DOS MEDIA .....  | 35        |
| <b>3 PERCURSO METODOLÓGICO E ESCOLHAS ESPECÍFICAS .....</b>   | <b>39</b> |
| 3.1 PERSPECTIVA METODOLÓGICA DO ENQUADRAMENTO .....   | 39        |
| 3.2 OBJETOS DE ESTUDO: <i>VEJA E CARTACAPITAL</i> .....   | 41        |
| <b>4 ENQUADRAMENTOS DE <i>VEJA E CARTACAPITAL</i> ACERCA DAS<br/>MANIFESTAÇÕES DO DIA 15 DE MARÇO .....</b> | <b>46</b> |
| 4.1 ANÁLISE EM <i>VEJA</i> .....  | 47        |
| 4.1 ANÁLISE EM <i>CARTACAPITAL</i> .....  | 54        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>   | <b>63</b> |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>   | <b>66</b> |
| <b>ANEXOS .....</b>   | <b>71</b> |

## INTRODUÇÃO

O cenário mídia e política está em constante transformação. Por meio de uma pesquisa bibliográfica, podemos observar que isso acontece significativamente na metade do século passado, quando “a sedução e motivação dos cidadãos comuns passaram gradualmente a ser intermediadas por instrumentos tecnológicos que distanciavam fisicamente os líderes políticos de seus seguidores” (MOTTA, 2015, p. 9).

Os políticos, hoje, estão cada vez mais dependentes de profissionais da comunicação para a construção e divulgação de sua imagem para o público. É comum cada político ter um assessor de imprensa para que sejam divulgadas informações que deem visibilidade positiva a ele e ao seu trabalho. Além disso, o carisma, assim com a personalidade e a vida pessoal, começaram a importar mais que a carta programática e a competência administrativa (MOTTA, 2015). Outra constatação importante é a mudança do discurso político e a indispensável boa oratória que se deve desenvolver, o chamado *timing*, que nada mais é que a adequação da fala a uma performance marqueteira. Ou seja, há uma adaptação dos códigos da mídia na política, e por sua vez, uma transformação de elementos políticos em produtos (MARTINO, 2011).

Todas essas alterações possuem causas e consequências. A mídia não é só um meio de expressão dos acontecimentos existentes, há grandes empresas de caráter privado que a permeiam e, portanto, a mídia pode ser considerada um ator político.

Os conceitos de Motta (2002, 2007, 2015), já citado anteriormente, bem como os de Porto (1999, 2002), Smith (2008), Innerarity (2010) e Hermann (2015) auxiliam a expressar nossas ideias nesta pesquisa. Assim como Lima, no momento que relaciona a legitimidade do poder da mídia com funções e representações que eram legitimadas no passado no campo religioso, “o papel de manutenção e reprodução dos mitos era dos sacerdotes, feiticeiros, mágicos, hoje, esse lugar privilegiado é ocupado pela televisão e [...] pela narrativa melodramática” (2004, p. 22-23).

Neste mesmo sentido, para Rodrigues, nas sociedades tradicionais, eram os mitos que organizavam o quadro de referência de experiência, ou seja, ofereciam referências para os indivíduos pensarem os acontecimentos que ocorriam a eles ao

longo de sua história. Hoje, seria o discurso dos media que “surge como a nova modalidade organizadora da experiência do aleatório” (1990, p. 107).

Dessa forma, pelo grande poder e papel muitas vezes decisivo que a mídia de massa e o jornalismo desempenham na estruturação do espaço público e do imaginário social, se dá a importância desta análise.

Nesta direção, esta pesquisa tem como **tema** a análise do enquadramento da mídia referente às manifestações que ocorreram no Brasil no dia 15 de março de 2015. Os objetos de análise são as revistas *Veja* e *CartaCapital*. Definimos como **problema da pesquisa**: quais são os enquadramentos propostos por *Veja* e *CartaCapital* em relação às manifestações do dia 15 de março de 2015?

Partindo dessa premissa, o **objetivo geral** desta pesquisa é analisar o enquadramento jornalístico na edição das revistas *Veja* e *CartaCapital* referente às manifestações do dia 15 de março de 2015.

Os **objetivos específicos** consistem em:

- Contribuir com a construção do conceito de enquadramento, no que tange as perspectivas teórica e metodológica, através de um acontecimento atual da política;
- Adaptar a metodologia de análise indireta de enquadramento da mídia para a temática das manifestações;
- Observar a relação entre os campos da mídia e da política, por meio da análise de enquadramentos midiáticos.

O conceito norteador deste trabalho é o enquadramento, visto que nos permite “investigar o contexto social e cultural da cognição e analisar o pensamento enquanto a interseção entre o indivíduo e o conjunto de enquadramentos interpretativos disponíveis na sociedade” (PORTO, 1999, p. 16). A perspectiva teórica do enquadramento é vasta, desse modo, nos embasamos nas ideias de Goffman (1986), Entman (1993), Porto (2002), Martino (2013), Rothberg (2015), Campos (2015), dentre outros, para apresentar uma noção básica deste conceito.

Para uma perspectiva comunicacional, adotamos conceitos de Tuchman (1978, 1999), Traquina (1999), Carvalho (2009), Martino (2013), dentre outros, pois são autores que colocam em evidência a participação dos jornalistas na construção da realidade.

O **método** desta pesquisa é a perspectiva metodológica do conceito de enquadramento que parte da ideia de desmembrar um texto em elementos (MATTHES; KOHRING, 2008). Dentre as várias possibilidades de análise, escolhemos a *análise indireta do enquadramento*, nos apoiando na ideia de *pacotes interpretativos* (GAMSON; MODIGLIANI, 1989) que são constituídos por *dispositivos de enquadramento*. Esses dispositivos nos oferecem o resultado por meio da análise de metáforas, exemplos, *slogans*, imagens visuais e representações (VIMIEIRO; MAIA, 2011), que estariam imbricadas nos textos, permitindo que encontremos dados para analisar o posicionamento de cada revista.

A escolha das revistas se deu pelo fato de ambas terem grande circulação nacional e hoje pertencerem a grupos distintos. Sendo a Editora Abril responsável pela revista *Veja* e a Editoria Confiança responsável pela revista *CartaCapital*. Ficou definido, então, que os objetos da pesquisa seriam as edições de ambas as revistas referentes às manifestações. As edições foram publicadas no dia 25 de março de 2015, encontramos três matérias referentes as manifestações na revista *Veja* e cinco na revista *CartaCapital*.

Nesta pesquisa, o **primeiro capítulo** traz alguns autores (ALSINA, 2009; REBELO, 2005; CHARAUDEAU, 2007) que explicam o conceito de acontecimento e como ele é filtrado para ser considerado notícia pelos meios de comunicação. Logo após, trazemos criação da Teoria da Agenda, proposta por McCombs e Shaw em 1968, considerada como agenda de primeira dimensão, depois relacionamos a agenda de segunda dimensão à ideia de enquadramento. Também expomos uma noção sobre os estudos de enquadramento a partir de autores como Goffman (1986), Entman (1993), Porto (2002), Matthes e Kohring (2008), Rodrigues (1999), Gomes (2012) e Campos (2015) desde seu surgimento até os dias de hoje. Em um terceiro momento, explanamos a aplicabilidade dos estudos sobre enquadramento no jornalismo, passando pelos estudos de *newsmaking*, nos baseando em autores como Traquina (1999), Tuchman (1978, 1999) e Carvalho (2009).

No **segundo capítulo**, trazemos a relação entre os enquadramentos jornalísticos e política. Conseqüentemente, falamos sobre o enquadramento como instrumento de poder no texto comunicativo nos embasando em autores como Entman (1993), De Vreese (2012) e Porto (2002). Conceituamos *poder* a partir da perspectiva de Bourdieu (2012) e Thompson (1998) bem como discorremos sobre a

detenção de poder por um corpo social, caracterizando um campo social e dotando-o de legitimidade. Nos baseando nos estudos de Rodrigues (1990, 1999) e Smith (2008), trazemos características do campo político e do campo dos media e a relação de coexistência entre ambos.

No **terceiro capítulo**, apresentamos algumas noções sobre a perspectiva metodológica do enquadramento. Partimos da ideia de *elementos* de Matthes e Kohring (2008) e de *pacotes interpretativos* de Gamson e Modigliani (1989) para realizar uma *análise indireta do enquadramento*. Também trazemos o porquê da escolha dos objetos, bem como seu histórico na imprensa brasileira.

No **quarto capítulo** são apresentados os quadros de análise de cada *dispositivo de enquadramento* nas oito reportagens analisadas, sendo três da revista *Veja* e cinco da revista *CartaCapital*. Neste capítulo também apresentamos as seis categorizações definidas, que são pertencentes ao dispositivo “representações”.

Em **considerações finais**, trazemos uma retomada do processo de pesquisa, como a delimitação do tema, o motivo da escolha das revistas, escolha do método e conceito norteador. Por fim, trazemos a contribuição desta pesquisa aos estudos da mídia impressa e da *análise indireta do enquadramento*, bem como as dificuldades e possíveis complementações que este estudo poderia ter.

## 1. ACONTECIMENTO, AGENDAMENTO E ENQUADRAMENTO

Neste capítulo trazemos alguns conceitos sobre acontecimento, critérios de noticiabilidade e a produção de um fato em notícia. Também é evidenciado o papel do jornalista em relatar fatos que muitas vezes estão distantes do alcance da experiência física dos indivíduos.

Logo após, é feito um resumo sobre a criação da Teoria da Agenda, proposta por McCombs e Shaw, que ganhou força nos anos setenta. Segundo Gomes (2012, 338-339), a teoria “inaugura as bases de um novo modelo, centrado em padrões simultaneamente teóricos e metodológicos, que desde então marcam a literatura do campo”. Para os autores, a teoria tem duas dimensões: a agenda do objeto (primeira dimensão) e a agenda de atributos (segunda dimensão). Esta última está intimamente ligada à ideia de enquadramento.

Na sequência do capítulo, expomos as noções básicas e o desenvolvimento do conceito de enquadramento, bem como a sua vasta literatura e conseqüentemente a dificuldade dos estudiosos em achar um marco teórico claro para o conceito.

Por fim, relacionamos a ideia de enquadramento ao estudo da produção de notícias, visto que o mesmo, mais do que um conceito operacional, traz uma noção rica para elucidar os modos como o jornalismo se relaciona com os atores sociais (CARVALHO, 2009). Também ressaltamos a importância de estudos como *newsmaking* que nos trazem uma abordagem sobre a rotina jornalística e os constrangimentos do campo dos profissionais da comunicação.

### 1.1 ACONTECIMENTO E TEORIA DA AGENDA

Uma grande parcela das pessoas sabe que a mídia, ou seja, todos os veículos de comunicação em massa em seus vários suportes (jornal, televisão, rádio, *internet*) influenciam nossas vidas de diversas formas, tanto em nosso modo de pensar quanto nas atitudes e comportamentos. Como diz Silva (2007, p. 87), a mídia “[...] é uma preponderante agência de socialização de valores, portanto, uma agência privilegiada de produção de sentido”.

Para explicar a Teoria da Agenda (agendamento ou *agenda-setting*), que segundo McCombs (2009, p. 111), “a ideia central é que os elementos proeminentes na imagem da mídia tornam-se elementos enfatizados na imagem da audiência”, vamos começar com a ideia de “acontecimento”.

Para Alsina (2009, p.113) “a produção da notícia é um processo complexo que se inicia com um acontecimento”. Então, a partir do acontecimento, que é um fenômeno social determinado histórica e culturalmente (ALSINA, 2009), os veículos vão decidir qual “merece” ser notícia. Esse pensamento encontra o de Traquina (1999, p. 169): “As notícias são o resultado de um processo de produção, definido como a percepção, seleção (sic) e transformação de uma matéria-prima (os acontecimentos) num produto (as notícias)”.

É nesse momento que entra em ação o poder da mídia em determinar qual tópico merece ser divulgado para o público. Para McCombs (2009, p. 42) “independentemente do veículo, um foco restrito sobre poucos temas transmite uma mensagem poderosa a uma audiência sobre quais são os mais importantes tópicos do momento”.

Para Alsina (2009) são três elementos essenciais para o acontecimento: 1) A variação do ecossistema; que seria tudo que quebra a norma do dia-a-dia, 2) a comunicabilidade; que seria o fato de o acontecimento virar notícia e entrar no mercado da comunicação, gerando um efeito multiplicador e 3) a implicação do sujeito; relacionada com o impacto da informação do acontecimento no destinatário da mensagem.

Segundo Quéré (apud REBELO, 2005, p. 56), “o acontecimento desdobra-se para o passado e alonga-se para o futuro. Desdobra-se para o passado pelo desfiar de analogias que desencadeia”. Por exemplo, um terremoto recente relembra outros terremotos que já aconteceram. E “alonga-se para o futuro” no sentido que só posteriormente é possível avaliar as suas consequências e determinar com precisão as consequências que causou. Quando um acidente aéreo acontece, por exemplo, a mídia quase obrigatoriamente retoma as causas e consequências de acidentes aéreos acontecidos anteriormente. Essa ideia vai ao encontro de Babo-Lança (2005) que argumenta que no lugar das motivações e razões que levam a um acontecimento, são as consequências e repercussão de um fato que o explicam.



Rothberg (2014, p. 413) denomina esse processo de *mito*: “um conjunto de significados socialmente compartilhados que serão, com grande probabilidade, postos em circulação quando um novo dado se relaciona ao preexistente”. O autor também afirma que os critérios de noticiabilidade são instituídos justamente a partir dessa possibilidade do fato “ocorrer de novo”, ou seja, ser enquadrado por um mito a que se possa facilmente recorrer. “O mito provê a rápida codificação do dado bruto em símbolos de fácil reconhecimento pelo público em geral, recorrendo a elementos comuns aos dramas coletivos cotidianos” (ROTHBERG, 2014, p. 414). Aldé e Lattman-Weltman colocam o mito, o estereótipo, o arquétipo e as notícias num mesmo patamar, para eles, todos esses conceitos “podem atuar na difusão de valores e explicações estruturais a respeito do mundo público, naturalizando um mundo relativamente distante da experiência direta dos indivíduos” (2000, p. 2).

Quéré (apud Babo-Lança, 2005, p. 85) expõe o acontecimento em relação à recepção e transita do “<<acontecer>> ao <<acontecer a>> e coloca o sentido do acontecimento na experiência, logo na recepção deste por parte *daquela a quem o que acontece acontece*”.

Na medida em que vivemos os acontecimentos, somos afectados (sic) por eles e reagimos-lhes em função dos discursos, conceitos, princípios e formas de vida decorrentes das esferas da vida pública e da ordem institucional. (BABO LANÇA, 2009, p. 15).

Este pensamento vai ao encontro de Sodré (2009, p. 34) que diz: “sem ‘sujeitos de percepção’, inexistem acontecimentos”. Também no sentido da recepção, mas já numa forma mediatizada e filtrada por noticiabilidade, Charaudeau argumenta que o acontecimento só é notícia quando é levado ao conhecimento de alguém e define:

Mortos são mortos, mas para que signifiquem “genocídio”, “purificação ética”, “solução final”, “vítimas do destino”, é preciso que se insiram em discursos de inteligibilidade do mundo que apontam para sistemas de valores que caracterizam os grupos sociais. Ou seja, para que o acontecimento exista é necessário nomeá-lo. O acontecimento não significa em si. O acontecimento só significa enquanto acontecimento em um discurso. (CHARAUDEAU, 2007, p. 131-132).

Para Rebelo (2005, p. 56) “o acontecimento é explicável e explicativo. Explicável através da produção de narrativas. Explicativo pelo poder que transporta, como revelador daquilo que transforma, nas coisas e nas pessoas”. De encontro a

Rebelo, Jocelyne Arquemboug acredita que a narrativa está presente em todas as fases do desenvolvimento do acontecimento.

Está presente na emergência do acontecimento por via dos actores (sic), das testemunhas e dos medias, que nos dão, dele uma primeira definição. Está presente na controvérsia suscitada pelo acontecimento, por via de todos aqueles que tentam apropriar-se do respectivo sentido. Está presente na irrupção das consequências, por via dos que investem na sua gestão. (REBELO, 2005, p. 2).

A produção de narrativas para relatar algo é histórica, incrustada na cultura de sociedades, pois ordena de forma prática e compreensível o relato de um acontecimento. Para Rothberg, as narrativas padronizam e simplificam os textos, a fim de retirar a complexidade dos fatos originais e, assim, os disponibilizam para o consumo, de maneira a corresponder a produção industrial de notícias. Pois, para ele “o público estará mais disposto a escolher para leitura, no curto tempo do qual supostamente dispõe, a notícia que mais facilmente estiver embebida em uma narrativa mitológica acessível e atraente” (2014, p. 415). Para Motta (2007), o jornalismo é um conjunto de narrativas que ordena nosso presente, pontua nosso passado e vai progressivamente delineando nosso futuro na forma de uma realidade tangível.

Segundo Rebelo (2005), é através dessas narrativas e histórias que os *media* nos dizem qual problema a sociedade deve assumir como seu. Acontecimentos e campos problemáticos se alimentam mutuamente e criam um processo de naturalização (que seria ressaltar particularidades de um acontecimento passado e retomá-los em um novo acontecimento). Um exemplo atual deste processo é a série de atentados terroristas que aconteceu em Paris, na França, no dia 13 de novembro deste ano. A partir deste acontecimento os meios de comunicação retomaram outros atentados que vários países sofreram, bem como expuseram matérias sobre a doutrinação terrorista de países islâmicos e o problema de segurança interior/exterior nos países alvos.

E é, justamente esse processo de naturalização que nos faz perder a ideia de exterioridade. Que faz com que aceitemos os problemas como nossos problemas. Que faz com que não tenhamos consciência plena da existência de um itinerário que, afinal, nos é imposto. (REBELO, 2005, p. 57-58).

Muito do que sabemos sobre a realidade, especialmente a que não podemos presenciar, é repassada por meio dos relatos de outras pessoas, como os profissionais do campo da comunicação, por exemplo. Isso faz a informação ser uma realidade de “segunda-mão”. Para Innerarity (2010, p. 89) mesmo por menor que seja a reflexão, “até aquilo que lhe parecia ser uma experiência imediata individual é mediado pelos esquemas e pelos moldes dos meios de comunicação”.

Os jornalistas têm um amplo leque de informações de diferentes partes do mundo, é claro que atualmente com a *internet* é mais fácil que qualquer cidadão acesse vários assuntos de realidades distantes, mas quando a Teoria da Agenda foi criada, em 1968, a *web* não existia. Logo, a teoria foi baseada a partir da ideia de que o jornalista decide qual tópico merece atenção pelos critérios de noticiabilidade. Dentre os critérios de noticiabilidade podemos definir alguns: a magnitude, o inesperado, o negativo, a continuidade, entre outros (MARTINO, 2013).

Dessa atenção e importância que a mídia concede à notícia, a mesma ganha relevância no cotidiano de quem lê, ou seja, o público. Segundo McCombs (2009, p. 18), criador da teoria, “esta habilidade de influenciar a saliência dos tópicos da agenda pública veio a ser chamada da função agendamento dos veículos noticiosos”.

McCombs (2009) ressalta que Walter Lippmann é o pai da ideia do agendamento. Embora Lipmann não tenha usado essa exata palavra no seu livro *Opinião Pública*, publicado em 1922, o autor resume a ideia da teoria. Para Gomes (2012) e Martino (2013) há um consenso de que *Public Opinion* tenha inaugurado a pesquisa em comunicação e política, pensando os meios de comunicação em relação com a sociedade.

Segundo Martino (2013), Lippmann traz a ideia de que a mídia cria estereótipos ao divulgar uma notícia. No momento que alguns detalhes são acentuados, eles acabam se tornando a representação da situação, eliminando elementos mais complexos, ou seja, a parte é tomada como o todo. Os estereótipos vigentes na sociedade nos permitem identificar com rapidez, porém sem profundidade, eventos novos. Isso acontece pelo fato de guardarmos no nosso subconsciente experiências passadas.

Lippmann é citado tantas vezes porque destacou o papel desempenhado pelos meios informativos ao definirmos o nosso mundo, nos dizendo quais são os assuntos mais importantes que estão ao nosso redor. Para ele, dependemos dos meios de comunicação para nos informar sobre os assuntos, personalidades e situações; para que possamos experimentar sentimentos de apoio ou de repulsa e para conhecer aqueles pontos de atenção medidos pelas sondagens de opinião. (COLLING, 2001, p. 89).

O estudo conhecido como a origem da Teoria da Agenda aconteceu em 1968, em Chapel Hill, nos Estados Unidos, proposto por Maxwell McCombs e Don Shaw. Os autores aplicaram um questionário de perguntas relacionadas aos candidatos à eleição, a um grupo de eleitores indecisos, e observaram como os veículos noticiosos, consumidos por esses eleitores, apresentavam os temas mais relevantes das campanhas, fazendo uma correlação entre a opinião dos eleitores e as informações que consumiam sobre os candidatos (MCCOMBS, 2009). A partir desse estudo, que deu origem à muitos outros, ficou estabelecido que os *mass media* têm influência na formação da opinião pública:

Os públicos usam estas saliências da mídia para organizar suas próprias agendas e decidirem quais assuntos são os mais importantes. Ao longo do tempo, os tópicos enfatizados nas notícias tornam-se os assuntos considerados os mais importantes pelo público. A agenda da mídia, torna-se, em boa medida, a agenda do público. (MCCOMBS, 2009, p. 18).

McCombs (2009) difere duas agendas: a de primeiro nível é a agenda de objetos, que são os assuntos públicos e os candidatos políticos, por exemplo, e a de segundo nível que seria a agenda de atributos. “Cada um desses objetos na agenda tem numerosos atributos, aquelas características e propriedades que preenchem a imagem de cada objeto” (MCCOMBS, 2009, p. 113).

O candidato político seria o objeto, e sua personalidade, por exemplo, seria o atributo. Ou seja, uma notícia pode se repetir para o público não só por meio do objeto, mas também, dos atributos ligados a ele, como, por exemplo, um escândalo presidencial, em meio a uma reeleição. Neste sentido, podemos dizer que a agenda de segunda dimensão é como a mídia enquadra atributos, ou seja, a segunda dimensão é o enquadramento em si.

A convergência do enquadramento com a agenda de atributos significativamente avança a explicação dos efeitos da mídia ao enfatizar o

*status* especial mantido por certos atributos, os enquadramentos, no conteúdo das mensagens”. (MCCOMBS, 2009, p. 138).

Depois de perpassar a noção de acontecimento e os estudos sobre agendamento, vamos discorrer sobre as noções básicas do enquadramento, conceito norteador deste trabalho.

## 1.2 PERSPECTIVA TEÓRICA DO ENQUADRAMENTO

É inerente ao ser humano, como ator social, ter experiências e assim organizá-las de modo a tornarem-se naturais. Quando vamos a um casamento, por exemplo, desde pequenos vemos pessoas em trajes sociais, desta forma, isso acaba tornando-se um ato natural. Este processo faz parte dos “quadros de sentido” (Rodrigues, 1999) que internalizamos ao longo da vida para organizar nossas experiências sociais de modo a não haver uma estranheza sempre que acontece algo “novo”, pois ele já estaria dentro de algum quadro de sentido que já tínhamos organizado. Porém, a maioria dos acontecimentos fogem da nossa percepção física e só nos são informados através da mediação de um campo: o dos *media*. A mídia seleciona informações a todo o momento e por diversos motivos, seja pelo alcance, lucro, política editorial, abrangência, tempo, enfim, ela tem sempre um motivo para divulgar uma informação e omitir outra. É aí que se encontra a premissa do enquadramento.

O conceito de enquadramento começou a ser pesquisado a partir de trabalhos como o do psicólogo social Gregory Bateson (1954). Segundo Schaefer (2014, p. 21), Bateson

Investiga as premissas psicológicas necessárias para se decifrar e dar sentido aos fatos e acontecimentos, explicando que existem elementos conexos em um texto e, com base neles, um tema ou tópico é definido ou entendido pelos seus receptores.

De acordo com Campos (2013, p. 3), Bateson “aponta para os sinais metalinguísticos que trocamos quando interagimos e que redefinem o conteúdo do que efetivamente comunicamos”.

Em 1974, o sociólogo Erving Goffman publica o livro *Frame analysis: an essay on the organization of experience* e cria seu próprio conceito de enquadramento. O autor dedica-se a pensar como os indivíduos organizam sua experiência social a partir de interações, ou seja, a maneira como as pessoas tornam o mundo ao seu redor compreensível. Goffman (1986) afirma que um indivíduo, ao reconhecer um determinado acontecimento, tende a empregar o que denomina “enquadramentos primários”. Esses enquadramentos não remetem a nenhuma aplicação anterior ou “original” e acabam dando significado para algo aparentemente banal do cotidiano. Para o autor, enquadramentos primários variam em níveis de organização. Alguns são nitidamente apresentáveis como sistemas de entidades ou regras, e outros, na maioria, aparentam não terem formato nenhum, mas promovem grandes conhecimentos, abordagens e perspectivas. Independentemente do nível de organização, cada quadro permite ao indivíduo localizar, perceber e identificar um número infinito de acontecimentos.

Dessa forma, cada acontecimento ou experiência cotidiana constitui uma espécie de plano de fundo em nossas mentes, que organiza e determina nossas atitudes futuras, bem como compõe um elemento central para a cultura de cada grupo social.

Uma definição clássica sobre enquadramento e que até hoje é tomada, muitas vezes, como ponto de partida para estudos da comunicação é a de Robert Entman.

O enquadramento envolve essencialmente *seleção e saliência*. Enquadrar é *selecionar alguns aspectos de uma dada realidade e fazê-los mais salientes em um texto comunicativo, de forma a promover uma definição particular do problema, uma interpretação causal, uma avaliação moral e/ou uma recomendação de tratamento para o item descrito*. (ENTMAN, 1993, p. 52, tradução minha) [grifo do autor].

Para Entman (1993), uma única frase talvez exerça mais de uma dessas quatro funções e, talvez, muitas frases em um texto não exerça nenhuma, ou seja, um enquadramento não inclui necessariamente essas quatro funções.

Enquadramentos têm, pelo menos, quatro locais de atuação num processo de comunicação: o comunicador, o texto, o receptor e a cultura. Comunicadores enquadram consciente e inconscientemente julgamentos no momento em que decidem o que dizer guiados por enquadramentos que organizam seu próprio

sistema de crenças. O texto contém enquadramentos que são manifestados pela presença ou ausência de certas palavras-chave, frases de efeito, imagens estereotipadas, fontes de informação e frases que reforçam certos fatos ou julgamentos. Em relação ao receptor, os enquadramentos que guiam o seu pensamento talvez reflitam ou não os enquadramentos do texto do comunicador. A cultura pode ser definida como uma demonstração empírica dos enquadramentos normalmente exibidos em discursos e pensamentos da maioria das pessoas de um grupo social. Os enquadramentos nesses quatro lugares de atuação têm as mesmas funções: selecionar e salientar, usar os elementos salientados para construir argumentos sobre problemas e suas causas, avaliação e/ou solução (ENTMAN, 1993). Também para Maia, os enquadramentos estão ligados à tradição, pois eles “são processos de estruturação de sentidos baseados na cultura, através de práticas e relações com a sociedade” (2009, p. 307).

Entman (1993, tradução minha) conta sobre um experimento, proposto por Kanekman e Tversky, em 1984. Esses dois últimos autores propuseram a ilusão que os Estados Unidos estava se preparando para ser afetado por uma doença asiática que poderia matar 600 pessoas. Dois programas alternativos para combater a doença foram propostos. Se o programa A fosse adotado, 200 pessoas seriam salvas. Se o programa B fosse adotado existia a probabilidade de um terço de 600 pessoas serem salvas e dois terços não serem salvas. Ao ter que escolher, 72% das pessoas optaram pela alternativa A. Na segunda parte do experimento, maneiras idênticas de tratar a mesma situação foram expostas, porém uma enquadrando mortes e a outra vidas salvas. Então, segue o autor, se o programa C for adotado, 400 pessoas irão morrer, e se o programa D for adotado, tem um terço de probabilidade de ninguém morrer e dois terços de probabilidade que 600 pessoas vão morrer. As opções foram alteradas assim que mudou a maneira de enquadrá-las. O programa C foi adotado por 22% das pessoas mesmo sendo igual ao programa A. O A foi adotado por 72% das pessoas. O programa D foi adotado por 78% pessoas, enquanto o programa B, idêntico a ele, teve somente 28% de adesão. Dessa forma, para o autor, o enquadramento determina como a maioria das pessoas percebem, entendem e lembram de um problema, bem como o avaliam e escolhem como reagir.

Considerando a massiva exposição à informação que temos, e que não

podemos experimentar diretamente muitas delas, a mídia ocupa um papel central na sociedade, pois as pessoas buscam nela um modo de se orientar no mundo. Segundo Gomes (2012), em meio aos estudos sobre comunicação e política, o conceito do enquadramento é a estrela dos anos 1990. O autor ressalta a importância de Entman e outros autores e afirma que desde o início o modelo foi pensado para tentar relacionar a vida pública e o jornalismo. Para ele, nesta década, estava na perspectiva dos estudiosos analisar o noticiário para se tentar:

Entender o modo como a seleção de palavras, assuntos, explicações e avaliações, bem como o descarte e destaque adotados, realizados pelo jornalismo, influenciam enormemente o posicionamento intelectual, afetivo e moral dos consumidores de informação. (GOMES, 2012, p. 341).

Para Sodré (2009), o enquadramento possui um quadro de regras e esquemas interpretativos que dá sentido e explica situações sociais, e desse modo organiza a experiência social, ajudando as pessoas a decifrar e categorizar determinadas situações que elas vêem como problemáticas.

A organização da experiência social que Sodré se refere vai ao encontro da ideia de enquadramento de Martino (2013), que afirma que quando estamos diante de uma informação nova, que muitas vezes é dada pela mídia, ativamos o nosso conhecimento prévio para categorizá-la e interpretá-la. E esse conhecimento prévio, segundo o autor, é igualmente construído pela própria mídia. “A informação parece ‘correta’ ou ‘verdadeira’ na medida em que os esquemas mentais do público usados para compreender aquela informação são em boa parte originários da própria mídia” (2013, p. 47). Rodrigues (1999) chama de quadros de sentido, uma vez que naturalizam nossa percepção.

Rothberg traz uma visão desse processo de naturalização:

Os enquadramentos, ao selecionarem certos aspectos dos acontecimentos e não outros, ativam algumas conexões e mantêm outras inativas, estimulando alguns raciocínios e mantendo outros pensamentos fora do espectro de avaliações possíveis de um acontecimento. Ao longo do tempo, a exposição repetida a certos enquadramentos tende a consolidar a aparente pertinência de algumas conexões, de maneira que o acesso a elas tende a ser mais fácil, desencorajando juízos alternativo. (2014, p. 416).

Como é a mídia que cria e repassa as suas representações de acontecimentos



para os consumidores organizarem suas experiências, é comum a deixa para uma única maneira de interpretar os fatos. Essas referências levam a uma compreensão específica da realidade, “uma distorção que não é vista como distorção quando emissor e receptor compartilham as mesmas representações responsáveis por se entender a distorção como uma compreensão normal da realidade” (MARTINO, 2013, p. 48).

Segundo Campos (2015), enquadramentos são discursos em uma organização formal que dependem da identificação dos seus elementos constitutivos, aquilo que William Gamson e outros autores chamam de elementos de assinatura. Para os autores, esses elementos estariam dentro de *pacotes interpretativos*. Outros autores que também trabalham com elementos são Matthes e Kohring.

Entendemos um enquadramento como um certo padrão em um texto que é composto por vários elementos. Esses elementos não são palavras, mas componentes ou dispositivos dos enquadramentos previamente definidos. Ao invés de codificar diretamente o enquadramento como um todo, sugerimos dividir o enquadramento em seus elementos separados, os quais podem ser mais facilmente codificados em uma análise de conteúdo. Depois disso, uma análise dos agrupamentos desses elementos deve revelar os enquadramentos. Isso significa que quando alguns elementos agrupam-se sistematicamente de uma forma específica, eles formam um padrão que pode ser identificado através de diversos textos em uma amostra. Nós chamamos esses padrões de enquadramentos. (MATTHES; KOHRING, 2008, p. 263, tradução minha).

Para Vimieiro e Maia (2011), a ideia de pacotes interpretativos de Gamson e Modigliani e de elementos Matthes e Kohring são bem similares. Os *pacotes interpretativos* possuem símbolos condensados, que seriam os dispositivos (que são o cerne no enquadramento) que se mostram no texto por meio de: metáforas, exemplos, *slogans* ou chavões, representações e imagens visuais.

No Brasil, as pesquisas sobre enquadramento ganharam força sendo aplicadas na relação entre mídia e política. As campanhas e debates televisivos das eleições de 1994 e 1998, por exemplo, foram um campo fértil para esse tipo de estudo.

Em 1994, durante um debate feito pela Rede Globo entre os candidatos às eleições presidenciais de 1994, Fernando Henrique Cardoso e Lula, pudemos ver, através do enquadramento, que a ênfase positiva dada ao Plano Real pode ter contribuído para a candidatura de Fernando Henrique (PORTO, 2002). Durante as reeleições de 1998, na qual o país enfrentava uma crise econômica, a análise de

enquadramento de telejornais, como o *Jornal Nacional*, chegou a conclusões de que o mesmo enquadrava a crise nacional relacionada com a dificuldade que a economia mundial estava enfrentando (PORTO, 2002).

Pesquisadores brasileiros também aplicaram o conceito de enquadramento em relação à mídia e movimentos sociais, um exemplo é a análise da cobertura de telejornais sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Numa pesquisa realizada em 1997 por Aldé e Lattman-Weltman foram analisados os enquadramentos dados ao movimento a partir do viés dos telejornais *Jornal Nacional* e do *TJ Brasil*. Este último ressaltou questões de violência, confronto, iminência de combate e conflito do movimento, adotando um “enquadramento dramático”. O *Jornal Nacional*, além de ressaltar todas estas questões, também trazia um caráter moral, lamentando “a invasão de terras produtivas, a irracionalidade e irresponsabilidade dos sem-terra, o mau uso da terra distribuída e advogava a viabilidade de outras formas, pacíficas, para solução do problema da terra” (ALDÉ; LATTMAN-WELTMAN, 2000, p. 3).

Mais recentemente, um estudo que utilizou a perspectiva do enquadramento foi o de Vimieiro (2010), a autora analisou a trajetória dos enquadramentos sobre a temática da deficiência na imprensa brasileira no período de 1960 a 2008. Neste estudo, segundo a autora, pode-se traçar duas fases distintas na abordagem do tema. Uma que se estende de 1960 a 1976, em que há a presença predominante de enquadramentos médicos, da educação e da caridade e outra fase, de 1984 a 2008, que tem como enquadramento marcante o dos direitos. Dessa forma, podemos ver que pesquisadores brasileiros têm incorporado os estudos de enquadramento em suas pesquisas.

Também é importante ressaltar algumas críticas que o conceito sofre, por exemplo, pela falta de uma base teórica e metodológica bem definida e aplicação do conceito em vários campos. “Os usos da noção de enquadramento são tão numerosos e variados que surgem dúvidas quanto à possibilidade de construção de um marco teórico claro, sistemático e coerente a partir do conceito” (PORTO, 2002, p. 14).

A dificuldade de pesquisadores em trabalhar com o enquadramento e seus vários conceitos e aplicabilidades é indiscutível, visto que “o *frame* é uma variável bastante abstrata que é difícil de identificar e de codificar na análise de conteúdo,

independentemente da perspectiva adotada” (MATTHES; KOHRING, 2008, p. 258, tradução minha). Cada projeto deve, no entanto, ser claro quanto as especificidades do enquadramento, tanto conceitualmente quanto operacionalmente (DE VREESE, 2012).

Desta forma, uma vez que o enquadramento tem uma vasta literatura, e em vários campos como da psicologia e sociologia, ao definir o enquadramento como conceito norteador de pesquisa, é necessário explanar de forma pontual os marcos teóricos do conceito que serão usados.

### 1.3 ESTUDOS SOBRE ENQUADRAMENTO APLICADOS AO JORNALISMO

Uma das principais autoras sobre estudos de enquadramento aplicados ao jornalismo foi Gaye Tuchman, com o livro *Making News: a study in the construction of reality*. Para ela, os meios de comunicação definem qual enquadramento de uma informação será divulgado, e isso afeta diretamente a nossa vida, pois o nosso entendimento do mundo depende da informação que nos é disponibilizada (TUCHMAN, 1978). Tuchman também afirma que pelo fato das notícias concederem um caráter público aos acontecimentos, elas são, antes de tudo, uma instituição social.

Primeiro, a notícia é um método institucional de tornar a informação disponível para os consumidores. O consumidor compra o jornal porque ela ou ele quer ler quadrinhos, [...] ler sobre inundações, incêndios ou o frenesi da vida social. Em segundo lugar, a notícia é aliada de instituições legitimadas. O secretário de Estado pode divulgar uma ideia na mídia, coisa que pessoas “comuns” não conseguem [...]. Em terceiro lugar, as notícias são localizadas, recolhidas, e divulgadas por profissionais que trabalham em organizações. Assim, é inevitavelmente um produto de profissionais junto a processos institucionais e de conformidade com as práticas institucionais [...]. Portanto, a notícia é o produto de uma instituição social, e é incorporada nas relações com outras instituições. É um produto de profissionalismo e que afirma o direito de interpretar as ocorrências do dia a dia para os cidadãos e outros profissionais. (TUCHMAN, 1978, p. 4, tradução minha).

Em seu livro, no capítulo 9, intitulado “Notícias como uma realidade construída”, Tuchman traz duas vertentes da sociologia que colocam o ser humano como ator social. A vertente mais tradicional diz que “as atividades de homens e

mulheres são produtos de sua socialização, derivada de características da estrutura social” (1978, p. 182, tradução minha). Dessa forma, a sociedade criaria a consciência e percepção das pessoas.

Já, mais recentemente, os sociólogos interpretacionistas, segue Tuchman, acreditam que o mundo social fornece normas que os atores usam como recursos ou restrições, ativando-os para atingir seus objetivos. A partir disso, atores modelam o mundo social e as suas instituições como um fenômeno construído e compartilhado. Dessa forma, dois processos ocorrem simultaneamente: “por um lado a sociedade ajuda a moldar a consciência e por outro, através da sua apreensão intencional de um fenômeno do mundo social [...] homens e mulheres coletivamente constroem e constituem fenômenos sociais” (1978, p. 182, tradução minha).

Ainda para Tuchman, essas duas vertentes trazem diferentes abordagens teóricas para a construção de notícias. A primeira, mais tradicional, deposita a ideia do que é notícia apenas na estrutura social, como se os meios de comunicação só reproduzissem o que acontece na sociedade, de forma que as notícias seriam um “espelho” da sociedade.

Segundo Tuchman, um argumento lógico para a primeira vertente seria que “qualquer definição de notícia feita pela sociedade é dependente da sua própria estrutura social” (p. 183, tradução minha). Ou seja, “a estrutura social produz normas, incluindo atitudes que definem aspectos da vida social que são tanto interessantes quanto importantes para os cidadãos. As notícias, supostamente, dizem respeito a esses itens reconhecíveis” (p. 183, tradução minha). Por esse viés, as notícias refletiriam a sociedade: “as notícias apresentam para uma sociedade um espelho das suas preocupações e interesses” (p. 183). Portanto, nessa visão tradicional, para a definição de uma notícia de uma sociedade mudar, as suas instituições devem mudar primeiro. “A definição do que é notícia segue dependente da estrutura social, não das atividades de jornalistas ou organizações sociais” (p. 183, tradução minha).

Essa ideia que Tuchman nos traz corrobora com a de Vimieiro (2010), quando esta última nos incita a pensar até onde os jornalistas realmente conseguem “compor” a realidade, pois para ela, “os enquadramentos dizem menos das disposições individuais dos jornalistas e outros profissionais dos *media* e mais de sentidos compartilhados socialmente” (p. 65).

Já os estudiosos da vertente mais recente, segue Tuchman, enfatizam as atividades de jornalistas e organizações comunicacionais ao invés das normas sociais. Para eles, as normas sociais não pressupõem que a estrutura social produz claramente definições do que é noticiável. Na verdade, "como os jornalistas simultaneamente invocam e aplicam normas, são eles que as definem. Ou seja, noções de noticiabilidade recebem suas definições dependendo do momento, quando, por exemplo, um editor negocia quais eventos devem aparecer na primeira página" (1978, p. 183-184, tradução minha). Dessa forma, essa abordagem não acredita que as notícias são um espelho da sociedade, mas que "ajudam a constituir-la como um fenômeno social compartilhado, pois no processo de descrever um evento, as notícias definem e moldam esse evento (1978, p. 184, tradução minha).

Traquina (1999), assim como Tuchman, coloca em evidência a importância do jornalista. Ele defende que os jornalistas não são meros observadores passivos, eles participam ativamente do processo de construção da realidade. Porto (1999, p. 20) também vai ao encontro deste pensamento: "os mídia passam então a serem vistos não mais como condutores neutros de informação, mas sim como instituições que contribuem para dar significado e interpretar eventos e temas políticos".

Uma teoria do jornalismo importante para entender este processo de produção de notícias é a *newsmaking*. Segundo Martino (2013), os estudos sobre *newsmaking* apontam que os meios de comunicação divulgam determinadas notícias de acordo com as suas próprias práticas, regras e códigos. O autor afirma que o jeito que o público recebe as notícias depende de quem as escreve, comprovando o papel do jornalista na hora de organizar e relatar eventos, e isso, segue o autor, não é nenhuma manipulação, mas sim parte da atividade profissional.

Ao selecionar as informações, o profissional da mídia utiliza sua premissa de ser o portador de um discurso válido e, no entanto, faz um uso estratégico da comunicação na medida em que a informação passada gera uma ação enquanto as que não foram selecionadas simplesmente não tem existência social. (MARTINO, 2013, p. 66).

De acordo com Martino (2013), o primeiro passo na construção de uma notícia é a seleção das fontes, porém o fato de expor uma pluralidade delas não garante uma notícia bem escrita, mas a maior quantidade de vozes, implica mais pontos de vista a serem contrastados. O passo seguinte é a exposição de quem são essas

fontes, a descrição de quem diz é importante para a credibilidade da notícia. “A descrição da fonte contribui igualmente como uma indicação implícita de como ler a próxima informação” (MARTINO, 2013, p. 38).

Depois deste processo, a parte da edição é também importante no processo de criação de notícias, é onde o jornalista decide a quem dar mais voz ou mais espaço dentro do texto, contribuindo para a determinação de um significado. Ainda segundo Martino, é importante pensar a manchete como um item importante na desconstrução de uma notícia, pois por tentar resumir uma história em poucas palavras, ela cria imagens diferentes no imaginário do público dependendo do veículo que a expressa. Desse modo, os estudos sobre produção de notícias são sempre conflituosos devido a polifonia de vozes dentro de cada discurso.

Escrever uma notícia significa, na maior parte do tempo, um esforço para coordenar informações de várias fontes, às vezes contraditórias, em uma escrita compreensível para o leitor. Isto é, reduzir a complexidade de vários eventos em um texto simples e legível, com limites claros de tamanhos, tempo de criação e dificuldade. (MARTINO, 2013, p. 39).

Um autor importante, que destaca a relação da presença de subjetividade do jornalista na construção na notícia é James Tankard, que afirma que o conceito de enquadramento traz importantes contribuições no momento em que oferece uma alternativa “ao velho paradigma “objetividade/subjetividade”, rumo a uma investigação das ideologias presentes nas notícias, ou seja, na forma como as notícias são apresentadas” (TANKARD, 2001 apud MESQUITA, S/D, p. 3). Outro autor importante é Todd Gitlin que se destaca pelo trabalho sobre a cobertura jornalística norte-americana do movimento estudantil contra a guerra do Vietnã. Gitlin apud Porto (1999, p. 15) define enquadramentos “como padrões de cognição, interpretação, seleção, ênfase e exclusão com os quais os manipuladores de símbolos organizam discursos no processo de comunicação”.

Além da subjetividade já inerente a qualquer texto, Tuchman (1999) argumenta que os jornalistas dão um ângulo específico às notícias não só pela subjetividade, mas também levam em conta crenças profissionais e seu próprio público. “O repórter sabe que seu o trabalho escrito passará através de uma cadeia organizacional composta por uma hierarquia e de editores e respectivos assistentes” (TUCHMAN, 1999a, p. 76).

Neste processo, os jornalistas também lidam com as rotinas profissionais como a escassez de tempo para redação das matérias; o pouco espaço determinado às mesmas; a acessibilidade de fontes; a pressão da empresa jornalística e a alimentação constante de notícias, pois para Traquina (1999), a atualidade é também um critério de noticiabilidade. Todos esses fatores contribuem para que alguns enquadramentos sejam mais frequentes que outros. Sodré (2009, p. 26) também fala sobre essa parcial autonomia do jornalista afirmando que o profissional “já tem de obedecer às regras de um planejamento produtivo, assim como a uma concepção coletiva do acontecimento”.

Lima (2004) ressalta o poder que os jornalistas têm na escolha de um ângulo: “o texto expressa a intenção consciente daqueles na posição de selecionar qual o conteúdo da mídia e de que forma ele deve ser construído” (LIMA, 2004, p. 18). Ao estudar o poder que cada fato tem a partir do ângulo que é relatado, Tuchman sugere que os enquadramentos.

Como Goffman (1975, p. 10-11) o define, “um frame é constituído pelos princípios de organização que governam os nossos acontecimentos – pelo menos os sociais – e o nosso envolvimento subjetivo neles”. [...] Além disso, eles também podem governar a constante organização social dos próprios acontecimentos, ao passo que sem o frame seriam apenas os *happenings* ou apenas conversa. [...] Como *frame*, as ‘estórias’ oferecem definições da realidade social. (TUCHMAN, 1999b, p. 259).

Para Schmitt (2008), os acontecimentos de uma dada sociedade são orientados pela “área central” da mesma. A área central são os conceitos específicos que orientam os sentidos da população de determinado século. Por exemplo:

A ideia de progresso, de melhoria e aperfeiçoamento, em termos modernos: de uma racionalização, tornou-se dominante no século XVIII e, precisamente, em uma época de crença moral-humanitária. Portanto, progresso significava, sobretudo, progresso no esclarecimento, progresso em formação, autodomínio e educação, aperfeiçoamento *moral*. Em um tempo de pensamento econômico ou técnico, o progresso é imaginado tácita e naturalmente com progresso econômico ou técnico, e o progresso moral-humanitário surge, enquanto ainda interessa, como subproduto do progresso econômico. (SCHMITT, 2008, p. 93).

Atualmente, estamos em meio a uma época em que conglomerados de meios de comunicação visam a dominação de tecnologias e por consequência, objetivam o lucro. Dessa maneira, ganham repercussão somente notícias que não os prejudiquem e que envolvam seus interesses. Um acontecimento negativo para a sociedade, mas que envolva uma empresa patrocinadora de um jornal, consequentemente não será noticiado por aquele jornal. Ou seja, a área central é o econômico, não o moral.

Ainda para Schmitt (2008), com a surgimento da técnica, e por consequência a grande proporção de reproduções que essa proporciona, ela virou um instrumento que serve tudo e todos, tanto positiva quanto negativamente, não podendo ser associada ao progresso moral.

As invenções dos séculos XV e XVI tiveram um efeito liberal, individualista e rebelde; a invenção da imprensa levou à liberdade de imprensa. Atualmente, as invenções técnicas constituem-se em um meio de imenso domínio de massas; da radiodifusão faz parte o monopólio das emissoras de radiodifusão, da indústria cinematográfica faz parte a censura de filme. A decisão sobre liberdade e servidão não reside na técnica enquanto técnica. Ela pode ser revolucionária e reacionária, servir à liberdade e à opressão, à centralização e à descentralização. (SCHMITT, 2008, p. 99).

Deste modo, fica claro que o jornalismo não é uma mediação efetiva entre o mundo real e a consciência humana (GOMES, 2012), ele oferece apenas uma dada realidade e uma perspectiva que levam em conta diversos fatores.



## 2. RELAÇÕES ENTRE MÍDIA E POLÍTICA

Neste capítulo salientaremos a relação entre a mídia e a política, bem como as relações de poder e os conflitos inerentes à coexistência dos dois campos. Começamos mostrando a influência da análise de enquadramentos em campanhas e eleições políticas, visto que a maneira como a mídia enquadra respectivo candidato pode influenciar tanto positiva quanto negativamente sua imagem. Posteriormente, trazemos autores (ENTMAN, 1993; PORTO, 2002; MOTTA, 2007) que afirmam o poder que um enquadramento tem num texto comunicativo.

Bourdieu (2012) e Thompson (1998) nos elucidam com seus conceitos sobre poder e conseqüentemente sobre a importância em deter o poder para agir com legitimidade em um domínio de experiência, ou seja, num determinado campo social. Mostramos também os comuns enquadres que a mídia dá sentido à política, principalmente através de narrativas dramáticas.

Por fim, falamos sobre o processo de secularização e autonomização dos campos sociais, discorrendo sobre o campo político, seus domínios de experiências bem como sua institucionalização. Também falamos sobre o campo dos media<sup>1</sup>, sua axiologia e funções na sociedade.

### 2.1 RELAÇÕES ENTRE MÍDIA, POLÍTICA E PODER

Os estudos sobre enquadramento ganharam espaço no campo político em especial na análise de campanhas presidenciais e receptividade da audiência de acordo com enquadramentos que a mídia dava para os candidatos. Segundo McCombs (2009), as eleições criam um laboratório natural para a análise dos efeitos da mídia. “Na análise da cobertura das eleições, por exemplo, pesquisadores frequentemente medem o espaço dado a cada candidato ou a valência das matérias

---

<sup>1</sup> Usamos a palavra “media” quando nos referirmos ao conceito de campos sociais de Rodrigues (1990). Para o autor, o campo dos media é uma instituição de mediação que abarca “todos os dispositivos, formal ou informalmente organizados”. (1990, p. 152). E, segue Rodrigues, “nem todas as funções dos meios de comunicação social ou dos *mass media* se inscrevem na lógica institucional do *campo dos media*, assim como muitas funções de mediação são asseguradas por dispositivos distintos dos meios de comunicação social”. (1990, p. 152-153).

(positiva ou negativa) para explicar qual teria sido o papel da mídia” (PORTO, 2002, p. 2).

Entman ressalta a importância dos enquadramentos sobre comunicação política, já que "enquadramentos chamam atenção para certos aspectos da realidade enquanto obscurecem outros, o que pode levar a audiência a ter diferentes reações" (1993, p. 55, tradução minha). Para o autor, o conceito de enquadramento oferece, consistentemente, uma maneira de narrar o poder de um texto comunicativo. "A análise de enquadramento explica de maneira precisa como a influência sobre as pessoas é exercida pela comunicação de informação de um local - como em um discurso, noticiário, novela - para a consciência" (1993, p. 51-52, tradução minha).

Um entendimento acerca do enquadramento ajuda a explicar muitas controvérsias empíricas e normativas, principalmente por que o conceito de enquadramento direciona nossa atenção para os detalhes de como um texto exerce seu poder (ENTMAN, 1993). De Vreese (2012, p. 368, tradução minha) também faz uma relação de *framing* com o poder ao afirmar que "a questão central de algumas perspectivas do enquadramento são o relativo impacto e poder dos diferentes atores no processo de enquadramento". Nas palavras de Porto (1999, p. 15), "enquadramentos são, portanto, importantes instrumentos de poder".

Bourdieu (2012) também traz sua visão sobre poder. Para ele, o poder simbólico é um poder de construção da realidade e invisível que só pode ocorrer com a cumplicidade de quem o exerce e a quem ele é exercido. Desse modo, os símbolos são instrumentos de integração social, que criam um *consensus* do sentido do mundo social, e assim, contribuem para manter a ordem social.

É por meio da legitimação e reconhecimento de um poder que uma instituição ganha visibilidade, produzindo assim, uma série de regras em seu funcionamento tanto interior quanto exterior. Para Bourdieu (2012), a cultura dominante exerce o poder dominador por meio de estruturas, muitas vezes mascaradas, que naturalizam a sua dominação de modo que os dominados a vejam como merecedora daquele poder. Por meio de uma integração fictícia da sociedade, é que a cultura dominante produz uma "falsa consciência" nos dominados, que levam a legitimar esse discurso de hierarquia.

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a acção (sic) sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário. (BOURDIEU, 2012, p. 14).

Para Thompson (1998) o poder é a capacidade que os indivíduos têm de intervir nos acontecimentos afim de alcançar seus interesses e objetivos. A posição de cada indivíduo dentro de um campo está ligada ao poder que ela ou ela possui. “Se hoje comumente associamos poder à política, isto é, às ações de indivíduos agindo em nome do estado, isto é porque os estados se tornaram particularmente centros importantes de concentração do poder mundo moderno” (p. 21).

Por isso a importância de investigar a relação entre enquadramento e política, o que em parte estará presente neste trabalho. Segundo Porto (1999, p. 14) os “enquadramentos são elementos constitutivos importantes das narrativas e do processo pelo qual fazemos sentido do mundo da política”. De Vreese (2012) afirma que o conflito entre atores políticos tem um valor notícia muito alto, logo os jornalistas tendem a focar em histórias nas quais existe conflito – onde dois lados possam ser colocados um contra outro. Para ele, esse tipo de enquadramento é a chave nas notícias de jornalismo político.

Para Motta (2007) a política é um jogo de poder onde sempre há convergência e divergência. Os enquadramentos dramáticos são como metáforas, ao decifra-los conseguimos interpretar e explicar de maneira didática o que aconteceu. Logo, é comum o jornalismo enquadrar a política numa teia narrativa dramática, apresenta-a sempre em conflito, determinando heróis e vilões num jogo de hostilidades.

Isso interessa ao jornalismo, que depende da audiência, que precisa seduzir, capturar a atenção. Por isso instiga o conflito, traz as personagens políticas para a arena, convoca-as em acusações e respostas sucessivas. Se há oposições latentes na política, o jornalismo as promove, se não as há, ele as incita. (MOTTA, 2007, p. 10).

Segundo Porto (2002, p. 16-17), “o conceito de enquadramento permite entender o processo político como uma disputa sobre qual interpretação irá prevalecer na formação, desenvolvimento e resolução de controvérsias políticas”.

Vista como um jogo, a política teria seus vencedores declarados como os que mais ganham visibilidade no campo midiático e mais têm influência na opinião pública.

## 2.2 CAMPOS SOCIAIS: CAMPO POLÍTICO E CAMPO DOS MEDIA

Ao passo que a humanidade chegou à modernidade muita coisa mudou. Em vez de explicações ligadas às crenças, religiosidade e tradição, a modernidade está ligada a fundamentação racional dos saberes, processo conhecido como secularização. As Universidades criadas na Europa são um exemplo desse processo do papel do sábio ao do especialista. Processo esse intrinsecamente ligado à autonomia dos campos sociais, e por consequência, a formação de um corpo social que tem legitimidade para falar sobre um certo domínio de competência (RODRIGUES, 1999).

Como já citado anteriormente, Bourdieu (2012) acredita que cada instituição tem seus valores e regras que a legitimam, e também legitimam quem está dentro desta instituição como “detentor do saber”. Essa ideia vai ao encontro de Rodrigues (1999, p. 18), que afirma que um campo social é “uma instituição dotada de legitimidade indiscutível, publicamente reconhecida e respeitada pelo conjunto da sociedade, para criar, impor, manter, sancionar e restabelecer uma hierarquia de valores”. Ou seja, cada campo social tem uma axiologia própria bem como sacralizações que os distinguem de outros campos. As suas práticas, costumes, discursos são os rituais que os caracterizam, assim como tatuagens, emblemas, insígnias. Dessa forma a família, o militar, político, científico, religioso, jurídico e a mídia, por exemplo, são indiscutivelmente campos sociais.

Para Rodrigues (1990), nem todas as instituições agem de maneira formal como as citadas acima. Muitas agem informalmente, por meio da sexualidade, gestualidade e vestuário, inclusive, para o autor, quanto menos visível for a força vinculativa de um campo, mais poderosa e legítimo ele é.

Na concepção de Bourdieu (2012), o pertencimento a diferentes instituições e posições sociais, seria determinado a partir do *habitus*, que é a acumulação de *capital* (econômico, cultural, social e simbólico) de cada pessoa. É por isso que, por exemplo, muitas pessoas não contestam o que a mídia divulga, pois elas acreditam

que não têm o *capital* necessário e desconhecem as regras dessa instituição, logo, não se acham no direito de duvidar das palavras de quem pertence. Segundo Bourdieu, é a crença na legitimidade das palavras e de quem as pronuncia que as palavras de ordem têm o poder de manter a ordem, e para ele, “essa crença não é da competência das palavras” (2012, p. 15).

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os <<sistemas simbólicos>> cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a <<domesticação dos dominados>>. (BOURDIEU, 2012, p. 11).

Todos os campos sociais coexistem compartilhando suas axiologias e formas simbólicas de visibilidade. “Desta composição dos processos e das funções entre os diferentes campos sociais resultam reflexos que se projectam (sic) em cada um dos campos e o atravessam” (RODRIGUES, 1990, p. 149), esse reflexo de um campo em outro recebe o nome de *dimensões*. Para o autor, um campo é tanto mais forte quanto mais conseguir impor a sua axiologia a outros campos. Antigamente o campo religioso era tão poderoso porque conseguia incidir sobre vários outros campos, como o científico, político e a família, por exemplo.

Em relação ao corpo social dos campos, o campo político pertenceria, segundo Bourdieu (2012), sobretudo a quem tem mais *capital cultural* e *tempo livre*, bem como saberes específicos, ligados à economia, tradição, história, uma boa retórica e articulação, isso tudo define o *habitus* político.

O campo político é pois o lugar de uma concorrência pelo poder que se faz por intermédio de uma concorrência pelos profanos ou, melhor, pelo monopólio do direito de falar e de agir em nome de uma parte ou da totalidade dos profanos. O porta-voz apropria-se não só da palavra do grupo dos profanos, quer dizer, na maioria dos casos, do seu silêncio, mas também da força desse mesmo grupo, para cuja produção ele contribui ao presta-lhe uma palavra reconhecida como legítima no campo político. (BOURDIEU, 2012, p. 185).

Logo, pertencer ao campo político impõe uma série de competências, que elevam a sua entrada e que legitimam os profissionais do campo. Para Bourdieu (2012), o que faz a cultura política ser inacessível para a maioria das pessoas é, não

a sua linguagem característica, mas sim a complexidade das relações sociais deste campo. Segundo Thompson (1998, p. 217) “com a profissionalização dos políticos e a burocratização dos partidos políticos, a participação ativa no processo político foi se restringindo cada vez mais a indivíduos que fizeram da política um meio de vida”. Neste sentido, na maioria das vezes, a participação efetiva da população no campo político acontece somente no período das eleições, período no qual, este campo necessita o máximo do próximo campo que falaremos: o campo dos media.

Para Rodrigues (1990, 1999), na esfera da comunicação, o campo dos media é relativamente autônomo visto que suas funções expressivas (do dizer) e pragmáticas (fazer) são delegadas de outros campos sociais. Neste sentido, o campo do media tem a função de mediar as tensões entre os campos sociais existentes, uma vez que eles concorrem entre si para impor o seu ponto de vista à sociedade. Outra função dele é fazer:

Emergir, nas fronteiras dos campos sociais instituídos, novas questões, como a droga, o sexismo, o aborto, a ecologia, para as quais nenhum dos campos detém legitimidade indiscutível nem consegue encontrar soluções consensuais e impô-las ao conjunto da sociedade. São doravante estas novas questões que irão mobilizar o debate público que o campo dos media se encarrega de promover e publicitar. (RODRIGUES, 1999, p. 24).

Dessa forma, as estratégias usadas por esse campo podem ser tanto de cooperação, que funciona como uma justaposição de interesses e objetivos de diferentes campos, como de conflito, ou seja, a excitação das divergências e antagonismos (RODRIGUES, 1990).

Para Schmitt (2008), o conflito é essencial ao funcionamento da humanidade. Para ele, uma unidade política não pode ser universal e abranger toda as pessoas, religiões, povos, classes, pois se eles estivessem tão unidos, de maneira que se não existe combate, não existiria a política.

Se um “Estado mundial” abranger toda a terra e toda a humanidade, ele não será, portanto uma unidade política e só poderá ser chamado de Estado por um modo de falar. Se, realmente, toda a humanidade e toda a terra fossem unidas com base em uma unidade relacionada tão-somente à economia e à circulação de pessoas e bens, isso não representaria, em primeiro lugar, “uma unidade social”. (SCHMITT, 2008, p. 62).

É através da função de mediação que o campo dos media produz um de seus efeitos mais notáveis: o “efeito da realidade” (RODRIGUES, 1999). Pois esse campo alteraria nossos princípios de percepção de realidade, uma vez que, através da sua mediação, ele estaria “autonomizando-se em relação à percepção imediata do mundo e sobrepondo-se à percepção espontânea dos nossos órgãos sensoriais” (RODRIGUES, 1999, p. 27). É a partir desta constatação, da realidade de “segunda-mão” que a mídia nos propõe, que muitas vezes ela é vista como deturpadora de fatos.

A mídia se envolve ativamente na construção do mundo social. Ao levar as imagens e as informações para indivíduos situados nos mais distantes contextos, a mídia modela e influencia o curso dos acontecimentos, cria acontecimentos que poderiam não ter existido em sua ausência”. (THOMPSON, 1998, p. 38).

A relação entre esses dois campos acontece da necessidade que ambos têm um do outro. O campo político precisa do campo dos media para ter visibilidade e legitimidade e o campo dos media precisa do campo político para existir como tal.

### 3. PERCURSO METODOLÓGICO E ESCOLHAS ESPECÍFICAS

Neste capítulo, apresentaremos algumas noções sobre a perspectiva metodológica do conceito de enquadramento. Partindo da ideia que elementos dispostos num texto agem conjuntamente formando um enquadramento (MATTHES; KOHRING, 2008), usaremos a *análise indireta do enquadramento*. Desse modo, trazemos a ideia dos *dispositivos de enquadramento* (GAMSON; MODIGLIANI, 1989). Também explanamos as razões referentes às escolhas dos objetos *Veja* e *CartaCapital*, e um breve resumo do histórico dos mesmos.

#### 3.1 PERSPECTIVA METODOLÓGICA DO ENQUADRAMENTO

A perspectiva metodológica do conceito de enquadramento é construída a partir de diferentes proposições. Scheufele (1999), Maia (2009) e Vimieiro (2010) falam sobre *enquadramento da mídia* e *enquadramento da audiência*. Para Scheufele (1999), essa distinção é feita porque os enquadramentos são esquemas tanto de apresentação quanto compreensão. Como nossos objetos são as revistas *Veja* e *CartaCapital*, o *enquadramento da mídia* é o que se aplica, pois se refere aos recursos simbólicos e visuais que jornalistas e outros agentes da mídia usam para organizar informação nos seus textos (MAIA, 2009).

Uma outra forma então de olhar para os enquadramentos da mídia seria entendê-los como processos de construção de sentidos baseados na cultura, que dizem menos do individual e mais do social. Aqui, os enquadramentos são tratados como esquemas interpretativos, chaves de sentido, que organizam as interpretações coletivas ao associar elementos da realidade social. (VIMIEIRO, 2010, p. 65).

Vamos usar a *análise indireta do enquadramento*, ideia esta que, segundo Vimeiro e Maia (2011) é comum à proposta dos elementos de Matthes e Kohring (2008). Para as autoras, o enquadramento analisa não só palavras, mas contextos e sentidos indiretos dentro de um texto.

Como falamos anteriormente Matthes e Kohring (2008) entendem o enquadramento um certo padrão que é composto de vários elementos, que não são



palavras, mas componentes previamente definidos ou dispositivos. Essa ideia de elementos vai ao encontro dos *pacotes interpretativos* proposta por Gamson e Modigliani (1989), pois seria o conjunto de elementos que formaria os dispositivos que estariam dentro de pacotes interpretativos.

Partindo desta ideia que desdobra o enquadramento em elementos, a análise pode ser feita por meio de *dispositivos de enquadramento* e *dispositivos de justificação* (VIMIEIRO; MAIA, 2011), porém usaremos somente o primeiro, pois acreditamos ser a opção mais clara de enxergar no texto e operacionalizá-la.

Segundo as autoras, os *dispositivos de enquadramento* são: 1) as metáforas; 2) os exemplos; 3) os *slogans* ou *chavões*; 4) as representações e 5) as imagens visuais. “Os pacotes interpretativos são agrupamentos formados por determinados dispositivos simbólicos e que têm como essência o enquadramento, que seria um princípio abstrato e geral” (VIMIEIRO; MAIA, 2011, p. 242).

Dentre as cinco abordagens metodológicas do enquadramento estudadas por Matthes e Kohring (2008): *hermenêutica*; *holística manual*; *assistida por computador*; *dedutiva* e *linguística*<sup>2</sup>, optamos pela última, pois vai ao encontro do viés da análise indireta, bem como à ideia de *pacotes interpretativos* de Gamson e Modigliani (1989). Segundo Matthes e Kohring (2008, p. 260, tradução minha), “os enquadramentos são identificados analisando a seleção, localização e estrutura de palavras e sentenças específicas num texto”. Para eles, a ideia básica é que palavras específicas são os “tijolos” dos enquadramentos.

Entendemos a representação a partir do conceito de Rothberg (2014), que afirma que as representações são como “mapas conceituais” individuais e “dotadas de noções que se relacionam umas com as outras e nos orientam a agir e a raciocinar” (p. 412). Para o autor as representações são sempre culturais, pois é a cultura que nos fornece os significados compartilhados. Rothberg deixa claro o momento que o enquadramento encontra a representação:

Representar não é apenas expressar, mas também deixar de expressar; é reter, cortar, selecionar e encaixar a partir do que não foi eliminado. E o que foi cortado pode ser mais importante na composição do

---

<sup>2</sup> “Essa vertente se diferencia da hermenêutica pelo fato dos pesquisadores determinarem claramente os elementos linguísticos que significam um enquadramento [...]. De acordo com Matthes e Kohring (2008), a maior vantagem dessa abordagem é a análise sistemática e cuidadosa dos textos noticiosos”. (VIMIEIRO, 2010, p. 77).

significado contido em uma representação – que diz mais, justamente, não pelo que revela, mas pelo que omite. (2014, p. 412-413).

Dentre os possíveis dispositivos de análise citados acima desconsideramos, nesta pesquisa, os “slogans ou chavões” na revista *Veja* e o “exemplos” na revista *CartaCapital* devido à baixa ou nenhuma ocorrência dos mesmos. No dispositivo “imagens visuais” foram consideradas somente as mais importantes de cada matéria.

### 3.2 OBJETOS DE ESTUDO: VEJA E CARTACAPITAL

A escolha das revistas se deu pelo fato, já citado anteriormente, da grande circulação que ambas têm nacionalmente e da conseqüente influência na construção do imaginário do público. Segundo Silva (2008, p. 11), as revistas semanais “exercem uma acentuada relevância no campo jornalístico, tanto pelo valor documental que acabam assumindo junto à sociedade, quanto pelos argumentos, leituras, recortes e angulações que apresentam”.

Desde a criação das primeiras revistas semanais, como a *Times*<sup>3</sup>, podemos ver algumas características pertencentes a esta plataforma de comunicação. Uma delas é a diferença do jornal diário. Nas revistas semanais podemos ver uma forma aprofundada de escrever sobre um assunto, bem como um caráter mais opinativo do que interpretativo ou informativo. Uma das maneiras da opinião se apresentar nos textos das revistas é o uso de estratégias discursivas: “adjetivos, advérbios e figuras de linguagem que seriam prontamente recusados pelo leitor em um jornal de referências parecem facilmente aceitos por este mesmo leitor em uma revista”. (SANTOS, 2009, p. 92).

Outra diferença do jornal diário, o qual abrange vários segmentos de público, é o fato das revistas serem direcionadas a um grupo específico de leitores. (SANTOS, 2009)

Revista é também um encontro entre um editor e um leitor [...] um fio invisível que une um grupo de pessoas e nesse sentido, ajuda a construir

---

<sup>3</sup> “As revistas semanais de informação surgem já no século XX, em 1923, quando nos Estados Unidos é criada a revista *Time*, *The Weekly News Magazine*”. (SANTOS, 2009, p. 37).

identidade, ou seja, cria identificações e dá sensação de pertencer a um determinado grupo". (SCALZO, 2003, p. 12 apud SANTOS, 2009, p. 42).

Em relação as revistas do nosso corpus, podemos ver a abrangência de ambas por meio das suas páginas na rede social *Facebook*. A revista *Veja*<sup>4</sup> possui um total de 6.183, 725 milhões de curtidas e a *CartaCapital*<sup>5</sup> possui 1.551,437 milhões.

A revista *Veja*, que faz parte da Editora Abril, foi fundada em 1968 e é, hoje, a semanal de informação mais influente do país com 10 milhões de leitores<sup>6</sup>. *Veja* também é a segunda maior revista semanal de informação do mundo, com circulação média semanal de 1,071 milhão (IVC, 2012) de exemplares.<sup>7</sup>

Segundo Roberto Civita, fundador da revista, ela tem como objetivo:

Ser a maior e mais respeitada revista do Brasil. Ser a principal publicação brasileira em todos os sentidos. Não apenas em circulação, faturamento publicitário, assinantes, qualidade, competência jornalística, mas também em sua insistência na necessidade de consertar, reformular, repensar e reformar o Brasil. Essa é a missão da revista. Ela existe para que os leitores entendam melhor o mundo em que vivemos.<sup>8</sup>

A Editora Abril, que faz parte do conglomerado de plataformas tecnológicas Grupo Abril, foi fundada em 1950, e publica, hoje, sete das dez revistas mais lidas do país, vendendo 144 milhões de exemplares anualmente. No total são 30 revistas disponíveis em plataformas impressas e digitais, que atingem praticamente todo segmento de público, comportando mais de 20 milhões de leitores.<sup>9</sup>

Ao completar 2.000 mil exemplares publicados, a revista *Veja* traz uma edição especial na qual explicita seu posicionamento político, valores e objetivos ao longo de sua história.

Desde sua criação, em setembro de 1968, VEJA vem se desenvolvendo em torno de idéias (sic) que atravessam o tempo e continuam solidamente arraigadas na corrente do melhor pensamento de nosso tempo. Em sua edição de número 523, de 1978, quando completou dez anos de vida, VEJA enfatizou os compromissos que a levaram, já um sucesso editorial confirmado, ao final de sua primeira década. VEJA se

<sup>4</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/Veja>> Acesso em 15 nov. 2015.

<sup>5</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/CartaCapital>> Acesso em 15 nov. 2015.

<sup>6</sup> Disponível em: <<http://grupoabril.com.br/pt/quem-somos/historia>> Acesso em 15 nov. 2015.

<sup>7</sup> Disponível em: <<http://grupoabril.com.br/pt/quem-somos/roberto-civita/biografia>> Acesso em 15 nov. 2015

<sup>8</sup> Disponível em: <[https://www.facebook.com/Veja/info/?tab=page\\_info](https://www.facebook.com/Veja/info/?tab=page_info)> Acesso em: 15 nov. 2015.

<sup>9</sup> Disponível em: <<http://grupoabril.com.br/pt/o-que-fazemos/M%C3%ADdia/marcas-e-empresas/Editora%20Abri>> Acesso em: 15 nov. 2015

declara liberal: “Para nós, ser liberal é querer o progresso com ordem, a mudança pela evolução e a manutenção da liberdade e da iniciativa individuais como pedra angular do funcionamento da sociedade”. Em sua reafirmação de princípios, a revista defendia, então, o capitalismo por acreditar que “a livre iniciativa é o meio mais eficiente para promover o progresso social [...] por ser o único sistema compatível ao mesmo tempo com uma sociedade pluralista, com as liberdades fundamentais do indivíduo, com a eficiência, com o dinamismo e inovação.”<sup>10</sup>

A revista *CartaCapital* foi criada em 1994<sup>11</sup> por Mino Carta que também participou da criação da revista *Veja*. A revista pertence, hoje, à Editora Confiança, criada em 2001, momento em que a *CartaCapital* passou de revista quinzenal à semanal. Quanto ao posicionamento político, a revista “tem orgulho de afirmar-se progressista, respeitadora da diversidade humana e defensora de um mundo mais justo para todos”<sup>12</sup>. Segundo a revista *CartaCapital*, ela acredita no jornalismo de qualidade e independente<sup>13</sup> e é:

Alternativa ao pensamento único da imprensa brasileira, CartaCapital publicada pela Editora Confiança, nasceu calcada no tripé do bom jornalismo baseado na fidelidade à verdade factual, no exercício do espírito crítico e na fiscalização do poder onde quer que se manifeste. Concebida por Mino Carta, criador de três das quatro revistas semanais hoje em circulação no País (*Veja*, *Istoé* e *CartaCapital*), a semanal respeita a inteligência do seu leitor.<sup>14</sup>

Através de pesquisas anteriores podemos ter uma ideia do perfil editorial de ambas as revistas. Em relação à revista *Veja*, segundo Balbinoti (2011, p. 95), “as publicações, de um modo geral usam os editoriais para se posicionar sobre determinado assunto. *Veja* usa seus espaços para aconselhar [...]. Um exemplo são as doutrinas passadas aos leitores como uma receita de bolo”. Esta conclusão vai ao encontro de nossa análise, no momento em que, em duas matérias, acontece o que chamamos de “pedagogização” por parte da revista.

A revista *Veja* também se caracteriza por possuir um discurso explicativo.

A revista procura “explicar” as coisas do mundo para seus leitores e, para isso, recorre frequentemente ao “conhecimento legitimado”, por meio e vozes consideradas autoridades (professores, especialistas em áreas

<sup>10</sup> VEJA. São Paulo: Editora Abril. n. 2000, 21 de março de 2007. p. 56-57. Edição especial.

<sup>11</sup> Disponível em: <[https://www.facebook.com/CartaCapital/info/?tab=page\\_info](https://www.facebook.com/CartaCapital/info/?tab=page_info)> Acesso em: 15 nov. 2015

<sup>12</sup> Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/editora/cartacapital>> Acesso em: 15 nov. 2015

<sup>13</sup> Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/editora/sobre-a-editora>> Acesso em: 15 nov. 2015

<sup>14</sup> Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/editora/cartacapital>> Acesso em: 15 nov. 2015

específicas, universidades, institutos de pesquisa, etc.). (NASCIMENTO, 2002, p. 174 apud AUGUSTI, 2005, p. 80).

Outra conclusão que corrobora com dados obtidos nesta análise e com o perfil das revistas semanais, é o fato de que, segundo Gomes e Holzbach (2004, p. 8), na revista *Veja*, há “constante e forte utilização de adjetivos, figuras de linguagem e outros elementos que mostram, a todo momento, a opinião do jornalista”.

Segundo Silva (2008), em sua pesquisa, *CartaCapital* configura-se como “pró-Lula” e *Veja* como “anti-Lula”, dessa forma, o posicionamento das revistas se assemelha ao que encontramos na nossa análise, quando a ideia organizadora da revista *Veja* pauta a fragilidade do governo Dilma que também é do Partido dos Trabalhadores (PT). Outro dado que se assemelha à nossa pesquisa é o fato de *CartaCapital* abordar diversos aspectos do fato, trazendo sua parcialidade, mas abordando questões políticas e sociais (SANTOS; SANTOS; SILVA, 2015).

Ainda para Silva, ao contrário de *CartaCapital* que destaca todas as pessoas de um partido envolvidos em um assunto polêmico, a revista *Veja* enfatiza “o escândalo como um elemento que oferecia ameaça direta à reputação da legenda, comprometendo toda a coletividade” (2008, p. 120). Essa conclusão vai ao encontro do conceito de personalização, encontrado na revista *Veja*, que descreveremos em nossa análise logo abaixo.

Na pesquisa de Mesquita (2008), podemos ver a abordagem de ambas as revistas em relação às suas afinidades políticas, o que pode explicar os seus enquadres: “95% das citações não-partidárias em *Veja* são utilizadas contrariamente a Lula e o PT. *CartaCapital*, aparece com “76% das citações não partidárias críticas ao PSDB e favoráveis ao PT” (MESQUITA, 2008, p. 134). Mesquita também destaca o papel das fontes nas revistas de informação, aspecto que corrobora com nossa análise quando a revista *Veja* traz, na segunda matéria analisada, oito advogados e juristas para falarem sobre o processo de *impeachment*.

As fontes estão presentes nas revistas de informação como porta-vozes de opiniões taxativas em relação a um determinado fato. Exatamente por isso, pelo fato de ocuparem o papel de expor opiniões em relação aos acontecimentos, é que as fontes tornaram-se não apenas *um* meio de obter informações, mas especialmente o meio de fundamentar posições. (2008, p. 133).

Segundo Mesquita (2008, p. 58), “*CartaCapital* apresenta um aspecto que a diferencia das demais: a posição política declarada nos seus editoriais”. Dessa forma a revista já criticou as demais revistas semanais devido ao silêncio destas últimas em relação a casos polêmicos como de Daniel Dantas, “de forma direta e pontual, a intenção da revista foi mostrar apatia de suas concorrentes quanto a um assunto, segundo o semanário, de grande importância para o público” (MESQUITA, 2008, p. 57).

No caso do Dossiê dos Sanguessugas em 2006, segue o autor, *CartaCapital* também “comportou-se enfaticamente contrária ao posicionamento dos grandes meios de comunicação, fato que originou a troca de acusações entre os veículos de comunicação do país” (MESQUITA, 2008, p. 58).

Após esse breve resgate histórico das revistas, bem como a explanação de algumas características de seus editoriais traçado por meios de outras pesquisas, elegemos as seguintes edições para esta análise:



Capa *Veja*, edição 2418, 25 de março de 2015.



Capa *CartaCapital*, edição 842, 25 de março de 2015.

#### 4. ENQUADRAMENTOS DE VEJA E CARTACAPITAL ACERCA DAS MANIFESTAÇÕES DO DIA 15 DE MARÇO

Passa-se, agora, à análise dos enquadramentos da mídia acerca das manifestações. Na revista *Veja*, edição 2418, ano 48, publicada no dia 25 de março de 2015, encontramos três matérias relacionadas ao assunto. Na revista *CartaCapital*, edição 842, ano 21, publicada também no dia 25 de março de 2015, encontramos cinco. Através da análise dos seguintes dispositivos: metáforas; *slogans* ou chavões; representações; exemplos e imagens visuais, acreditamos haver a possibilidade de identificar, em cada revista, uma ideia organizadora que se perpetua ao longo do texto.

No dispositivo “representações”, definimos, após várias leituras das matérias, seis categorizações. São elas: 1) **Alcance/ampliação das manifestações**: engloba frases que falam sobre a quantidade de pessoas envolvidas nas manifestações, bem como o sentimento gerado pelas mesmas; 2) **Simplificação/generalização das causas geradoras das manifestações**: essa categorização é composta por frases que falam sobre as causas das manifestações, ou seja, o motivo pelo qual as pessoas se manifestaram, porém são frases simples e genéricas; 3) **Vulnerabilidade da presidente e/ou de seu governo como elemento propulsor das manifestações**: engloba frases que falam estritamente sobre a presidente ou seu governo como causadores das manifestações ou elementos que destacam a fragilidade do governo Dilma; 4) **Perfil das manifestações ou dos manifestantes**: para esta categorização são destinadas frases que falam sobre o comportamento e atitudes dos participantes das manifestações; 5) **Participação da mídia no contexto das manifestações**: esta categorização engloba frases que falam sobre a influência da mídia tradicional nas manifestações; 6) **Elementos questionáveis nas manifestações**: são destinadas as frases que questionam o número real de pessoas estavam protestando, bem como quem são os grupos apoiadores das manifestações.

Algumas frases poderiam ter sido inseridas em outras categorizações, porém optamos por inseri-las na categorização onde, para nós, ficava mais evidente sua função.

4.1 Análise em *Veja*

## Quadro 1

Matéria: “O governo vai ter de ouvir”

| Dispositivos de Enquadramento |  |
|-------------------------------|--|
| Metáforas:                    | <p>“O gigante acordou e não vai dormir mais tão cedo”. (p. 17)</p> <p>“A possibilidade [de impeachment] sempre vai estar no nosso radar”. (p. 21)</p>  |
| Exemplos:                     | <p>“Você viu a quantidade de crianças, que havia nas manifestações de domingo em São Paulo e nas outras cidades? Elas vão crescer com outra cabeça, com uma tolerância muito menor do que a nossa para esses abusos do governo”. (p. 20)</p> <p>“Uma das muitas falsas premissas que a gente ouve por aí é que a Polícia Militar é parcial, é “do mal”, está sempre “contra o povo”. Mas o que foi que se viu no domingo? Nenhuma vitrine quebrada, tudo acontecendo em plena ordem”. (p. 20)</p>  |
| Representações:               | <p>- <i>Alcance/ampliação das manifestações</i></p> <p>“No dia 4 de outubro do ano passado, Rogerio Chequer, de 46 anos, era uma das cinco pessoas presentes a um protesto convocado por ele contra o governo da presidente Dilma Rousseff [...]. Menos de duas semanas depois, eram 300 manifestantes que comparecem ao mesmo ato. No domingo 15, Chequer estava entre mais de 1 milhão de pessoas na maior manifestação política em 30 anos de democracia no Brasil”. (p. 17)</p> <p>“Mas acho que o fato novo é que antes as pessoas não sabiam o que fazer com a indignação e agora sabem”. (p. 20)</p> <p>“Então, sinto que agora começamos a descobrir como canalizar essa energia”. (p. 20)</p> <p>- <i>Simplificação/generalização das causas geradoras das manifestações</i></p> <p>“O brasileiro é acomodado, dificilmente se engaja, sobretudo politicamente”. (p. 20)</p> <p>“Nós, do Vem pra Rua, decidimos pelo seguinte caminho: em vez de tentarmos enumerar todos os erros do PT, apenas chamamos as pessoas para manifestar sua indignação”. (p. 20)</p> <p>“Para ficar claro: de onde devemos começar a mudança? De cima, é o que achamos”. (p. 20)</p> |



|                  |  |
|------------------|--|
|                  | <p>- <i>Perfil das manifestações ou dos manifestantes</i></p> <p>“Outra característica que chamou atenção em protestos como o de São Paulo foi a relação amigável que se viu entre as pessoas que foram às ruas e os policiais militares”. (p. 20)</p> <p>“Em primeiro lugar, quem fala isso não esteve nas manifestações para ver o que aconteceu, porque, se tivesse ido, teria visto brancos, pardos, negros, gente mais velha, gente mais nova”. (p. 20)</p> |
| Imagens visuais: | Foto de Rogerio que ocupa em torno de 50% de uma página da matéria. Mostra o empresário sentado, bem vestido, com aspecto tranquilo, sorrindo para a câmera.   |

(1) Na segunda frase, a palavra “*impeachment*” foi acrescentada pela autora.

## Quadro 2

### Matéria: “As regras do jogo”

|                               |  |
|-------------------------------|--|
| Dispositivos de Enquadramento |  |
| Metáforas:                    | “Quedas de presidentes não são um evento banal” (p. 58)  |
| Exemplos:                     | <p>“Um em cada quatro manifestantes que foram à Avenida Paulista [...] defendeu o impeachment da presidente Dilma Rousseff, segundo uma pesquisa do Datafolha. Só a corrupção foi mais citada como motivo para ir à marcha”. (p. 58)</p> <p>“Segundo o estudo, são quatro os fatores de instabilidade que levam à queda de presidentes: problemas na economia, mobilizações de rua, queda de popularidade e perda de maioria no Congresso. A presidente Dilma enfrenta todos esses em maior ou menor grau”. (p. 58)</p> <p>“No entanto, a ausência de um processo judicial ajuda a reforçar o argumento de quem é contra o impeachment, de que não há fatos concretos que justifiquem cassar um presidente”. (p. 58)</p> |
| Representações:               | <p>- <i>Vulnerabilidade da presidente e/ou de seu governo como elemento propulsor das manifestações</i></p> <p>“<i>Quem pode pedir o impeachment da presidente?</i> Qualquer cidadão, entidades representantes da sociedade civil ou parlamentares”. (p. 58)</p> <p>“Os principais pontos de contato (entre Collor e Dilma) são a grave crise política e a enorme rejeição da população – perto do impeachment, o então presidente era considerado ruim ou péssimo por 68%; ninguém jamais havia chegado perto desse índice, façanha conseguida por Dilma na semana passada, com avaliação negativa de 62%”. (p. 59)</p>   |

|                  |   |
|------------------|---|
|                  | <p>“No campo das diferenças, ainda não pesa nenhuma acusação de envolvimento pessoal da presidente no escândalo do petróleo, a não ser a afirmação do doleiro Alberto Youssef de que ela tinha ciência do esquema, o que, frise-se, não é pouco”. (p. 59)</p>         |
| Imagens visuais: | <p>Nesta matéria, há duas fotos. Numa, aparece a manifestação e três cartazes escrito “Fora DILMA, fora PT, fora CORRUPÇÃO”. E em outra, um grande cartaz escrito “Anos rebeldes. Próximo capítulo: FORA DILMA: IMPEACHMENT JÁ! Ass: povo brasileiro”. (p. 58-59)</p> |

### Quadro 3

#### Matéria: “Há multidões em mim”

|                               |  |
|-------------------------------|--|
| Dispositivos de Enquadramento |  |
| Metáforas:                    | <p>“Há multidões em mim”. (p. 90)</p> <p>“E é óbvio que, em agrupamentos com essa quantidade de participantes, houve também no domingo gente desequilibrada (sempre me impressiona como um microfone e uma plateia são um verdadeiro Viagra para certas mediocridades)”. (p. 90)</p> <p>“Não precisamos de cabresto nem de esmola”. (p. 90)</p> <p>“[...] entendi que esse governo é uma página virada, e não faz sentido nutrir ódio de falecidos”. (p. 90)</p> <p>“E quem, descontente com esse mar de lama e inépcia que nos assola, não participou [da manifestação] deve estar remoendo de arrependimento”. (p. 91)</p> <p>“Com essa base e com os gordos cofres do governo à disposição, cindiria profundamente o Brasil, apostando no trololó da defesa dos oprimidos contra os interesses [...]”. (p. 91)</p> <p>“[...] impedir esse governo de continuar afundando o país”. (p. 91)</p> |
| Exemplos:                     | <p>“Que doce ironia do destino: o governo que insiste em nos separar foi justamente o catalisador do maior movimento de união nacional desde as Diretas Já”. (p. 90)</p>   |

|                         |  |
|-------------------------|--|
| <p>Representações:</p>  | <p>- <i>Alcance/ampliação das manifestações:</i></p> <p>“[...] um movimento em que milhares de pessoas saíram da vida privada para a construção de algo maior, conjuntamente”. (p. 90)</p> <p>“Estávamos lá dizendo, a um governo que a mais de doze anos insiste na divisão, no sectarismo, [...] na cisão da sociedade, que, enfim, ele perdeu, [...] queremos mesmo é estar juntos”. (p. 90)</p> <p>“[...] estou vendo uma parte da nossa sociedade que até hoje foi majoritariamente inerte e passiva finalmente abraçar este país como sendo seu, assumindo suas responsabilidades de cidadão”. (p. 91)</p> <p>“O sentimento que ficou da passeata foi de energização e esperança”. (p. 91)</p> <hr/> <p>- <i>Simplificação/generalização das causas geradoras das manifestações</i></p> <p>“Era um protesto da sociedade, não de partidos políticos. Esse movimento não vai se deixar instrumentalizar por quem quer que seja, porque é espontâneo”. (p. 90)</p> <hr/> <p>- <i>Vulnerabilidade da presidente e/ou de seu governo como elemento propulsor das manifestações</i></p> <p>“[...] todo governante incompetente ou pilantra (ou, como o atual, ambas as coisas) haverá de saber que nossa tolerância tem limites”. (p. 91)</p> <p>“Pode até ser que Dilma chegue ao fim do mandato, mas ficarei surpreso se ela conseguir efetivamente governar”. (p. 90)</p> <p>“Se Dilma tiver espírito público, entenderá que sua permanência no poder prejudica o país e renunciará”. (p. 91)</p> <p>“Não creio (que a presidente) consiga construir ou legar algo, porque a maioria da população – como demonstram o 62% de ruim ou péssimo no último Datafolha e os fantásticos painéis diante da TV – simplesmente não tolera mais ouvi-la”. (p. 91)</p> <hr/> <p>- <i>Perfil das manifestações ou dos manifestantes</i></p> <p>“A passeata foi, por isso, feliz e festiva. O sentimento não foi de ódio, mas de plenitude, de realização”. (p. 90)</p> <p>“Os manifestantes da sexta-feira, naquele esquizofrênico “protesto a favor”, vestiam vermelho e bradavam palavras de ordem. No domingo, a massa vestia verde e amarelo, empunhava o pavilhão da pátria e a música mais repetida era o <i>Hino Nacional</i>”. (p. 90)</p> |
| <p>Imagens visuais:</p> | <p>Na foto desta matéria, vemos várias pessoas vestindo verde e amarelo ou a camiseta do Brasil, com expressões carrancudas, como se estivessem bradando algo. Também vemos várias bandeiras do Brasil e um cartaz escrito “Dilma, não acredito mais em você”.</p>   |

|  |  |
|--|--|
|  |  |
|--|--|

(1) Na quinta frase, “da manifestação” foi acrescentada pela autora.

Podemos ver que na primeira matéria, estruturada em quinze perguntas diretas à Rogério Chequer, líder do “Vem pra Rua”, há uma pedagogização por parte da revista. Essa pedagogização é feita no sentido tanto da organização do texto (em forma de perguntas) quanto de tentar responder dúvidas referentes as manifestações com perguntas explicativas como: “O que levou tanta gente a aderir aos protestos” e “Como se organiza uma mobilização como a de domingo em São Paulo?”. Para Fischer (2002) a mídia atua como “dispositivo pedagógico” e os meios de comunicação atuam decisivamente construindo significados e influenciando a formação dos sujeitos sociais.

Descrevemos o dispositivo pedagógico da mídia como um aparato discursivo e ao mesmo tempo não discursivo [...] a partir do qual haveria uma incitação ao discurso sobre “si mesmo”, à revelação permanente de si, práticas que vêm acompanhadas de uma produção e veiculação de saberes sobre os próprios sujeitos e seus modos confessados e aprendidos de ser e estar na cultura em que vivem. (FISCHER, 2002, p. 43).

A autora refere-se particularmente ao estudo da televisão, porém acreditamos que todos os dispositivos midiáticos se propõem a ser o “grande lugar de educar, de fazer justiça, de promover a ‘verdadeira’ investigação dos fatos [...] e ainda de concretamente “ensinar como fazer” determinadas tarefas cotidianas [...]” (FISCHER, 2002, p. 49).

Contudo, devemos saber de antemão que a mídia não é “neutra”. Os veículos midiáticos obedecem a estruturas e políticas editoriais. Dessa forma, para Innerarity, eles não seriam acusados de manipular (claro que existem casos extremos), se partíssemos da premissa que o compromisso dos meios não seria tanto com a informação, mas com o lucro.

Compreender o mundo contemporâneo exige ter-se compreendido previamente o modo como os meios de comunicação constroem a realidade, [...] é necessário ter compreendido que o que neles está em jogo não é tanto a verdade como o exercício de um conjunto de funções sociais como a estabilidade, o entretenimento, a absorção da insegurança ou a criação de boa consciência”. (INNERARITY, 2010, p. 96-97).

Chequer é tratado pela revista como um empresário visionário e precursor da incitação deste momento de insatisfação. No momento que a revista diz “[...] em outubro de 2014, ele era uma das cinco pessoas presentes a um protesto convocado por ele contra o governo da presidente Dilma Rousseff” (p. 17), ele é colocado como uma pessoa inteligente, que previu o que aconteceria. Deste modo, a revista dá legitimidade para ele falar que agora “O gigante acordou e não vai dormir mais tão cedo” (p. 17), e que ele sente “[...] que agora começamos a descobrir como canalizar essa energia” (p. 20).

Quando perguntado o que acha quando “apoiadores do governo disseram que os últimos protestos representam um movimento da ‘elite branca’” (p. 20), Rogerio afirma que, na verdade, houve nas manifestações uma integralização de classes, e quem tivesse ido às manifestações “teria visto brancos, pardos, negros, gente mais velha, gente mais nova” (p. 20). Em relação ao governo de Dilma, Chequer diz que a “possibilidade (de *impeachment*) sempre vai estar no nosso radar” (p. 17), e que o “Vem pra Rua” em vez de tentar “enumerar todos os erros PT”, apenas chamaram “as pessoas para manifestar sua indignação” (p. 20).

A ideia que temos desta matéria, é que agora a população estaria “acordada” e organizada, sintetizada na frase de Chequer: “o fato novo é que antes as pessoas não sabiam o que fazer com a indignação e agora sabem” (p. 20).

Na segunda matéria também há uma pedagogização por parte da revista, já no título “As regras do jogo”, e na estrutura de dez perguntas respondidas por especialistas, vemos uma demonstração de “regras” referentes ao processo de *impeachment*. A revista também se baseia num estudo que determina que “são quatro os fatores de instabilidade que levam à queda de presidentes: problemas na economia, mobilizações de rua, queda de popularidade e perda de maioria no Congresso. A presidente Dilma enfrenta todos esses em maior ou menor grau”. (p. 58).

A matéria explicita a vulnerabilidade da presidente dizendo que quem pode pedir o *impeachment* é “qualquer cidadão” (p. 58) e compara o governo atual ao de Collor, dizendo que ninguém, até então, tinha chegado perto do índice máximo de rejeição de Collor (68%), mas Dilma teria conseguido essa “façanha” (p. 59) atingindo 62%. A única imagem usada nesta matéria mostra vários cartazes pedindo

“Fora Dilma, fora PT e fora corrupção”, desta maneira, a revista salienta que o norte das manifestações seria a saída de Dilma da presidência.

Na terceira matéria é dada ênfase para a integração da sociedade nas manifestações “[...] um movimento em que milhares de pessoas saíram da vida privada para a construção de algo maior, conjuntamente” (p. 90). E é explicitado o fato da manifestação serem “espontâneas”: “era um protesto da sociedade, não de partidos políticos” (p. 90), assim como destacado o perfil “feliz e festivo” (p. 90) da mesma. As referências à vulnerabilidade da presidente e ao seu governo também aparecem em frases como: “[...] todo governante incompetente ou pilantra (ou, como o atual, ambas as coisas)” (p. 91); “[...] impedir esse governo de continuar afundando o país” (p. 91) e “[...] entendi que esse governo é uma página virada, e não faz sentido nutrir ódio de falecidos” (p. 90). Assim como na matéria anterior, a única imagem mostrada é das manifestações, na qual aparece um cartaz que dirigido à presidente: “Dilma, não acredito mais em você” (p. 90-91).

A foto da capa desta edição, mais uma vez, explicita a fragilidade do governo Dilma. Uma vez que nas matérias o foco é a presidente, esperaríamos ver ela também na capa, porém o protagonista é o presidente da Câmara Eduardo Cunha, numa foto que ocupa a página inteira, acompanhado pela frase “A súbita força de Eduardo Cunha: quem é, o que pensa e qual é o jogo do presidente da Câmara dos Deputados, que se tornou o político mais poderoso do Brasil”.

Desta forma, por meio desta análise, podemos ver que alguns enquadramentos se destacam, dentre eles, a vulnerabilidade da presidente, que é apresentada como uma governante frágil em relação aos acontecimentos pautados pela revista. Nesta direção, a ideia organizadora do sentido leva o leitor de *Veja* a compartilhar da ideia de uma inconstância de governo de Dilma. Essa ideia organizadora nos induz a pensar sobre conceito de personalização na política, que é quando as características pessoais do líder do partido se sobressaem sobre a carta programática e os assuntos políticos.

A tendência para atribuir uma maior centralidade ao desempenho e estilo do candidato, o carácter (sic) negativo das notícias, assim como a divulgação das sondagens de opinião e da posição que os candidatos ocupam nelas, parece marginalizar os acontecimentos políticos importantes, levando a uma distância cada vez maior entre os eleitos e o mundo político [...]. (NORRIS, 2002 apud ANTUNES; LISI, 2015, p. 9).

A conclusão que chegamos, de que a revista *Veja* pauta diretamente o governo Dilma, vai ao encontro da ideia de Motta que acredita que a mídia é uma instituição ideológica permeada por “sistema de regras”, que regulam o processo de seleção e divulgação de conteúdo. “Esse “sistema de regras” existe, por exemplo, nos mecanismos de decisão editorial da imprensa burguesa, que vai governar a seleção de fatos e a linguagem das mensagens” (MOTTA, 2002, p. 146)

Ideia que também se relaciona à de Thompson (1998). Para ele, as indústrias da mídia, assim como outros campos, são orientadas essencialmente pela lógica do lucro e acumulação de capital, não havendo nenhuma correlação com o princípio de cultivo da diversidade. Por mais que o autor se refira à diversidade de meios de comunicação, acreditamos que a ideia também se relaciona à diversidade de pontos de vista.

#### 4.2 Análise em *CartaCapital*

##### Quadro 4

Matéria: “Começar de novo?”

| Dispositivos de Enquadramento |   |
|-------------------------------|---|
| Metáforas:                    | <p>“É a pior fase do lulismo desde 2003”. (p. 14)</p> <p>“Não enxergam nele habilidade para compensar a falta de jogo de cintura da presidenta”. (p. 16)</p>  |
| Representações:               | <p>- <i>Vulnerabilidade da presidente e/ou seu governo como elemento propulsor das manifestações</i></p> <p>“A administração inaugurada sob o lema “pátria educadora” está obrigada a recomeçar do zero, como apelam conselheiros e aliados da presidenta”. (p. 14)</p> <p>“Acuada pelas manifestações pró-impeachment e pelas queixas contra o reajuste fiscal, sempre em choque com a classe política e tímida diante dos microfones, a presidenta vê seu ibope em queda livre e perto dos índices de Fernando Collor às vésperas da deposição”. (p. 14)</p> <p>“A presidente perde o ministro Cid Gomes, culpado por dizer verdades à Câmara e seu presidente, Eduardo Cunha”. (p. 15)</p> |

|                  |   |
|------------------|---|
|                  | <p>“Depois afirmou [FHC] que a presidenta tem perdido as condições de governar e que, caso apareçam provas de seu envolvimento no escândalo da Petrobras, ‘a lei deverá ser cumprida”. (p. 16)</p> <p>“Não fosse a fragilidade política, o governo não precisaria se preocupar com a tentativa da oposição de usar as ruas para derrubá-lo”. (p. 17)</p> <p>“E vê nos eleitores dilmistas “um sentimento de abandono e traição”. (p. 17)</p> <hr/> <p>- <i>Participação da mídia no contexto das manifestações</i></p> <p>“Em seu plano de embaralhar o <i>impeachment</i> e as manifestações, o PSDB contou com o costumeiro apoio da mídia, diz o deputado Paulo Pimenta [...]”. (p. 17)</p> <hr/> <p>- <i>Elementos questionáveis nas manifestações</i></p> <p>“No dia dos protestos, o senador Walter Pinheiro, da Bahia, leu na internet que um ministro estranhara os cálculos da Polícia Militar sobre o número de presentes”. (p.17)</p> <p>“A PM exagerou, em São Paulo e Porto Alegre, no mínimo”. (p. 17)</p> <hr/> <p>- <i>Perfil das manifestações ou dos manifestantes</i></p> <p>“A organização das marchas e o perfil de seus participantes evidenciaram a pouca disposição para conversa”. (p. 16)</p> |
| Imagens visuais: | <p>Nesta matéria há uma foto que ocupa mais da metade de uma página e mostra a presidenta Dilma, caminhando cabisbaixa e corcunda, onde parece ser a escadaria do Planalto. Vemos apenas a fisionomia de Dilma, que está toda na cor preta, pois a foto é branca, preta e cinza. Na próxima página há duas fotos, interligadas por box: “Aécio Neves e FHC estimulam o caos”. A foto de cima mostra Aécio Neves, vestindo a camiseta do Brasil, com seu filho no colo, acenando de uma janela.</p>  |

(1) Na sexta frase, a sigla “FHC” foi acrescentada pela autora.

### Quadro 5

Matéria: “O Brasil explica a si mesmo: estado patrimonialista, governo no breu, povo no limbo pela prepotência de uma elite predadora”

|                               |  |
|-------------------------------|--|
| Dispositivos de Enquadramento |  |
| Metáforas:                    | “Bem disse a presidenta, a corrupção é senhora idosa”. (p. 20) |



|                         |   |
|-------------------------|---|
| <p>Representações:</p>  | <p>- <i>Vulnerabilidade da presidente e/ou de seu governo como elemento propulsor das manifestações</i></p> <p>“Por isso, mesmo a gravidade do momento carece, de certa forma, de seriedade por resultar da pequenez moral e intelectual das personagens que a precipitam”. (p. 18)</p> <p>“Espanta, porém, que o PT a mantenha [a corrupção] em vida com dedicação total. Basta isso para explicar os dias de hoje? O vácuo de poder, a falta de liderança, a nau desgovernada?”. (p. 20)</p> <p>“Atente para aquilo que haveria de ser óbvio, senhora presidenta: é a mesma mídia que está a transformar em heróis os senhores do PMDB que no momento controlam o Congresso e, se permitir, o seu próprio destino”. (p. 21)</p> <p>“Se Dilma busca a costumeira conciliação das elites, ao nomear Joaquim Levy para a Fazenda, ou fazer Rossetto e Cardozo seus porta-vozes, ou acumular de publicidade a mídia paulista, ou anunciar programas anticorrupção, ou ao facilitar a saída de Cid Gomes do seu ministério, está profunda e irremediavelmente errada”. (p. 21)</p> <hr/> <p>- <i>Participação da mídia no contexto das manifestações</i></p> <p>“É do conhecimento até do mundo mineral que a mídia nativa assumiu há muito tempo o papel de oposição, e foi decisiva para as marchas antidemocráticas de domingo 15”. (p. 21)</p> |
| <p>Imagens visuais:</p> | <p>Esta matéria possui 4 imagens visuais. A primeira, que ocupa metade da primeira página, mostra a despedida de Carlota Joaquina, pelo mar do Rio de Janeiro, em 1821, enquanto escravos acenavam adeus a ela. Em comparação, temos uma imagem das manifestações do dia 15 de março, no interior do Rio Grande do Sul, onde é mostrado algumas pessoas, que parecem ser de classe baixa assistindo à manifestação, na qual várias pessoas, brancas, estavam vestidas de verde e amarelo ou camiseta do Brasil.</p> <p>Nas duas seguintes páginas de matéria, temos uma foto do O Estado de São Paulo com a manchete “Manifestação contra Dilma é a maior desde as “Diretas Já” e do O Globo com a manchete “Democracia tem novo 15 de março”. As fotos são interligadas pelo seguinte box “Estes jornalões falavam em democracia salva quando do golpe de 64 e foram críticos ferozes das Diretas Já, que agora evocam como evento exemplar”.</p>  |

(1) Na segunda frase, “a corrupção” foi acrescentada pela autora.

## Quadro 6

Matéria: “O fim do mito da civilidade política: A grosseria, fanfarronice e vulgaridade exibidas pela direita antes da ditadura renascem com força no cenário”

|                               |   |
|-------------------------------|---|
| Dispositivos de Enquadramento |   |
| Metáforas:                    | “Mais do que qualquer um dos demais presidentes pós-ditadura, (Dilma) conheceu o paraíso e o inferno da popularidade”. (p. 22)  |
| Representações:               | <p>- <i>Perfil das manifestações ou dos manifestantes</i></p> <p>“A grosseria, a fanfarronice e a vulgaridade da direita voltaram para ficar”. (p. 23)</p> <p>“O relevante e o perfil de quem protestou, segundo as pesquisas: eleitores de Aécio Neves”. (p. 23)</p> <p>“É estranho haver uma direita ativa, que vai à rua e defende suas ideias, mesmo o lixo ideológico do nazifascismo ou militarismo?” Não na grande maioria dos países democráticos. Não no Brasil de antes da ditadura”. (p. 23)</p> |
| Imagens visuais:              | Foto que mostra um homem, nas manifestações, com uma camiseta amarela e um cartaz verde, gritando furiosamente com um outro homem que está com uma bandeira vermelha atada nas costas. O <i>box</i> da foto contém a irônica frase: “Uma clara demonstração não só da cordialidade do brasileiro, mas do caráter democrático e pacífico dos protestos de domingo 15”.   |

### Quadro 7

Matéria: “Sobre marchas e contramarchas: Nas almas dos revoltados brasileiros fumegam os miasmas do atraso oligárquico e os vapores da barbárie tecnológica hipermoderna”

|                               |  |
|-------------------------------|--|
| Dispositivos de Enquadramento |  |
| Metáforas:                    | “A política democrática está na lona golpeada pela descrença”. (p. 24)   |
| Representações:               | <p>- <i>Perfil das manifestações ou dos manifestantes</i></p> <p>“Os manifestantes rodopiavam as palavras de ordem estampadas em faixas e cartazes, em uma algazarra de significados e insignificâncias”. (p. 24)</p> <p>“As tropelias e arreganhos dos manifestantes são explosões explícitas de ódio ao que está no mundo de modo diferente”. (p. 24)</p> <p>“As baixarias revelam sobretudo indigência cultural e o desprezo absoluto</p> |

|                  |  |
|------------------|--|
|                  | <p>pelos valores do liberalismo político, o que nos coloca [...] na vanguarda do movimento de retorno à Idade da Pedra Lascada”. (p. 24)</p> <p>“As exaltadas conclamações para o retorno dos militares foram escoltadas por sugestões de desrespeito à lei e aos direitos individuais e coletivos”. (p. 24)</p> <p>“O Datafolha informa que 76% dos manifestantes têm nível superior. A cifra, em si mesma, é uma delação não premiada: o indicador está apontado para a impotência da educação em conter a degradação dos indivíduos na sociedade capitalista de massas”. (p. 25)</p> <p>“É a pretensão de quem advoga o golpe militar: eliminar os divergentes para faturar e corromper sem risco de ir para a cadeia”. (p. 25)</p> |
|                  | <p>- <i>Participação da mídia no contexto das manifestações</i></p> <p>“Os meios de comunicação de massa, compelidos pela disputa de audiência, são arrastados para o abismo da vulgaridade no afã de desinformar a ‘massa informe’”. (p. 25)</p>  |
| Imagens visuais: | <p>Nesta matéria, há duas fotos. A primeira, pequena, no centro da primeira da página, mostra uma foto das manifestações onde aparece uma boneca enforcada que representa a presidente Dilma. Na foto está escrito: “Sem refresco aos inimigos”. Na outra página, a foto é da multidão, várias pessoas com camisetas verde e amarela, também há dois cartazes escrito “Intervenção militar já”.</p>  |

### Quadro 8

Matéria: “A era da fúria: O tom raivoso e intransigente das manifestações é expressão de uma tendência mundial”

|                               |   |
|-------------------------------|---|
| Dispositivos de Enquadramento |   |
| Metáforas:                    | <p>“A velha classe média luta por fazer a história voltar para trás e repor a plebe em seu lugar”. (p. 27)</p>  |
| Slogans ou chavões:           | <p>“O brado de ‘você está conosco ou contra nós’, outrora reservado a guerras totais e revoluções violentas, agora ressoa em qualquer tema imaginável, de política econômica a crítica de videogames”. (p. 26)</p>  |
| Representações:               | <p>- <i>Elementos questionáveis nas manifestações</i></p> <p>“Os irmãos Charles e David Koch, notórios nos EUA como organizadores e financiadores do TeaParty e das campanhas contra o controle de armas e de negação do aquecimento global, agora aparecem também como financiadores da formação de jovens e de institutos ligados à liderança dos</p> |

|                  |  |
|------------------|--|
|                  | <p>protestos contra o governo brasileiro”. (p. 27)</p> <p>“Obviamente é tolo supor que manifestantes ou eleitores são ‘pagos’ em massa, mas permitir a um punhado de jovens politicamente ambiciosos dedicar-se em tempo integral a uma agenda faz diferença, assim como o patrocínio de veículos e jornalistas”. (p. 27)</p>  |
| Imagens visuais: | <p>Nesta matéria há duas fotos. A primeira, que ocupa grande parte do centro da página, mostra um homem, em o que parece ser uma manifestação, gritando furiosamente. Atrás dele, aparece um cartaz escrito “Exigimos YA! Juicio y castigo. Criminal fascistkiller”. O <i>box</i> da foto diz: “Classes médias tradicionais frustradas, exaltadas e preconceituosas tornaram-se parte da paisagem da América Latina”. A segunda foto mostra um cartaz escrito “Maduro asesino”, e o <i>box</i> diz: “Venezuela, Argentina, Chile ou Brasil, a diferença é só de grau”.</p> |

Na primeira matéria da revista *CartaCapital*, assim como em matérias da revista *Veja*, podemos ver certas frases direcionadas à presidente. Metáforas dizendo que nela falta “jogo de cintura” (p. 16) e frases como: “acuada pelas manifestações pró-*impeachment* e pelas queixas contra o reajuste fiscal, sempre em choque com a classe política e tímida diante dos microfones” (p. 14), destacam sua vulnerabilidade. Porém, na análise de *CartaCapital*, aparecem duas novas categorizações: “elementos questionáveis nas manifestações” e “participação da mídia no contexto das manifestações”.

Na categorização “participação da mídia no contexto das manifestações” são levantadas questões como a de Paulo Pimenta, que diz: “Em seu plano de embaralhar o *impeachment* e as manifestações, o PSDB contou com o costumeiro apoio da mídia” (p. 17). A categorização “elementos questionáveis” é relativa ao fato da contagem de manifestantes presentes, aspecto qual a revista afirma: “A PM exagerou, em São Paulo e Porto Alegre, no mínimo” (p. 17)”. Em contraponto à revista *Veja*, que disse que as manifestações foram “felizes e festivas” (p. 90), na revista *CartaCapital* o perfil dos manifestantes é evidenciado como “pouca disposição para conversa” (p. 16).

Na segunda matéria a presidente e seu governo também são alvo de críticas em frases como: “espanta, porém, que o PT a mantenha (a corrupção) em vida com dedicação total. Basta isso para explicar os dias de hoje? O vácuo de poder, a falta de liderança, a nau desgovernada?” (p. 20). Na imagem mostrada nesta matéria,

vemos uma comparação entre os escravos, em 1821, vendo Carlota Joaquina indo embora pelo mar, que seriam os mesmos que, nos dias de hoje, foram as pessoas de classe baixa assistindo as manifestações.

Também nesta matéria aparece a nova categorização - explicitada no primeiro parágrafo: “participação da mídia no contexto das manifestações”, na qual é inserida a frase: “[...] a mídia nativa assumiu há muito tempo o papel de oposição, e foi decisiva para as marchas antidemocráticas de domingo 15” (p. 21). Esta frase reforça os estudos que propõem que a mídia é um agente político e também “instrumento de controle ideológico” (HERMANN, 2015), e sua capacidade de influenciar decisões políticas.

A mídia não é só uma arena de expressão de forças políticas existentes, mas é também um ator político por direito próprio. Ela é um ator político na medida em que participa da construção da esfera pública, mas em alguns casos, seu caráter de empresa privada que busca o lucro pode fazer com que os interesses privados tenham prioridade sobre suas tarefas públicas”. (HERMANN, 2015, p. 23).

Essa ideia da mídia como ator político é também ressaltada por Motta (2014, p. 23) “A escolha das matérias e a representação de ideais normativos nos textos jornalísticos [...] fazem com que a mídia seja mais que um veículo de expressão da opinião pública, ela participa ativamente de sua formação”.

Na terceira matéria o perfil dos manifestantes é bastante evidenciado. A frase: “A grosseria, a fanfarronice e a vulgaridade da direita voltaram para ficar” (p. 23) deixa clara essa ideia. Bem como a foto que mostra um homem, nas manifestações, vestindo verde e amarelo gritando furiosamente com outro homem que está com uma bandeira vermelha nas costas. A foto contém o *box*: “Uma clara demonstração não só da cordialidade do brasileiro, mas do caráter democrático e pacífico dos protestos de domingo 15” (p. 23).

Na quarta matéria é evidenciado, ainda com mais crítica, o perfil dos manifestantes em frases como: “os manifestantes rodopiavam as palavras de ordem estampadas em faixas e cartazes, em uma algazarra de significados e insignificâncias” (p. 24) e “as baixarias revelam sobretudo indigência cultural e o desprezo absoluto pelos valores do liberalismo político, o que nos coloca [...] na vanguarda do movimento de retorno à Idade da Pedra Lascada” (p. 24).

Nessa mesma matéria, a mídia é colocada como um veículo que pela concorrência por audiência é arrastado “para o abismo da vulgaridade no afã de desinformar a “massa informe” (p. 25). A ideia desta frase lembra-nos Thompson (2008):

A mídia é um domínio no qual sérias preocupações foram banidas há muito tempo. Com o crescimento da comercialização da instituição da mídia, os ideais políticos e morais sustentados por alguns dos primeiros empreendedores foram substituídos por critérios de eficiência e lucratividade”. (THOMPSON, 1998, p. 224).

A matéria também destaca os cartazes escrito “Intervenção militar já” (como mostra a foto) e afirma que “as exaltadas conclamações para o retorno dos militares foram escoltadas por sugestões de desrespeito à lei e aos direitos individuais e coletivos” (p. 24).

A quinta e última matéria analisada já traz no título o seu viés: “A era da fúria” (p. 26). Nela é destacado que o tom raivoso usado nas manifestações é uma tendência mundial. Uma foto que ocupa grande parte do centro da página mostra um homem, em o que parece ser uma manifestação, gritando furiosamente. O *box* diz: “classes médias tradicionais frustradas, exaltadas e preconceituosas tornaram-se parte da paisagem da América Latina”. A categorização “elementos questionáveis nas manifestações” é visível neste texto quando ele traz o fato de financiadores do *TeaParty*“ aparecem também como financiadores da formação de jovens e de institutos ligados à liderança dos protestos contra o governo brasileiro” (p. 27).

Na capa desta edição, aparece a foto da presidente toda em preto, no seu peito vemos a faixa de presidente com as cores do Brasil. A imagem explicita um certo “luto”, acoplado ao título: “O governo no breu”.

Desta maneira, podemos ver alguns mesmos enquadramentos entre as revistas *Veja* e *CartaCapital*, no sentido da vulnerabilidade da presidente, por exemplo. Mas é visível que a última revista analisada traz outros enquadramentos para pensar as manifestações. Entre eles “elementos questionáveis” e a participação da mídia neste contexto. Enquanto a *Veja* diz que “Chequer estava entre mais de 1 milhão de pessoas na maior manifestação política em 30 anos de democracia no Brasil” (p. 17)”, *CartaCapital* afirma que “a PM exagerou, em São Paulo e Porto Alegre, no mínimo” (p. 17)”. Enquanto *Veja* diz: “O sentimento que ficou da passeata

foi de energização e esperança” (p. 91) e que “o sentimento não foi de ódio, mas de plenitude, de realização” (p. 90), *CartaCapital* afirma que “as tropelias e arreganhos dos manifestantes são explosões explícitas de ódio ao que está no mundo de modo diferente” (p. 24).

Sorg (2015) traz a ideia de “movimento de opinião” que contempla o fato dos manifestantes irem às ruas não por uma causa social, mas sim para expressarem suas emoções, que muitas vezes é a de ódio como citado acima. As manifestações acabam sendo um aglutinado de emoções e ideias diferentes que não se caracterizam como “movimento social”.

Dessa forma, através da análise dos dispositivos em *CartaCapital*, chegamos à conclusão que a ideia organizadora desta revista traz uma abordagem mais histórica e problematizada do que a da revista *Veja*, de modo que ela visa destacar o perfil dos manifestantes, bem como trazer uma contextualização para pensar as manifestações.

Para Vimieiro e Maia (2011, p. 240) a abordagem cultural do enquadramento é “uma perspectiva mais ampla acerca dos *frames*, indica que não são apenas palavras, mas, sim, contextos e sentidos indiretos, os responsáveis por um padrão específico de entendimento acerca de uma temática em um texto midiático”.

Também vemos a importância deste enquadramento nas palavras de Rothberg (2014) quando afirma que o enquadramento jornalístico contribui ativamente para a formação da cultura política do país, e pode intervir com a mesma força que uma instituição política.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo analisar o enquadramento da mídia acerca das manifestações que ocorreram dia 15 de março de 2015 no Brasil. Foram escolhidos como objetos a revista *Veja*, pertencente à Editora Abril, e a revista *CartaCapital* que pertence à Editora Confiança, ambas revistas impressas. A escolha destas duas revistas se deu, em um primeiro momento, pelo fato de ambas terem grande circulação em território nacional. Outro fator importante na escolha é o de pertencerem a grupos distintos, o que poderia implicar uma diferença de tratamento do tema pelo viés de cada uma. Ficou decidido, então, que analisaríamos, em ambas as revistas, a edição publicada logo após as manifestações. As duas revistas publicaram suas edições no dia 25 de março de 2015. Foram encontradas três matérias na revista *Veja* e cinco na revista *CartaCapital*.

Visto que o conceito norteador deste trabalho é o enquadramento, e o mesmo dispõe de uma perspectiva teórica e metodológica, optamos por usar o mesmo conceito também no processo de análise. A escolha do enquadramento como metodologia se deu por meio da possibilidade de, através dele, achar uma ideia organizadora nos textos e assim conseguir identificar o enquadramento que cada revista dá ao tema. Para Carvalho (2009, p. 4), “os enquadramentos revelam as peculiaridades de cada veículo noticioso, em suas múltiplas inserções sociais, e por isso dizem para além de um componente operacional da lógica narrativa noticiosa”.

Desta forma, nos embasamos em estudiosos do enquadramento que trazem ideias como a de *elementos* de Matthes e Kohring (2008), e também a de *pacotes interpretativos* de Gamson e Modigliani (1989). Pela dificuldade em achar este último texto, nos embasamos em Vimieiro e Maia (2011) que traz o conceito destes autores sobre *dispositivos de enquadramentos*. Os dispositivos são: metáfora, exemplos, *slogans* e *chavões*, representações e imagens visuais. Conceituamos o dispositivo “representações” a partir do viés de Rothberg (2014).

Ao ler as matérias, observamos uma baixa ou nenhuma ocorrência do dispositivo “*slogans* e *chavões*” na revista *Veja*, e do dispositivo “exemplos” na revista *CartaCapital*, desta forma desconsideramos os mesmos. No dispositivo “imagens visuais” optamos por descrever somente as imagens mais



significativas. Demos início, então, ao processo de categorização que acontece no dispositivo “representações”.

Definimos seis categorizações: alcance/ampliação das manifestações; simplificação/generalização das causas geradoras das manifestações; vulnerabilidade da presidente e/ou de seu governo como elemento propulsor das manifestações; perfil das manifestações ou dos manifestantes; participação da mídia no contexto das manifestações e elementos questionáveis nas manifestações.

Após essa análise, podemos perceber que as duas revistas trazem categorizações semelhantes quando enquadram as manifestações. O fato de falarem da fragilidade do governo, por exemplo. Porém, na categorização que fala sobre o perfil dos manifestantes, podemos ver uma discordância entre as revistas. A revista *Veja* fala do caráter passivo das manifestações, enquanto a *CartaCapital* enfatiza atitudes grosseiras e vulgares dos manifestantes. *CartaCapital* também difere de *Veja* no momento em que traz outras duas categorizações para pensar as manifestações, são elas a “participação da mídia no contexto das manifestações” e “elementos questionáveis”. Essas duas categorizações explanam a interferência da mídia tradicional nas manifestações, bem como grupos externos que estariam apoiando as mesmas.

Neste sentido, chegamos à conclusão de que a revista *Veja* traz um enquadramento direcionado a fragilidade e vulnerabilidade da presidente e de seu governo, enquanto a *CartaCapital* traz uma perspectiva mais contextualizada e problematizada em relação aos manifestantes e a causa das manifestações.

Admitimos a dificuldade em achar bibliografias de teóricos estrangeiros que pensam essas perspectivas, porém acreditamos que os vieses de dos autores que foram trazidos (GOFFMAN, 1986; RODRIGUES 1990, 1999; ENTMAN, 1993; PORTO, 2002; MATTHES, KOHRING, 2008; SODRÉ, 2009; GOMES, 2012; MARTINO, 2013, entre outros), ajudaram a explicar sobre o conceito. É importante ressaltar que esta foi mais uma pesquisa que trabalhou com dados da mídia impressa, o que talvez mostre uma consolidação do enquadramento nesta área de abrangência.

Por fim, acreditamos que aspectos desta pesquisa poderiam ser complementados no futuro. Entrevistas com jornalistas e redatores das matérias,

bem como com os dirigentes de ambas revistas seriam maneiras que complementariam nosso estudo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALDÉ, Alessandra; LATTMAN-WELTMAN, Fernando. O MST na TV: Sublimação do político, moralismo e crônica cotidiana do nosso “estado de natureza”. In: IX Encontro Anual da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação (COMPÓS). **Anais**. Porto Alegre, 30 de maio a 2 de junho, 2000. Disponível em: <[http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=4400&Itemid=317](http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=4400&Itemid=317)>. Acesso em 30 nov. 2015.

ALSINA, Miquel Rodrigo. **A Construção da notícia**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

ANTUNES, Joana; LISI, Marco. As eleições legislativas de 2011 na imprensa: partidos, candidatos e temas da campanha eleitoral. In: SANTO, Paula do Espírito; LISI, Marco (coords.). **Campanhas eleitorais, debates televisivos e propaganda: comunicação política e as eleições legislativas de 2011**. Covilhã, Portugal: LabCom - Laboratório de Comunicação Online, 2015.

AUGUSTI, Alexandre Rossato. **Jornalismo e comportamento: os valores presentes no discurso da revista *Veja***. 2005. 176f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

BABO-LANÇA, Isabel. A constituição do sentido do acontecimento na experiência pública. **Trajectos: revista de comunicação, cultura e educação**. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. n. 6, 2005.

\_\_\_\_\_. Reprodutibilidade do acontecimento na ordem institucional. **Trajectos: revista de comunicação, cultura e educação**. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. n. 6, 2005.

BALBINOTTI, Rafael. **Chefes, dedo-duros e vilões: personagens, estereótipos e humor em *Veja* durante o *impeachment* de Collor, em 1992, e no caso Mensalão, em 2005**. 2011. 155f. Monografia apresentada como pré-requisito para conclusão do Curso de Jornalismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CAMPOS, Luiz Augusto. Quem Enquadra as Cotas? Atores sociais e pacotes interpretativos sobre as ações afirmativas raciais na imprensa. In: VI Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política. **Anais**. Rio de Janeiro, 22 a 25 de abril, 2015. Disponível em: <<http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2015/04/GT5-Campos.pdf>>. Acesso em 29 abril 2015.

\_\_\_\_\_. Identificando enquadramentos midiáticos com o auxílio da informática: uma proposta metodológica. In: 37º Encontro Anual da ANPOCS. **Anais**.

São Paulo, setembro, 2013. Disponível em:  
[http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=8499&Itemid=459](http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=8499&Itemid=459). Acesso em: 29 abril 2015.

CARVALHO, Carlos Alberto de. Sobre limites e possibilidades do conceito de enquadramento jornalístico. **Contemporanea**: revista de comunicação e cultura, v. 7 n. 2, dezembro, 2009.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2007.

COLLING, Leandro. Agenda-setting e o framing: reafirmando os efeitos limitados. In: **Revista Famecos**: mídia, cultura e tecnologia, Porto Alegre, n. 14, p. 88-101, abril, 2001.

ENTMAN, Robert. Framing: toward clarification of a fractured paradigm. **Journal of Communication**, v. 43, n. 4, p. 51-18, 1993.

FAUSTO NETO, Antônio. Discurso Político e Mídia. In: RUBIM, Antonio (org.). **Comunicação e política**: conceitos e abordagens. Salvador: Edufba, 2004.

GOFFMAN, Erving. **Frame Analysis**: na essay on the organization of experience. New York: Harper & Row, 1986.

GOMES, Isaltina Maria de Azevedo Mello; HOLZBACH, Ariane Diniz. O discurso sobre saúde na revista *Veja*. In: II Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. **Anais**. Salvador, novembro, 2004.

GOMES, Wilson. 90 anos de comunicação e política. **Contemporanea**: revista de comunicação e cultura, Bahia, v. 9, n. 3, set/dez. 2011.

HERMANN, Julián. Mídia e política subnacional na América Latina. In: HERMANN, Julián; GUAZINA, Liziane; PEREIRA, Fábio (orgs.). **Novos questionamentos em mídia e política**. Florianópolis: Insular, 2015.

INNERARITY, Daniel. **O novo espaço público**. Lisboa: Teorema, 2010.

LIMA, Venício Artur. Discurso Político e Mídia. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (org.). **Comunicação e política**: conceitos e abordagens. Salvador: Edufba, 2004.

LEAL, Plínio Marcos Volponi. Jornalismo Político Brasileiro e a Análise do Enquadramento Noticioso, **Revista Compólitica**, Rio de Janeiro, 2007.

MAIA, Rousiley Celi Moreira. Debates públicos na mídia: enquadramentos e trocas públicas. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 2. Brasília, jul/dez, 2009.

MARTINO, Luís Mauro Sá. Três hipóteses sobre as relações entre mídia, entretenimento e política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 6, Brasília, p. 137-150, jul/dez, 2011.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Teoria da Comunicação**: ideias, conceitos e métodos. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

MATTHES, Jörg; KOHRING, Matthias. The content analysis of media frames: toward improving reliability and validity. **Journal of Communication**, p. 258-279, 2008.

MCCOMBS, Maxwell. **A Teoria da Agenda**: a mídia e a opinião pública. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

MESQUITA, Flávio. **O dia “D”**: análise do enquadramento às coberturas de *Veja* e *Isto É* no domingo anterior às eleições presidenciais do 2º turno. Disponível em: <<http://www4.faac.unesp.br/publicacoes/anais-comunicacao/textos/24.pdf>>. Acesso em 28 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. **As fontes jornalísticas no Caso Dossiê** - uma análise de enquadramento da cobertura das revistas *Veja*, *Época*, *Isto É* e *CartaCapital*. 2008. 137f. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista, Bauru 2008.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Ideologia e processo de seleção de notícias. In: MOTTA, Luiz Gonzaga (org.). **Imprensa e poder**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

\_\_\_\_\_. Enquadramentos lúdico-dramáticos no jornalismo: mapas culturais para organizar conflitos políticos. In: **Intexto**, Porto Alegre, v. 2, n. 17, p. 1-25, jul/dez, 2007.

\_\_\_\_\_. Fissuras no sistema midiático. In: HERMANN, Julián; GUAZINA, Liziane; PEREIRA, Fábio (orgs.). **Novos questionamentos em mídia e política**. Florianópolis: Insular, 2015.

PORTO, Mauro. **Interpretando o mundo da política**: perspectivas teóricas no estudo da relação entre psicologia, poder e televisão. In: XXIII Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Minas Gerais, 1999.

\_\_\_\_\_. **Enquadramentos da mídia e política**. In: XXVI Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Minas Gerais, 2002.

REBELO, José. Apresentação. **Trajectos**: revista de comunicação, cultura e educação. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. n. 6, 2005.

RODRIGUES, Adriano Duarte. **Estratégias da comunicação**. Lisboa: Presença, 1990.

\_\_\_\_\_. **Experiência, modernidade e campo dos media.**

Universidade Nova de Lisboa, Portugal, 1999. Disponível em:

<<http://www.bocc.ubi.pt/pag/rodrigues-adriano-expcampmedia.pdf>>. Acesso em 10 set. 2015.

ROTHBERG, Danilo. Enquadramentos midiáticos e sua influência sobre a consolidação de direitos de crianças e adolescentes. **Revista Opinião Pública**, Unicamp, vol. 20, n. 3, p. 407-424, dezembro, 2014.

SANTOS, Janaíne dos. **Construção de opinião no texto informativo**: adjetivos, advérbios e figuras de linguagem como estratégias discursivas em *Veja*, *Época*, *IstoÉ* e *CartaCapital*. 2009. 100f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

SCHAEFER, Ricardo. **O líder em Exame**: o enquadramento da liderança na mídia de negócios. 2014. 130f. Dissertação (Mestrado em Comunicação), Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Santa Maria, 2014.

SCHEUFELE, Dietram A. Framing as a theory of mídia effects. **Journal of Communication**, p. 103-122, 1999.

SILVA, Mariana Ramos da; SANTOS, Tauane Santa dos; SANTOS; Dalila Carla. “Deu um apagão!”: Enquadramento das revistas *Veja* e *CartaCapital* sobre a derrota do Brasil na copa do mundo. In: XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste. **Anais**. Natal, julho, 2015. Disponível em: <<http://www.portalintercom.org.br/anais/nordeste2015/resumos/R47-2253-1.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

SILVA, Vevila Junqueira da. **O escândalo do mensalão em revistas semanais**: uma análise de enquadramento. 2008. 140f. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2008.

SCHMITT, Carl. **O conceito político/Teoria do Partisan**. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

SILVA, Luiz Martins da. Sociedade, esfera pública e agendamento. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia. (orgs.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

SODRÉ, Muniz. **A Narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

SORG, Bernardo. On-line/Off-line: a nova onda da sociedade civil e a transformação da esfera pública. In: SORG, Bernardo; FAUSTO, Sergio (orgs.). **Internet e**

**mobilizações sociais:** transformações do espaço público e da sociedade civil. São Paulo: Edições Plataforma Democrática, 2015.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade:** uma teoria social da mídia. 5. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

TRAQUINA, Nelson. As notícias. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo:** questões, teorias e estórias. Lisboa: Vega, 1999.

TUCHMAN, Gaye. **Making news:** a study in the construction of reality. New York: The Free Press, 1978.

\_\_\_\_\_. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo:** questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Vega, 1999a.

\_\_\_\_\_. Contando estórias. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo:** questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Vega, 1999b.

VIMIEIRO, Ana Carolina; MAIA, Rousiley Celi Moreira. Análise indireta de enquadramentos da mídia: uma alternativa metodológica para a identificação de frames culturais. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 18, p. 235-252, jan/abril. 2011.

VIMIEIRO, Ana Carolina. **Cultura pública e aprendizado social:** a trajetória dos enquadramentos sobre a temática da deficiência na imprensa brasileira. 2010. 189f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

VREESE, Claes H. de. New avenues for framing research. **American Behavioral Scientist**. v. 56, n. 3, p. 365-375, 2012.

## ANEXOS

Matérias retiradas das revistas *Veja* (edição 2418) e *CartaCapital* (edição 842) para a realização deste trabalho. Para uma melhor leitura, optamos por colocar uma página abaixo da outra.

## ANEXO A

**Entrevista** ROGERIO CHEQUER

PEDRO DIAS LEITE

# O governo vai ter de ouvir

O líder do Vem pra Rua diz que protestar ajuda a formar uma geração mais exigente e promete que, ao contrário de 2013, “o gigante acordou e não vai dormir mais tão cedo”

**N**o dia 4 de outubro do ano passado, véspera do primeiro turno da eleição presidencial, o engenheiro e empresário Rogerio Chequer, de 46 anos, era uma das cinco pessoas presentes a um protesto convocado por ele contra o governo da presidente Dilma Rousseff em frente ao Parque do Ibirapuera, em São Paulo. Menos de duas semanas depois, eram 300 os manifestantes que compareceram a um segundo ato. No domingo 15, Chequer estava entre mais de 1 milhão de pessoas que tomaram a Avenida Paulista na maior manifestação política em trinta anos de democracia no Brasil. Líder de um dos grupos que organizaram o protesto, o Vem pra Rua, Chequer afirma que as manifestações de domingo, e as que estão por vir, não repetirão 2013. “Agora o gigante acordou e não vai dormir mais tão cedo.” Na entrevista que concedeu a VEJA, ele diz por que acredita que desta vez os protestos não vão arrefecer.

**Antes da marcha, os organizadores mais otimistas falavam em 100 000 manifestantes em São Paulo, mas, no fim, mais de 1 milhão de pessoas compareceram. No país todo, foram mais de 2 milhões. O que levou tanta gente a aderir aos protestos?**

As pessoas que foram às ruas queriam mostrar a sua indignação diante da corrupção, da ineficiência dos serviços públicos e da falta de honestidade no discurso de quem está no poder. Mas ficou muito claro para mim que, se existe algo que une tudo isso, é a sensação que as pessoas têm de estar sendo desrespeitadas pelos que estão no poder. Essa recusa do governo em assumir seus equívocos, a insistência em tomar decisões apenas para beneficiar a sua turma e não a população, isso tudo provoca nas pessoas uma tremenda sensação de que elas não estão sendo respeitadas. O que acho que aconteceu foi que muita

“O fato novo é que antes as pessoas não sabiam o que fazer com a indignação e agora sabem”



ARTISTO MILÉNA

veja | 25 DE MARÇO, 2015 | 17



## Entrevista ROGERIO CHEQUER

gente percebeu que, a partir do momento em que se junta a um grupo, a uma multidão, deixa de estar solitária na sua indignação. E começa a acreditar que pode brigar contra esse desrespeito.

**Mas não é a primeira vez que os insatisfeitos se juntam em grupos. O Cansei, em 2007, foi uma iniciativa com proposta parecida. Por que agora a reação tem sido diferente?** Primeiro, porque o número de insatisfeitos nunca foi tão grande. Em outubro passado, como demonstraram as urnas, nós já somávamos pelo menos 51 milhões de pessoas. Desde então, isso só aumentou — não apenas em quantidade, mas em intensidade também. Mas acho que o fato novo é que antes as pessoas não sabiam o que fazer com a indignação e agora sabem.

**Como assim?** A sensação de indignação é uma força poderosa, mas as pessoas não sabem o que fazer com ela. Acabamos reclamando com os outros — para o colega de escritório, para a mulher. Só que, em geral, nos queixamos a quem está indignado também, o que faz com que o efeito da reclamação seja nulo. Vira uma flagelação coletiva — todo mundo sofre e nada acontece. Então, sinto que agora começamos a descobrir como canalizar essa energia. Quando marcamos um lugar para encontrar outras pessoas que querem expressar essa mesma revolta, nossa voz passa a ser escutada por quem está na rua, pela imprensa, pelo governo. Ou seja: em vez de reclamarmos para o nosso colega de trabalho, passamos a reclamar para quem tem de receber essa reclamação. E agora o governo vai ter de escutar.

**Mas o movimento já existe há algum tempo, o que significa que, mesmo com toda essa indignação, os protestos demoraram a engrenar. Por quê?** O brasileiro é acomodado, dificilmente se engaja, sobretudo politicamente. Mas penso que isso é consequência principalmente de uma descrença generalizada na política e nos políticos e na capacidade da sociedade de alterar

“As manifestações vão mudar o Brasil. Você viu a quantidade de crianças que havia nas ruas no domingo? Elas vão crescer com uma tolerância muito menor para os abusos do governo. Não vão aceitar um décimo do que aceitamos”

esse quadro. Quando você cresce acomodado, deixa de acreditar que é possível mudar e passa a achar que nada pode ser feito. Uma das frases mais comuns que ouço quando digo que quero tentar mudar alguma coisa é: “Não adianta”.

**E como acabar com esse conformismo?** Nós, do Vem pra Rua, decidimos pelo seguinte caminho: em vez de tentarmos enumerar todos os erros do PT, apenas chamamos as pessoas para manifestar sua indignação. Conseguir pôr esse sentimento para fora já é fascinante. Agora, precisamos trabalhar para que não ocorra o que se deu em 2013, quando “o gigante acordou”, mas logo dormiu de novo. Não queremos apenas despertar o gigante, queremos que a força da sociedade ordeira, construtiva se incorpore à cultura brasileira e ajude a, de fato, melhorar o país.

**E o que o leva a crer que esse movimento agora será mais duradouro do que foi o de 2013?** Talvez o fato de que, desta vez, as pessoas estão bravas, mas, ao mesmo tempo, se sentindo realizadas. Essa sequência de manifestações está criando uma nova ge-

ração de brasileiros. Você viu a quantidade de crianças que havia nas manifestações de domingo em São Paulo e nas outras cidades? Elas vão crescer com outra cabeça, com uma tolerância muito menor do que a nossa para esses abusos do governo. Elas não vão aceitar um décimo do que a nossa geração tem aceitado há anos.

**Outra característica que chamou atenção em protestos como o de São Paulo foi a relação amigável que se viu entre as pessoas que foram às ruas e os policiais militares.**

É verdade. Uma das muitas falsas premissas que a gente ouve por aí é que a Polícia Militar é parcial, é “do mal”, está sempre “contra o povo”. Mas o que foi que se viu no domingo? Nenhuma vitrine quebrada, tudo acontecendo em plena ordem, e tudo isso, em grande parte, graças à PM, inclusive em estados de administração petista. Diante dessa constatação, muita gente começa a pensar: então é possível fazer uma manifestação e a polícia estar na rua para garantir a nossa segurança? Isso é algo que deveria ser óbvio, mas não é. Crescemos com paradigmas errados, e aí, quando a gente passa para a normalidade, estranha.

**Apoiadores do governo disseram que os últimos protestos representam um movimento da “elite branca”. O que o senhor acha dessa afirmação?**

Em primeiro lugar, quem fala isso não esteve nas manifestações para ver o que aconteceu. Porque, se tivesse ido, teria visto brancos, pardos, negros, gente mais velha, gente mais nova. Uma hora, de cima do caminhão, comecei a chamar: “Quem são as pessoas da periferia da Zona Sul de São Paulo?”. E grupos enormes levantavam a mão. “E da Zona Leste? Guarulhos? Osasco?” Mais grupos levantavam a mão. O governo tenta, de forma enviesada e injusta, uniformizar as pessoas. Quanto mais o movimento cresce, mais ele aumenta nas classes C, D e E. No começo, era mesmo bem mais elitizado. Mas isso nunca me incomodou.

**Por quê?** Porque as coisas têm de começar de algum jeito, e não tem um jeito certo ou errado para isso. Por que a elite vale menos, ou tem menos voz, ou deveria ser menos considerada? Se o movimento começou com a elite, que bom que alguém começou. Dizer o contrário é uma forma de preconceito. Somos iguais ou não? Isso é inacreditável vindo de um partido que hasteava a bandeira da igualdade e agora prega o conflito de classes, entre ricos e pobres, empresários e trabalhadores. O interessante é que ricos e pobres, empresários e trabalhadores, todos, têm uma coisa em comum: eles pagam impostos. E, nesse caso, quem está do outro lado é o governo, que recebe o dinheiro.

**O senhor diz que o Vem pra Rua é um movimento suprapartidário, mas vocês apoiaram o candidato Aécio Neves, do PSDB, nas eleições presidenciais de outubro.** Deixe-me fazer um pequeno retrospecto. Nossa primeira manifestação foi em 4 de outubro. Apareceram quatro pessoas — cinco, contando comigo. No dia 16, na segunda manifestação, já reunimos umas 300. Só que todo mundo se identificou tanto com aquilo que começou a chamar mais gente. É claro que as eleições ajudaram, porque, sendo o protesto contra o governo, ele se confundia com a campanha. Da nossa parte, como éramos contra a candidata Dilma Rousseff, não havia alternativa a não ser apoiar a oposição, fosse quem fosse. Se a Marina Silva tivesse ido para o segundo turno, nós a teríamos apoiado. Mas foi o único momento em que o movimento apoiou um candidato.

**E isso não se repetirá?** Nós somos críticos do governo, e só. O movimento é suprapartidário. A partir do momento em que nos aliarmos a algum nome ou sigla, criaremos conflitos de interesse. Precisamos ter a prerrogativa e a liberdade de poder monitorar ou criticar políticos e governantes de qualquer partido.

**Isso quer dizer que se um político do PSDB, por exemplo, fizer algo de que**

**“A elite vale menos, tem menos voz, deveria ser menos considerada? Se o movimento começou com a elite, que bom que alguém começou. Dizer o contrário é uma forma de preconceito. Somos iguais ou não?”**

**vocês discordam, vocês também irão para a rua protestar?** Sim, mas é preciso tomar cuidado. A quantidade de coisas erradas que os governantes fazem é tão grande hoje que, se começarmos a atacar a tudo e a todos, perderemos o foco. Para ficar claro: de onde devemos começar a mudança? De cima, é o que achamos. Como diz o ditado: escada se lava de cima para baixo. Depois, quase todos os nossos colaboradores têm uma atividade profissional, precisam trabalhar oito, dez, doze horas por dia. Ninguém aqui vive disso. Temos de ter foco.

**Como se organiza uma mobilização como a de domingo em São Paulo?** Pode ser difícil de acreditar, mas não temos uma estratégia azeitada. O que temos são canais em todas as redes sociais. No WhatsApp, por exemplo, o Vem pra Rua tem um grupo que reúne mais de 8 000 integrantes. Essas pessoas acabam repassando as informações aos seus amigos, por meio de seus próprios grupos, e a partir daí a coisa vai se disseminando. No Facebook, o indicador mais interessante para medir o nível de engajamento das pessoas é o total dos que curtiram, comentaram ou comparti-

lharam o conteúdo do Vem pra Rua: na semana anterior ao 15 de março, 1 milhão de pessoas fizeram ao menos uma dessas três coisas. E, quando elas fazem isso, esse material aparece na timeline de alguns dos seus amigos. Então, pelas nossas contas, o chamado do Vem pra Rua atingiu mais de 11 milhões de pessoas só nessa rede social, o que ajuda a explicar por que tanta gente foi às manifestações.

**Como vocês se financiam?** É importante esclarecer que nenhum dos cerca de cinquenta colaboradores do Vem pra Rua recebe um centavo. Além disso, os custos de uma manifestação são muito mais baixos do que você pode imaginar. Na de 15 de março, gastamos em torno de 20 000 reais. Só com a venda de camisetas arrecadamos perto disso. Metade desse valor foi para o aluguel de um caminhão de som ultrapotente e o resto foi gasto com cartazes, faixas, balões. É muito menos do que todo mundo imagina. Esse equívoco de avaliação é um dos motivos que fazem com que muita gente fique tentando encontrar um partido ou uma organização empresarial por trás do nosso movimento. Não tem.

**Vocês hoje são contra o impeachment. Podem mudar de ideia no futuro?**

Não somos contra o impeachment. O correto é dizer que não somos a favor dele agora. É algo que ainda não tem sustentação jurídica, já que até agora não se conseguiu provar o envolvimento da presidente no petrolão. A possibilidade sempre vai estar no nosso radar, mas não queremos desperdiçar a energia das pessoas. Mesmo porque, se tratarmos o impeachment como meta e ele não ocorrer, a sociedade vai ficar com a impressão de que não adianta fazer as coisas. Temos assuntos mais urgentes: um dos mais importantes é fiscalizar para que todos os processos de investigação e denúncia dos políticos e de todo mundo que fez mal uso do dinheiro público sejam feitos sem interferência, sem pressões. Precisamos começar a mudar o Brasil mesmo com esse governo que está aí. ■

## ANEXO B

Brasil

# AS REGRAS DO JOGO

Especialistas ouvidos por VEJA respondem a dez perguntas sobre o impeachment: o que é o processo, quando ele é possível e o que acontece depois

MARIANA BARROS E PIETER ZALIS

**U**m em cada quatro manifestantes que foram à Avenida Paulista protestar no dia 15 de março defendeu o impeachment da presidente Dilma Rousseff, segundo uma pesquisa do Datafolha. Só a corrupção foi mais citada como motivo para ir à marcha.

Quedas de presidentes não são um evento banal. Um estudo de cientistas políticos americanos e canadenses que analisou todos os presidentes democraticamente eleitos no planeta de 1978 a 2006 revelou que apenas 12% deles não conseguiram concluir o mandato, seja porque foram tirados por impeachment, seja porque sucumbiram à pressão das ruas e renunciaram (golpes não entram na conta).

Segundo o estudo, são quatro os fatores de instabilidade que levam à queda de presidentes: problemas na economia, mobilizações de rua, queda de popularidade e perda de maioria no Congresso. A presidente Dilma enfrenta todos esses em maior ou menor grau. Especialistas ouvidos por VEJA, porém, concordam que ainda há mais diferenças que semelhanças entre a situação da presidente e a vivida pelo ex-presidente Fernando Collor, alvo do único caso de impeachment no Brasil, em 1992.

Aqui, oito juristas e advogados respondem a dez dúvidas sobre o processo previsto na Constituição.

## 1 Em que casos um presidente pode sofrer impeachment?

O presidente só pode sofrer impeachment se tiver cometido o que a Constituição define como crimes de responsabilidade: atentar contra o Poder Legislativo, o Poder Judiciário, o Ministério Público, o exercício

dos direitos individuais e sociais, a lei orçamentária, a proibição administrativa e o cumprimento de leis e decisões judiciais.

## 2 Dilma Rousseff pode sofrer impeachment mesmo sem ser alvo de um processo na Justiça?

Sim. Para a abertura do impeachment, basta que dois terços da Câmara dos Deputados acreditem que há indícios de que a presidente tenha cometido um “crime de responsabilidade”, o que pode ocorrer até sem intenção — ela pode ser acusada por, simplesmente, ter se omitido em coibir crimes em sua administração. No entanto, a ausência de um processo judicial ajuda a reforçar o argumento de quem é contra o impeachment, de que não há fatos concretos que justifiquem cassar um presidente.

## 3 O petrolão aconteceu quando Dilma já era presidente, mas antes da reeleição. Ela pode responder no segundo mandato por crimes do primeiro?

A resposta para essa pergunta não é unânime, mas a maioria dos juristas considera que não. A dúvida acontece porque a reeleição foi instituída apenas em 1997, enquanto a Constituição (de 1988) e a lei que regula o impeachment (de 1950) são anteriores a ela. Assim, não prevêem o que pode acontecer se um presidente comete o crime no primeiro mandato e é reeleito. Quem defende que ela pode ser processada argumenta que se trata de um “mandato continuado”, ou seja: com a reeleição, o segundo pode ser contaminado pelo primeiro.

## 4 Quem pode pedir o impeachment da presidente?

Qualquer cidadão, entidades



representantes da sociedade civil ou parlamentares. No impeachment de Collor, o pedido foi apresentado pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e pela Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Mas a decisão sobre abrir ou não um processo cabe à Câmara dos Deputados. O pedido só vai em frente se tiver o apoio de dois terços da Casa, o equivalente a 342 dos 513 deputados federais.

## 5 Quem decide sobre um possível impeachment da presidente?

A decisão final sobre o impeachment de um presidente cabe ao Senado Federal. Assim como na decisão sobre abrir o processo ou não, é necessário o apoio de dois terços dos parlamentares: ou seja, 54 dos 81 senadores.

## 6 Quanto tempo leva o processo?

Não há definição na Lei do Impeachment. O único prazo mencionado na Constituição se refere ao período em que o presidente fica impossibilitado de exercer seu mandato depois da notificação de abertura do processo no Senado e da aceitação do



VANESSA CARVALHO/BRASIL PHOTO PRES

pedido pela Câmara — 180 dias. Se não houver um veredicto final nesse período, ele pode voltar a exercer o cargo mesmo que o processo esteja em andamento. No caso de Collor, durou três meses.

### 7 Collor sofreu impeachment ou renunciou?

Sofreu impeachment. Ele foi afastado da Presidência no dia 29 de setembro de 1992, quando a Câmara dos Deputados aprovou a abertura do impeachment. No dia 30 de dezembro, foi “impichado” por 76 votos a favor e três contra. O ex-presidente ainda tentou escapar do impeachment com uma carta de renúncia lida pelo seu advogado, durante o julgamento. O Senado, no entanto, não aceitou a carta e manteve o julgamento.

### 8 Quais as semelhanças e as diferenças entre a situação de Dilma e a de Collor?

Por enquanto, há mais diferenças do que semelhanças. Os principais pontos de contato são a grave crise política e

econômica e a enorme rejeição da população — perto do impeachment, o então presidente era considerado ruim ou péssimo por 68%; ninguém jamais havia chegado perto desse índice, façanha conseguida por Dilma na semana passada, com avaliação negativa de 62%. No campo das diferenças, ainda não pesa nenhuma acusação de envolvimento pessoal da presidente no escândalo do petrolão, a não ser a afirmação do doleiro Alberto Youssef de que ela tinha ciência do esquema, o que, frise-se, não é pouco. Já Collor era acusado diretamente de corrupção — o relatório final da CPI que investigou seu governo concluiu que ele recebeu 6,5 milhões de dólares em “vantagens econômicas indevidas”; o ex-presidente chegou a comprar um Fiat Elba com um cheque-fantasma. Segundo especialistas, ele agiu, enquanto ela se omitiu. A presidente também tem uma base muito mais forte no Congresso — no papel, a petista tem o apoio de quase 380 deputados, dos quais 64 de seu partido; Collor era de um partido nanico, o PRN,

**NAS RUAS** Segundo o Datafolha, 27% dos que foram à Paulista em 15 de março defendiam o impeachment de Dilma

com 21 deputados, e sua base de 259 deputados se erodiu rapidamente.

### 9 Se Dilma sofrer impeachment, quem assume?

Michel Temer.

### 10 O vice-presidente também pode sofrer impeachment?

Sim, mas seria necessário um processo separado do de Dilma. Se Temer também for afastado pelo Congresso, aí há duas saídas possíveis: se isso ocorrer até a primeira metade do mandato, ou seja, até o fim de 2016, são convocadas novas eleições. Se for depois desse prazo, o Congresso realiza uma eleição indireta para escolher o presidente.

Especialistas consultados: Ives Gandra Martins, Carlos Velloso, Carlos Ayres Britto, Modesto Carvalhosa, Miguel Reale Júnior, Júlio Aurelio Vianna Lopes, Carlos Ari Sundfeld e Carlos Roberto Siqueira Castro.

## ANEXO C



# Gustavo Loschpe

## Há multidões em mim

No domingo 15, estava com meus filhos na passeata da Avenida Paulista. No meio da multidão de 1 milhão de pessoas, segundo a PM, lembrei-me de uma passagem que me marcou, do livro *A Condição Humana*, de Hannah Arendt: para gregos e romanos antigos, o conceito de privacidade, da vida privada, estava intimamente associado à ideia de privação, de falta (e não é por acaso que ambas as palavras têm raízes comuns em português e outras línguas modernas). “Um homem que levava uma vida exclusivamente privada, que — como o escravo — não podia penetrar a dimensão pública (...), não era plenamente humano.” Sei que muita gente de esquerda (que participa de outras passeatas, mais profissionais, se vocês me entendem...) vem dizendo que essas manifestações contra o atual governo são cheias de ódio, recalques etc. E é óbvio que, em agrupamentos com essa quantidade de participantes, houve também no domingo gente desequilibrada (sempre me impressiona como um microfone e uma plateia são um verdadeiro Viagra para certas mediocridades). Mas a tônica do domingo foi justamente o oposto: um movimento em que milhares de pessoas saíram da vida privada para a construção de algo maior, conjunta. Assim, reconquistaram um pedaço importante de sua humanidade — aquele que diz respeito a ver e ser visto pelo outro, a fazer algo pelos de-

### Que doce ironia do destino: o governo que insiste em nos separar foi justamente o catalisador do maior movimento de união nacional desde as Diretas Já

mais, a deixar no planeta um rastro de sua passagem por aqui ao fazer algo maior que si mesmos. A passeata foi, por isso, feliz e festiva. O sentimento não foi de ódio, mas de plenitude, de realização. Estávamos lá dizendo, a um governo que há mais de doze anos insiste na divisão, no sectarismo, na criação do “nós contra eles”, na separação de minorias, na cisão da sociedade, que, enfim, ele perdeu, seu esforço foi em vão: queremos mesmo é estar juntos. Queremos unir esforços. Queremos um país grande, pujante, melhor. Para todos. Que doce ironia do destino: o governo que insiste em nos separar foi justamente o catalisador do maior movimento de união nacional desde as Diretas Já.



Os manifestantes da sexta-feira, naquele esquizofrênico “protesto a favor”, vestiam vermelho e bradavam palavras de ordem. No domingo, a massa vestia verde e amarelo, empunhava o pavilhão da pátria e a música mais repetida era o *Hino Nacional*. Quando chegava à manifestação, cruzei com o deputado Paulinho da Força, com cara de poucos amigos e falando agitado ao celular. Depois descobri que ele fora banido do carro de som. Era um protesto da sociedade, não de partidos políticos. Esse movimento não vai se deixar instrumentalizar por quem quer que seja, porque é espontâneo: é o desejo que temos de construir um país melhor para os nossos filhos. Porque sabemos que o Brasil pode muitíssimo mais do que este governo tem a oferecer, que os brasileiros temos mais capacidades do que creem os atuais mandatários; não precisamos de cabresto nem de esmola.

Não foi por acaso que levei meus filhos, apesar de talvez serem pequenos demais para guardar a lembrança: gostaria que eles vissem, primeiro, a beleza e a grandiosidade que surgem quando as pessoas fazem algo pela coletividade. E, segundo, que soubessem que democracia, como tudo na vida, requer esforço. Votar é bom, mas não é suficiente: precisamos falar, caminhar, cantar, agitar. Ninguém fará isso por nós.

Essa passeata não aumentou minha raiva ou descontentamento com o governo Dilma. Pelo contrário, até: entendi que esse governo é uma página virada, e não faz sentido nutrir ódio de falecidos. Pode até ser que Dilma chegue ao fim do mandato, mas ficarei surpreso se ela conseguir efetivamente governar. No melhor cenário para a presidente, os próxi-



### DOMINGO HISTÓRICO

*A passeata foi feliz e festiva. O sentimento não foi de ódio, mas de plenitude, de realização. Queremos unir esforços. Queremos um país grande, pujante, melhor. Para todos*

de todos os milhões de pessoas que a compõem. Mas suspeito que as próximas passeatas terão mais gente do que esta última. Porque quem foi nesta há de certamente querer voltar, e trazer mais amigos e familiares. E quem, descontente com esse mar de lama e inépcia que nos assola, não participou deve estar se remoendo de arrependimento. A planície deverá continuar rugindo enquanto a combinação de corrupção, inflação e recessão estiver na capa dos jornais.

mos quase quatro anos serão de manobras para se manter no poder. Não creio que consiga construir ou legar algo, porque a maioria da população — como demonstram os 62% de ruim ou péssimo no último Datafolha e os fantásticos painéis de TV — simplesmente não tolera mais ouvi-la. Nossa relação com Dilma é como a daqueles casais que se detestam: eles podem até precisar continuar a viver sob o mesmo teto em razão dos filhos ou de questões financeiras, mas sabem que jamais se amarão novamente. O sentimento que ficou da passeata foi de energização e esperança.

Energização porque hoje me sei parte de algo muito grande. Como escreveu Walt Whitman: “Eu sou vasto, há multidões em mim”. Eu estou na multidão, e a multidão está em mim. Não pretendo me desfazer desse vínculo. Sempre que houver gente nas ruas pela causa de um Brasil maior, eu estarei lá. E esperançoso porque estou vendo uma parte da nossa sociedade que até hoje foi majoritariamente inerte e passiva finalmente abraçar este país como sendo seu, assumindo suas responsabilidades de cidadão. É algo raro na nossa história, quase sempre urdida em gabinetes de poucos. Não sei quanto tempo isso há de durar (provavelmente pouco, dada a nossa tradição no assunto), mas, mesmo que seja efêmera, é uma passagem que nos engrandece e protege: todo governante incompetente ou pilantra (ou, como o atual, ambas as coisas) haverá de saber que nossa tolerância tem limites.

O que acontecerá daqui para a frente? Arendt, no mesmo livro já citado, ensina que a característica da ação pública é sua imprevisibilidade. Sabemos como ela começa, mas nunca como terminará, porque é moldada pelos medos, desejos, erros e acertos

Resta saber como reagirá o Planalto. Vejo dois caminhos. No primeiro, Dilma aguenta o tranco, mantém o ajuste fiscal, corrige grande parte dos erros do primeiro mandato e sobrevive a dois anos duros, colhendo alguma calma nos dois últimos anos de mandato. O problema aqui é de timing. Como se diz no mercado financeiro, seu dinheiro pode acabar antes de ficar provado que você estava certo. A insistência em um ajuste recessivo, comprovando o estelionato eleitoral, rouba de Dilma o grosso de sua base de apoio, desiludida com um governo petista que faz uma gestão tucana. Sem esse apoio, talvez o governo não tenha tempo de insistir no acerto, antes que lhe falte sustentação. O mais provável, portanto, é que os camaradas abracem os populistas que há dentro deles e dobrem a aposta em um governo “de esquerda”, fiscalmente irresponsável, gastador. A economia iria para o be-lêléu, a inflação voltaria forte, o real e a bolsa derreteriam, Levy iria embora, o confronto social seria terrível, mas a presidente reconquistaria o apoio dos 30% que são petistas fiéis. Com essa base e com os gordos cofres do governo à disposição, cindiria profundamente o Brasil, apostando no trololó da defesa dos oprimidos contra os interesses da elite para se manter no poder.

Sinceramente, espero que nada disso aconteça. Acho que esse governo perdeu as condições de liderar o Brasil e de tirá-lo da crise em que ele próprio, desnecessariamente, o meteu. Se Dilma tiver espírito público, entenderá que sua permanência no poder prejudica o país e renunciará. Ou, se a população continuar a ter espírito público, oxalá o Congresso encontre maneiras de, na estrita legalidade, impedir esse governo de continuar afundando o país.

GUSTAVO IOSCHPE  
é economista

## ANEXO D

CAPA

# COMEÇAR DE NOVO?

*Menos de três meses após o início do segundo mandato, o arranjo institucional que sustenta o governo se desintegra*

por ANDRÉ BARROCAL

**A**O ASSUMIR o segundo mandato, Dilma Rousseff anunciou na Câmara dos Deputados o lema do governo dali por diante: “Brasil, pátria educadora”. Onze semanas depois, o escolhido para transformar o slogan em realidade à frente do Ministério da Educação foi ao mesmo plenário e realmente fez história. Chamado a explicar uma declaração do fim de fevereiro, segundo a qual a “direção da Câmara será um problema grave para o Brasil” e havia ali “uns 300, 400 deputados achacadores”, Cid Gomes evitou os panos quentes. Ao contrário. Diante do presidente da Casa, Eduardo Cunha, símbolo das críticas do ministro, pediu desculpas a quem se sentiu pessoalmente ofendido, mas assumiu e repetiu afirmações. Foi além. Dedo em riste na direção de Cunha, que o havia chamado de mal-educado dias atrás, disparou: “Prefiro ser acusado de mal-educado a ser acusado de achacar empresas, como ele”. Gomes sugeriu ainda aos parlamentares da base aliada não dispostos a defender o governo: “Larguem o osso”. Aplaudido por quem acompanhava o depoimento das tribunas da Câmara, o ministro deixou o Congresso, dirigiu-se ao Palácio do Planalto e entregou o cargo. Dilma Rousseff aceitou. A conversa durou pouco e a saída foi comunicada em uma nota lacônica.

O episódio encerra por ora uma rixa entre as famílias Gomes e Cunha, a favor deste último. Por causa do momento, contém, no entanto, um significado político maior, qui-

çá um prenúncio. A administração inaugurada sob o lema “pátria educadora” está obrigada a recomeçar do zero, como apelam conselheiros e aliados da presidenta. E como já se admite no Planalto, Acuada pelas manifestações pró-impeachment e pelas queixas contra o ajuste fiscal, sempre em choque com a classe política e tímida diante dos microfones, a presidenta vê seu ibope em queda livre e perto dos índices de Fernando Collor às vésperas da deposição. É a pior fase do lulismo desde 2003.

A distribuição de forças dentro do governo, desenhada na montagem da Esplanada dos Ministérios, passa por uma revisão. Se de início a aposta era reduzir a dependência do PMDB, até por conta da presença de personagens da estirpe de Cid Gomes, do PROS, a ordem agora

ED FERREIRA/ESTADÃO CONTEÚDO E GIVALDO BARBOSA/AG. O GLOBO



A presidenta perde o ministro Cid Gomes, culpado por dizer verdades à Câmara e seu presidente, Eduardo Cunha

é a busca de uma reaproximação com o partido do vice Michel Temer. O núcleo do governo promete, finalmente, incorporar os peemedebistas ao centro das decisões, o que significa em última instância mais cargos em todos os escalões. Antecessor de Cunha no comando da Câmara, Henrique Alves se aquece à beira do campo, à espera da escalção.

**O** rearranjo tende a atingir os ocupantes dos estratégicos postos palacianos. Os ameaçados são os chefes da Casa Civil, Aloizio Mercadante, e da Secretaria de Relações Institucionais, Pepe Vargas, ambos do PT. Comandados pelo ex-presidente Lula, parlamentares petistas estão em campanha para tirar





## CAPA

de Mercadante o posto de principal conselheiro e estrategista de Dilma. Não enxergam nele habilidade para compensar a falta de jogo de cintura da presidenta. A crítica estende-se a Vargas. Para a função de Mercadante, Lula e o PT querem o ministro da Defesa, Jaques Wagner.

Dilma, não é de hoje, tem sido pressionada a esvaziar o poder de Mercadante, mas a delicada conjuntura aos poucos mina seu poder de resistir. A dúvida é em qual função Wagner assumiria o leme político do governo. Na própria Defesa? Na Casa Civil? A presidenta gosta do estilo gerencial de Mercadante e não quer abrir mão do auxiliar. Muito menos o chefe da Casa Civil parece disposto a ver seu espaço reduzido. A hipótese de voltar à Educação não o entusiasma. Enquanto isso, Wagner observa a distância a hipótese de integrar a chamada cozinha do Planalto.

**A** pressão em prol de um rearranjo do governo aumentou após as manifestações do domingo 15 que levaram milhares de brasileiros às ruas em várias cidades do País. Graças à fragilidade política da mandatária e a uma marotice da oposição, o governo fez acrobacias com o assunto. O objetivo dos fomentadores dos atos era pedir a deposição presidencial, por *impeachment* ou por meio de um golpe militar. Dilma reagiu, porém, como se as passatas fossem partidárias e espontâneas e reivindicassem apenas o fim da corrupção. Em entrevista na segunda-feira 16, declarou-se “humilde” e pronta a “escutar” e “dialogar” com as ruas. Resta saber como seria possível conversar com quem não aceita outra solução senão a sua saída da Presidência. No dia seguinte, o Vem Pra Rua, um dos promotores das manifestações, divulgou “carta de repúdio às reações do governo federal”. E anunciou novos protestos para 12 de abril.

A organização das marchas e o perfil de seus participantes evidenciaram a pouca disposição para conversa. Vá-



Aécio Neves e FHC estimulam o caos



rias páginas no Facebook convocatórias dos protestos defendiam o *impeachment*. Dos 210 mil manifestantes que foram à Avenida Paulista, diz o Datafolha, 47% exigiam o “Fora Dilma” ou “Fora PT”. Outros 47% afirmavam protestar contra a corrupção. Como 90% dos entrevistados disseram crer que Dilma sabia da corrupção na Petrobras, até quem dizia protestar genericamente contra a corrupção mirava a presidenta. No Paraná, o cenário era bem parecido. Segundo o instituto Paraná Pesquisas, 85% dos manifestantes defendiam o *impeachment*.

Os tucanos também tiveram sua cota de acrobacia no trato das manifestações. Estimularam os protestos, ajudaram a

organizá-los (até financeiramente, consta), mas queriam aparecer apenas como intérpretes, não líderes do movimento. Uma tentativa de fugir do rótulo de golpistas. A artimanha explica uma certa dubiedade do tucano-mor, o ex-presidente Fernando Henrique. Antes dos protestos, FHC comparava o *impeachment* à bomba atômica: para dissuadir, não para usar. Depois, afirmou que a presidenta tem perdido as condições de governar e que, caso apareçam provas de seu envolvimento no escândalo da Petrobras, “a lei deve ser cumprida”.

**O** PSDB esforça-se para vincular Dilma à Operação Lava Jato. Depois de o ministro Teori Zavascki, relator do caso no Supremo Tribunal Federal, ter arquivado um pedido do oposicionista PPS de abertura da investigação contra a petista, o senador Aécio Neves, presidente nacional do partido, e uma frente da oposição encaminharam ao magistrado um novo pedido na quarta-feira 18. Para acalmar os opositores, Zavascki solicitou um novo parecer do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, inicialmente contrário à ideia.



Rossetto e Cardozo:  
o silêncio teria sido  
mais produtivo

Não fosse a fragilidade política, o governo não precisaria se preocupar com a tentativa da oposição de usar as ruas para derrubá-lo. E a falta de criatividade e iniciativa leva-o às soluções habituais e que não têm dado resultado animadores. Em resumo, uma tentativa de reconquistar o apoio de um Congresso cada vez mais alinhado à ideia do salvar-se quem puder e outra de convencer velhos aliados de que o ajuste fiscal recolocar o País novamente nos trilhos, apesar dos altos custos da transição.

**E**m seu plano de embaralhar o *impeachment* e as manifestações, o PSDB contou com o costumeiro apoio da mídia, diz o deputado Paulo Pimenta, do PT gaúcho, presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara. Para ele, as passeatas foram noticiadas pelas tevês como “apartidárias, bonitas e pacíficas”, o que empurrou um “governo fraco e sem comando” para uma “reação burocrática”. Estimulado pela cobertura jornalística, houve petista desgostoso com Dilma que preferiu ficar com as ruas. No dia dos protestos, o senador Walter Pinheiro, da Bahia, leu na internet que um ministro

## REAÇÕES DISTINTAS DO GOVERNO: FALOU GROSSO COM OS PROTESTOS DO DIA 13 E FINO COM AS MANIFESTAÇÕES DO DIA 15

estranhara os cálculos da Polícia Militar sobre o número de presentes. Ligou para o ministro e disparou: “Em vez de ficar preocupado se tinha 10 ou 10 mil, deveria se preocupar com o recado, não importa de quem veio”. O anônimo ministro acertou, como mostraria o Datafolha. A PM exagerou, em São Paulo e em Porto Alegre, no mínimo.

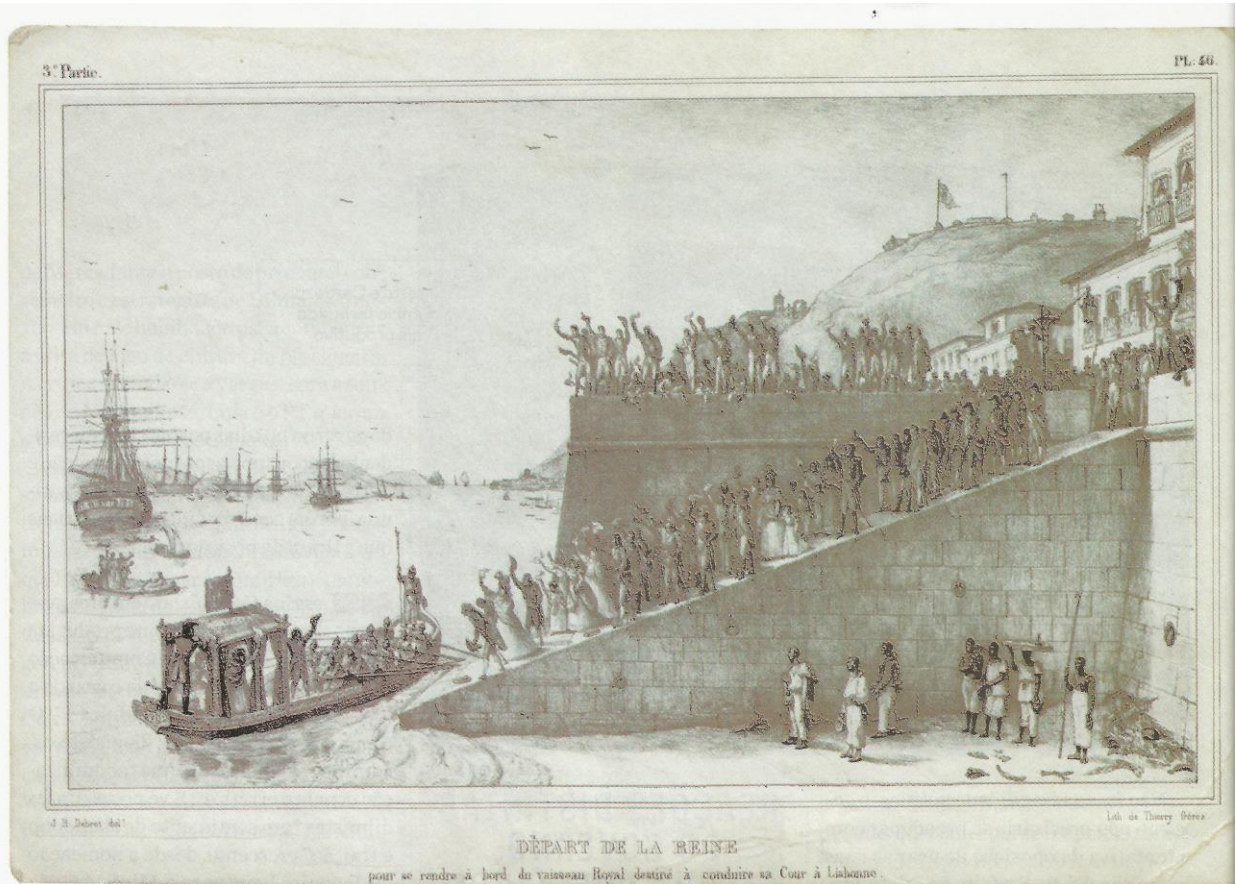
Preocupado, Lula reuniu-se com auxiliares na segunda-feira 16 e em seguida viajou a Brasília. Na capital federal, conversou com aliados e jantou com Dilma. Não se conhece o exato teor da conversa, mas houve uma tentativa de reação

do governo nos dias posteriores. A presidenta lançou um pacote anticorrupção e outro de moralização no futebol. Continua, porém, sem medidas mais práticas que a tirem da posição defensiva.

**E**ssa inação está clara em uma avaliação aparentemente produzida pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência e vazada a jornalistas na terça-feira 17. O texto, que erra em vários diagnósticos, admite a existência de uma “comunicação errada e errática”. E vê nos eleitores dilmistas “um sentimento de abandono e traição” crescente, desde a nomeação de Joaquim Levy para o Ministério da Fazenda e das medidas de ajuste fiscal, contra as quais partidários de Dilma foram às ruas na sexta-feira 13. Em relação a essas manifestações, o Palácio do Planalto reagiu de forma diferente. Nada da “humildade” exibida diante da turma pró-*impeachment*. A presidenta preferiu um tom mais duro e firme, sem concessões. “Não vou deixar de dizer para todo mundo que nós queremos fazer o ajuste.” E mais: ele seria praticado “com convicção e com paixão”.

A análise interna da Secretaria de Comunicação tornou-se pública graças a um equívoco do ministro Thomas Traumann, que enviou o texto por e-mail por engano a um repórter do jornal *O Estado de S. Paulo*. O engano custou mais dor de cabeça ao Planalto. O senador Aloysio Nunes Ferreira, do PSDB paulista, pediu a convocação do ministro ao Senado. Quer explicações sobre o que considera o uso indevido de verba oficial para a manutenção de uma rede de propaganda partidária. Traumann saiu de férias, até para cuidar de problemas familiares. •

## ANEXO E



Os mesmos que viram Carlota Joaquina partir do Rio de Janeiro em 1821

# O BRASIL EXPLICA A SI MESMO

*Estado patrimonialista, governo no breu,  
povo no limbo pela prepotência  
de uma elite predadora e irresponsável*

por MINO CARTA

18 CARTACAPITAL.COM.BR

**O** GENERAL De Gaulle não tinha uma boa opinião a nosso respeito. Disse um dia: “O Brasil não é um país sério”. Meu pai

dissera algo mais preciso bem antes do que ele, começos da década de 50: “A situação aqui é sempre grave, nunca séria”. Tudo depende do significado que se atribui ao qualificativo. Vejamos. A crise política, econômica e social que o País enfrenta agora é seriíssima.

Poderia ser de outra maneira? É como se estivéssemos a colher mais uma prova da incompatibilidade entre Brasil, democracia autêntica e senso republicano. Por isso, mesmo a gravidade do momento carece, de certa forma, de seriedade por resultar da pequenez moral e intelec-



... assistem à passagem da manifestação contra Dilma no interior do Rio Grande do Sul, domingo 15 de março

tual das personagens que a precipitam.

A nação paga por sua imaturidade, por uma espécie de incapacidade orgânica de sair da Idade Média em que cuidou de mantê-la a dita elite. Ou, por outra, de absorver a contento a ideia de democracia, a partir dos pressupostos básicos, essenciais, que a viabilizam. Um celebrado sociólogo, professor universitário, aponta as manifestações de domingo como prova da nossa pujante democracia. Só mesmo Deus haverá de apiedar-se da alma dele.

O mestre, uspiano aliás, não é exemplo isolado. Longe disso, a ignorância campeia mesmo nos mais elevados patamares da cultura nativa. Falei, porém, em nação, e sequer nação ela é, na acepção correta. Sabemos que o País foi excepcionalmente favorecido pela natureza. Haveríamos de entender por que não esteve à altura da

## EXISTE UMA CLARA INCOMPATIBILIDADE ENTRE O PAÍS DE HOJE E DE SEMPRE, E A DEMOCRACIA

dádica. A única certeza em matéria: o povo é a vítima coral do inesgotável instinto de predação dos donos do poder.

Momentos houve, a deixarem transparecer o anseio de democracia, primeiro as manifestações fluviais das Diretas Já, depois as eleições de Lula e Dilma, sem exclusão da segunda em outubro do ano passado. As esperanças de 1984 naufragaram no Congresso e o povo teve de se conformar com as indiretas de 85, a celebrar pretensamente a redemocratização onde a democracia jamais foi praticada. Quando se apresentou a possibilidade

de que o processo de modernização social pudesse finalmente ser encaminhado, desabou o golpe de 64.

Figueiredo saiu pelos fundos do Planalto em março de 85, mas o que se deu em seguida não foi o retorno às esperanças da quadra espriada entre o mandato de Getúlio eleito em 1950 e o golpe civil-militar, que muitos, até anteontem, chamavam de revolução. Perdão, com erre grande. As mudanças pelas quais o mundo passou influenciaram a situação do Brasil e da América Latina, desde o declínio avançado do império soviético até o fracasso norte-americano no Vietnã, desde o primeiro choque do petróleo até a candidatura da China a protagonista da cena global. Etc. etc., não custa averiguar.

O Brasil, por seu lado, retomou o andante de uma política de cartas

CAPA

# O ESTADO DE S. PAULO



Segunda-feira 16 DE MARÇO DE 2015 R\$ 3,00 ANO 138 Nº 44344

EDIÇÃO DE 0H30 [estadão.com.br](http://estadão.com.br)

## Manifestação contra Dilma é a maior desde as 'Diretas-Já'

● Multidão vai às ruas em todos os Estados, no Distrito Federal e até em cidades do exterior ● Manifestantes pedem 'Fora Dilma' e 'impeachment' ● Pequenos grupos defendem intervenção militar ● Políticos de oposição não têm protagonismo

marcadas, de uma desigualdade social sem par e de uma economia baseada em boa parte na exportação tradicional de commodities. Daí, um solavanco. Um ex-metalúrgico, fundador e líder do Partido dos Trabalhadores, ganha as eleições de 2002 e desfaz outra tradição, a dos presidentes bacharéis engravatados. O destino é generoso com Lula, ele não deixa de sê-lo com o próprio destino. Faz algumas concessões, algo assim como pagar o preço de um começo de política social nunca dantes navegada, capaz de tirar da miséria milhões e milhões de brasileiros, conquanto não lhes propicie automaticamente a consciência da cidadania.

**A** situação econômica mundial favorece o ex-sapo barbudo, capaz de vencer batalhas muito duras para figurar ao cabo de dois mandatos como o presidente brasileiro mais popular de todos os tempos, justo prêmio para quem fez o melhor governo dos tempos todos. Como era de se esperar, ao contrário de Fernando Henrique Cardoso, faz seu sucessor, ou seja, sua sucessora. Os tempos globais mudaram, entretanto, o neoliberalismo atingiu muitos dos seus objetivos devastadores, e promete alcançar outros, quem sabe letais. Neste contexto internacional há de ser analisado o governo

de Dilma Rousseff, enquanto o cenário nacional, a partir de 2003, em nome da chamada governabilidade, impõe a incômoda aliança com o PMDB. O qual, como disse o vice-presidente Michel Temer, antes do último pleito, com outras palavras, mas com sentido solar, apoia quem for poder. Arlequim da política.

E o PT? O partido conduziu Lula ao governo e no governo porta-se como todos os demais, conforme as regras useiras deste nosso tempo medieval, sem detrimento do uso de computadores e celulares cada vez mais sofisticados. Bem disse a presidenta, a corrupção é senhora idosa.

Espanta, porém, que o PT a mantenha em vida com dedicação total. Basta isso para explicar os dias de hoje? O vácuo de poder, a falta de liderança, a nau desgovernada? É o próprio Brasil que explica a si mesmo.

Quando na noite de domingo 15 despontam no vídeo os ministros Cardozo e Rossetto, fiquei entre atônito e perplexo. Dois pobres-diabos, diria meu pai, aquele que falou antes de De Gaulle. Pergunto-me o que faria, nas mesmas circunstâncias,

Brasileiro insólito, cidadão destemido, político honrado, Cid Gomes sai do governo, ao qual mal tinha chegado, por ter dito a sacrossanta verdade



MARCELO DE FRANCESCHI

# O GLOBO

SEGUNDA-FEIRA, 16 DE MARÇO DE 2015 ANO XLII - Nº 20.806

Ernesto Marinho (1876-1925) — (1904-2003) Roberto Marinho

RIO DE JANEIRO [globo.com.br](http://globo.com.br)

Estes jornalões falavam em democracia salva quando do golpe de 64 e foram críticos ferozes das Diretas-Já, que agora evocam como evento exemplar

A VOLTA DOS PROTESTOS

## Democracia tem novo 15 de março

Em todo o país, 2 milhões vão às ruas contra o governo

Surpreendido, Planalto reage com promessas

Panelação nas cidades vira resposta à fala de ministros

um estadista, e nem ousou falar de um Churchill ou de um Roosevelt. No entanto, imaginar que figuras tamanhas possam medrar entre nós é sonho impossível. Pois é. Ouvimos palavras inúteis, melhor seria não pronunciá-las. Sem dizer de Cardozo, e do seu currículo, a incluir serviços advocatícios a favor de Daniel Dantas, e também políticos, ao conduzir o então predecessor Márcio Thomaz Bastos para um jantar na casa do “democrata” Heráclito Fortes em companhia do banqueiro do Opportunity. Ano de 2005, e não perco tempo para ilustrar as intermináveis façanhas de Dantas. Sublinho, apenas: não é extraordinariamente brasileiro aquele jantar?

**N**ão me detenho em Cardozo, chamo atenção para as falhas da presidenta na escolha dos seus principais colaboradores. E na incapacidade geral de mudar as fórmulas e renovar as estratégias. De recorrer a receitas ditadas pela imaginação, pela pontual interpretação dos eventos. Nada disso, não se escapa aos panos quentes e à tentativa de seduzir à velha maneira o inimigo figadal. Deste ponto de vista, o documento da Secretaria de Comunicação Social da Presidência, secreto e brasileiromente vazado, é peça exemplar. Sugere-se ali, como tentativa

de antídoto, aumentar o volume de publicidade governista na mídia paulista, por ser São Paulo o epicentro das manifestações anti-Dilma. Donde, trata-se de apaziguar pretensos jornalistas e seus empregadores ao som do vil metal, em vez de brindá-la com aquilo que merece. O fim do monopólio e do oligopólio midiáticos, como é próprio de uma verdadeira democracia.

É do conhecimento até do mundo mineral que a mídia nativa assumiu há muito tempo o papel de oposição, e foi decisiva para as marchas antidemocráticas de domingo 15. A secundar os interesses da minoria privilegiada e a se aproveitar, em larga medida, da credulidade, do espírito de imitação, da vocação festeira de inúmeros brasileiros. Atente para aquilo que haveria de ser óbvio, senhora presidenta: é a mesma mídia que está a transformar em heróis os senhores do PMDB que no momento controlam o Congresso e, se permitir, o seu próprio destino, muito antes do que o PSDB. Herói, este sim, e sublinho a palavra, é Cid Gomes, já ex-ministro da Educação, mal chegado ao posto. Saído do governo por obra da pressão peemedebista, réu por ter dito a sacrossanta verdade. Brasileiro raro, brasileiro destemido, fiel aos princípios que declara com a devida nitidez e sem hesitação, e com insólito espírito público.

democracia, contra a vontade dos mesmos *Globo* e *Estadão*, críticos ferozes do movimento. Naquela tarde, os repórteres globais tiveram de se manter afastados da praça, a bem de sua incolumidade física. De noite, uma perua da emissora foi incendiada na Avenida Paulista.

**T**ratava-se da vanguarda de uma imprensa que implorou o golpe de 64 e o apoiou até o fim, com grandes benefícios sobretudo para a Vênus Platinada, que os teve também na redemocratização de fanfarraria. O Brasil de 2015 não é o de 64. Como *illo tempore*, de todo modo, chances de diálogo não há. E nunca houve. O que talvez hoje se verifique é uma perspectiva de radicalização. Nem por isso o desfecho desta crise torna-se previsível. A radicalização é evidente, aonde leva não se sabe, mesmo porque as tendências habituais de leniência e resignação estão no DNA do País.

Se Dilma busca a costumeira conciliação das elites, ao nomear Joaquim Levy para a Fazenda, ou fazer de Rossetto e Cardozo seus porta-vozes, ou a cumular de publicidade a mídia paulista, ou ao anunciar programas anticorrupção, ou ao facilitar a saída de Cid Gomes do seu ministério, está profunda e irremediavelmente errada. ●

## ANEXO F

CAPA

# O FIM DO MITO DA CIVILIDADE POLÍTICA

*A grosseria, fanfarronice e vulgaridade exibidas pela direita antes da ditadura renascem com força no cenário*

por MARCOS COIMBRA

**A** LONGO dos últimos 50 meses, a avaliação da presidenta Dilma Rousseff atravessou altos e baixos. Teve níveis positivos tão elevados quanto aqueles de Lula. E negativos como os de Fernando Henrique Cardoso. Mais do que qualquer um dos demais presidentes pós-ditadura, conheceu o paraíso e o inferno da popularidade.

José Sarney nunca obteve avaliação favorável equivalente, nem no auge do Plano Cruzado, e pode ser comparado à presidenta apenas na reprovação que ela no momento recebe. De Fernando Collor nem sequer é preciso falar, pois só foi bem-avaliado antes da posse. Após assumir o poder, a queda na sua aprovação foi quase ininterrupta.

O percentual de avaliação positiva de FHC, entre março de 1995 e o fim de 2002, nunca passou de 45%, incluído o ápice alcançado durante a campanha presidencial de 1998. Apesar de toda a prestidigitação do Plano Real e de contar com a simpatia da mídia, sempre foi visto com reticência por uma ampla parcela da população.

Com Lula deu-se o contrário. Nem no auge das denúncias do “mensalão”, em 2005, ele ficou abaixo de 30% na avaliação positiva ou viu a negativa subir além desse percentual. E recuperou o que perdera ainda no correr de 2006, para terminar o primeiro mandato com 57% de aprovação. Nos anos finais do segundo mandato, transpôs o patamar de 60%. Galgou aos 70%, em 2008 e 2009, e aos 80%, em 2010. A avaliação negativa mal chegava a 4%.

Em termos de popularidade, Dilma teve o melhor início de primeiro mandato de

nossa história recente. Durante os 12 meses entre o começo de 2012 e o de 2013, a soma de quem considerava seu governo “ótimo” e “bom” chegou a 60% e continuou a subir até atingir 65%. Números superiores aos de Lula em período parecido.

No caso Dilma, dois fenômenos são extraordinários. Em primeiro lugar, o fato de ter chegado cedo a níveis elevadíssimos de aprovação. Em segundo, a velocidade do aumento de sua reprovação nos dois períodos em que aconteceram quedas de avaliação: em meados de 2013, na esteira das manifestações do passe-livre, e neste início de segundo mandato.

**Q**uando se analisa em retrospectiva, parece provável que sua popularidade até a metade de 2013 estivesse superdimensionada. A soma dos índices de “ruim” e “péssimo” era de um dígito, entre 5% e 7%, a depender da pesquisa. Como explicar esses índices depois de uma eleição na qual a oposição obtivera 44% dos votos? Onde foram parar 80% dos eleitores que acreditaram no discurso de José Serra durante a campanha? Pouco mais de um ano depois, estavam todos encantados com a presidenta e consideravam seu um governo “ótimo” ou “bom”?

Relembremos ainda: Dilma era aprovada por dois terços da população, apesar do paroxismo do carnaval em torno do “julgamento do mensalão”, que estava em curso. Enquanto o PT e suas lideranças eram submetidas a um massacre cotidiano pela mídia, seria realmente menor de 10% a proporção dos insatisfeitos com o governo? O antipetismo tinha desaparecido? Onde estavam aqueles que sempre votaram contra o partido e preferiram candidatos de outras legendas ao escolher deputados, senadores, governadores, prefeitos e vereadores? Que nunca votaram em Lula para presidente, em nenhuma das eleições anteriores? Que tinham birra do PT e dos petistas?



Uma clara demonstração não só da cordialidade do brasileiro, mas do caráter democrático e pacífico dos protestos do domingo 15

Estavam onde sempre estiveram, apenas caladas.

De meados de 2013 em diante, tudo indica, o antipetismo mudou. De um sentimento real e significativo, mas expressado apenas nos períodos eleitorais, passou a ser exposto a qualquer momento. Deixou de ser quase privado, comportamento que os bons modos políticos não permitiam ser exibido, salvo para quem não tinha pudor em se mostrar radical de direita, e saiu do armário. Foi gritar na internet ou na rua.

A cultura política brasileira hegemônica é atavicamente conservadora e antipopular. Ao longo de nossa trajetória, as classes dominantes, seus intelectuais e os meios pelos quais se expressam foram antilibertários, antiabolicionistas, antissindicalistas, antissocialistas, anticomunistas, antiesquerdistas, antitrahbalhistas. Salvo raras exceções, sempre contadas nos dedos.

A ditadura instalada em 1964 e suas atrocidades envergonharam a direita. Seus expoentes mais qualificados ficaram com receio de falar claramente. Alguns pediram, contritos, perdão por exageros reacionários. Da boca para fora.

## MAS O PROBLEMA DO GOVERNO NADA TEM A VER COM ESSA TURMA. ELE RESIDE EM OUTRO PONTO, NA FRUSTRAÇÃO DA BASE DE APOIO DA PRESIDENTA

**D**esde 2013, passamos a conviver com outra realidade. O que sempre houve, mas só era visível nas apertadas vitórias de candidatos de esquerda, ficou óbvio: a direita existe, é grande e radical no Brasil. O sucesso da presidência de Lula inibiu suas manifestações. Mas as condições mudaram. Hoje esse quinhão diz achar “péssimo” o governo de qualquer petista e justifica tal posição com qualquer pretexto disponível.

É tolo discutir-se houve 1, 2 ou 3 milhões de manifestantes no domingo 15. O relevante é o perfil de quem protestou, segundo as pesquisas: eleitores de Aécio Neves, o tucano derrotado nas urnas em outubro passado. Em São Paulo, a proporção passou de 90% (chegou a 97%, segundo alguns levantamentos).

É estranho haver uma direita ativa, que vai à rua e defende suas ideias, mesmo o lixo ideológico do nazifascismo ou do militarismo? Não na grande maioria dos países democráticos. Não no Brasil de antes da ditadura.

Foi boa, enquanto durou, a civilidade da vida política pós-redemocratização. Era, porém, ilusória. A grosseria, a fanfarronice e a vulgaridade da direita voltaram para ficar.

O problema de opinião pública enfrentado pelo governo nada tem a ver com essa direita na rua. Sua solução reside na capacidade de se definir um caminho para preservar e aprofundar os vínculos com suas bases na sociedade. Os números atuais das pesquisas deveriam preocupar a presidenta apenas por sugerirem que este início de segundo mandato tem frustrado essa base. •



## ANEXO G

CAPA

# SOBRE MARCHAS E CONTRAMARCHAS

*Nas almas dos revoltados brasileiros fumegam os miasmas do atraso oligárquico e os vapores da barbárie tecnológica hipermoderna*

por LUIZ GONZAGA BELLUZZO

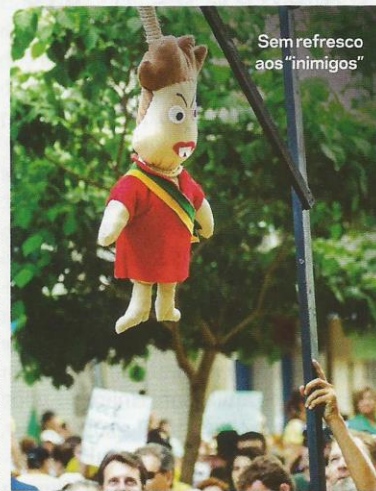
**N**A PASSEATA da dominieira, 15 de março, a rejeição da política encontrou expressão variada, aí incluída a intolerância com os políticos impedidos de falar ao distinto público aglomerado na Avenida Paulista e adjacências. Os manifestantes rodopiavam as palavras de ordem estampadas em faixas e cartazes, em uma algazarra de significados e insignificâncias.

A política democrática está na lona golpeada pela descrença. As instituições incumbidas de realizar as mediações entre a particularidade dos interesses e a totalização das demandas estão em frangalhos e a sociedade parece mergulhar no abismo hobbesiano da ambição e do medo. A algazarra ideológica testemunha o estilhaçamento do Estado, o Deus Mortal cujos despojos são disputados pelos chacais que advogam o golpe militar.

As exaltadas conclamações para o retorno dos militares foram escoltadas por sugestões de desrespeito à lei e aos direitos individuais e coletivos. No chorrilho de insensatez e nonsense estava engastada uma joia digna do *Samba do Crioulo Doido*: “Fora STF, Viva o Ministério

Público e a Polícia Federal”. Só faltou a Princesa Isabel se casar com Tiradentes.

Nas almas dos revoltados brasileiros fumegam os miasmas do atraso oligárquico e os vapores da barbárie tecnológica hipermoderna das mídias sociais (ou antisociais?). É um equívoco generoso alçar as gritarias da manifestação de domingo às alturas e dignidades da luta de classes. As tropelias e arreganhos dos manifestantes são explosões explícitas de ódio ao que está no mundo de modo diferente. Ódio ar-



mazenado nos baixios do ressentimento que Nietzsche atribuía aos espíritos inferiores, incapazes de se afirmar diante da distinção do outro. É o igualitarismo stalinista dos promotores da desigualdade.

Essa turma não tem o hábito de dar refresco ao inimigo. Em suas fileiras abrigam-se os liberais que apoiam golpes de Estado, as camadas endinheiradas e remediadas que mal toleram a soberania popular e as gentes midiáticas que abominam a opinião divergente.

**O**s círculos do ressentimento desataram a costumeira rodada de críticas às leis destinadas a proteger os direitos individuais, a começar da Constituição. As baixarias revelam sobretudo indigência cultural e o desprezo absoluto pelos valores do liberalismo político, o que nos coloca na rabeira do processo civilizador, ou, se quiserem, na vanguarda do movimento de retorno à Idade da Pedra Lascada.

O Estado Democrático de Direito não “pegou” na terra de Santa Cruz. Seus princípios jazem inertes nos compêndios. As garantias individuais ainda não saíram dos códigos para ganhar vida nos ambientes sociais frequentados pe-



Neste caso, só faltava a Princesa Isabel se casar com Tiradentes

los abusos dos “senhoritos”, os desordeiros da “ordem” e seus sequazes. O Datafolha informa que 76% dos manifestantes têm nível superior. A cifra, em si mesma, é uma delação não premiada: o indicador está apontado para a impotência da educação em conter a degradação dos indivíduos na sociedade capitalista de massas.

Hanna Arendt em *As Origens do Totalitarismo* abordou o papel dos indivíduos “sem relações sociais normais” na ascensão do nazismo. Essa categoria social, na visão de Arendt, não tem a ver com a situação econômica e educacional dos indivíduos, “pois até os indivíduos altamente cultos sentiam-se particularmente atraídos pelos movimentos da massa informe”.

As transformações sociais e políticas na era do capitalismo tardio e da sociedade de massas é fruto da economia dos monopólios que promoveu a substituição da empresa individual pela coletivização da propriedade privada e, ao mesmo tempo, produziu a “individualização do trabalho”, engendrada pelas novas modalidades tecnológicas e organizacionais da grande empresa. A isso juntou-se a conversão ao regime salarial das profissões outrora conhecidas como liberais. A operação impessoal das forças econômicas produziu, em simultâ-

neo, o declínio do homem público e a ascensão do “homem-massa, cuja principal característica”, diz Arendt, “não é a brutalidade nem a rudeza, mas o seu isolamento e sua falta de relações sociais normais”.

**T**rata-se da abolição do sentimento de pertinência a uma classe social, sem a supressão das relações de dominação. “As massas surgiram dos fragmentos da sociedade atomizada, cuja estrutura competitiva e concomitante solidão do indivíduo eram controladas quando se pertencia a uma classe. O ‘pecado original’ da acumulação primitiva de capital exigiu novos pecados para manter o sistema em funcionamento e foi eficaz para persuadir a burguesia alemã a abandonar as coibições da tradição ocidental. Foi esse fato que a levou a tirar a máscara da hipocrisia e a confessar abertamente seu parentesco com a escória.”

Ao observar a tragédia do nazismo, Herbert Marcuse teve lucidez para perceber que o projeto da igualdade social e econômica está ancorado no respeito ao princípio abstrato da igualdade de todos perante a lei. Para Marcuse, era permanente o risco de derrocada do Estado de Direito: no nazismo, os grandes grupos

privados produziram a “coletivização privada” das relações econômicas, sobretudo ao impor o trabalho compulsório aos trabalhadores “livres”. Para tanto se apoderaram do Estado e suprimiram a sua independência formal em relação à sociedade civil. Sem as mediações da ordem jurídica “liberal”, os interesses da classe dominante passaram a se exercitar e por meio da ação do Estado Policial. É a pretensão de quem advoga o golpe militar: eliminar os divergentes para faturar e corromper sem risco de ir para a cadeia.

Os meios de comunicação de massa, compelidos pela disputa de audiência, são arrastados para o abismo da vulgaridade no afã de desinformar a “massa informe”. Eles repercutem e realimentam as simplificações e slogans que, para reproduzir suas formas de dominação, necessitam cada vez mais abastardar as faculdades de compreensão dos indivíduos entregues à sua solidão. Essa relação entre a linguagem midiática e as relações no interior da sociedade de massas legitimam as tropelias e ilegalidades pretendidas pelos homens sem pertinências.

Nos subterrâneos da antipolítica rasga a serpente com o ventre carregado de ovos podres. •

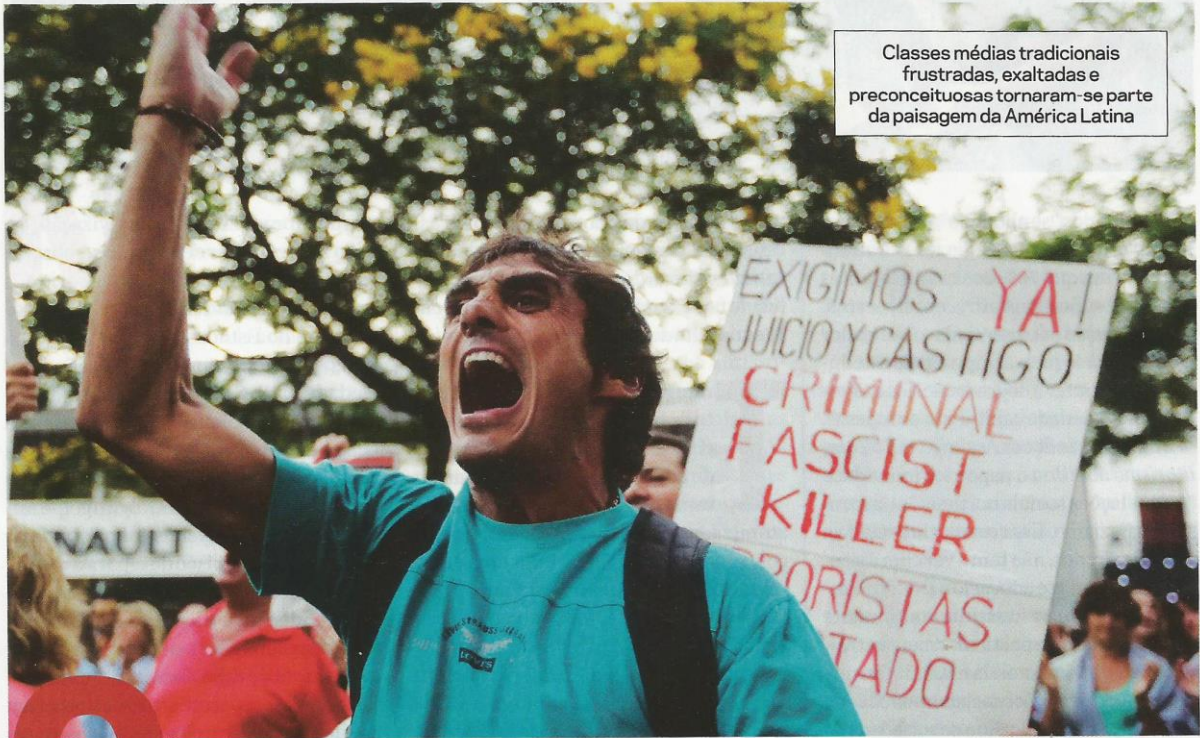
## ANEXO H

CAPA

# A ERA DA FÚRIA

*O tom raivoso e intransigente das manifestações é expressão de uma tendência mundial*

por ANTONIO LUIZ M. C. COSTA



Classes médias tradicionais frustradas, exaltadas e preconceituosas tornaram-se parte da paisagem da América Latina

**O**FENÔMENO tem um lado planetário e outro latino-americano. O aspecto mais mundial do problema caracteriza-se por uma disposição de abandonar o diálogo, a defesa racional de posições e os matizes políticos e ideológicos em troca de discursos de ódio que difamam e ameaçam,

sem pudor de apelar para todo tipo de preconceito de raça, religião, origem, gênero e sexualidade. O brado de “você está conosco ou contra nós”, outrora reservado a guerras totais e revoluções violentas, agora ressoa em qualquer tema imaginável, de política econômica a crítica de videogames.

O fenômeno ficou particularmente visível nos Estados Unidos a partir da

ascensão do Tea Party, na Europa com os partidos xenófobos, em Israel com o nacionalismo de Benjamin Netanyahu e no mundo islâmico com o ultrafundamentalismo do Estado Islâmico. Corre-se o risco de soar passadista, mas não se pode deixar de notar a relação entre essas atitudes e a explosão das redes sociais, das quais muitos, ingenuamente, esperaram o fim da manipulação das massas

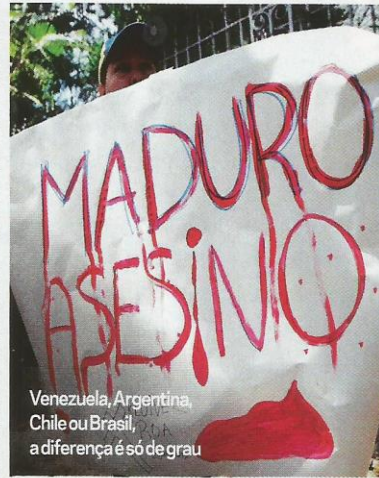
e o aperfeiçoamento automático da qualidade da informação e da democracia.

Entretanto, na medida em que o meio é a mensagem, esta passou a ser a do déficit de atenção. Boa parte do conhecimento acumulado da humanidade está disponível pela internet e ela continua, em princípio, aberta ao debate e produção intelectual, mas seus consumidores são cada vez mais passivos e condicionados a vídeos e imagens de impacto e mensagens curtas e superficiais. Ao mesmo tempo, expõem-se cada vez mais aos olhos inquiridores daqueles para quem as redes e buscadores de fato trabalham. Estes não só agências de espionagem como a NSA, mas empresas, organizações, partidos e quem mais possa pagar – ganharam instrumentos de agilidade e precisão jamais imaginadas para monitorar e influenciar atitudes e testar a receptividade a suas campanhas, tanto mais eficazes quanto menos discursivas.

Outra razão, sem a qual a primeira talvez tivesse menos importância, é a sensação de futilidade associada à razão comunicativa desde os anos 1990, dada a submissão geral da esfera política aos imperativos da globalização neoliberal e a incapacidade da social-democracia de oferecer uma verdadeira alternativa. A propaganda política baseada em frases de efeito e estilos substituiu a substância. O século passado foi chamado por Eric Hobsbawm de “Era dos Extremos”, mas se tratava de ideias radicais complexas e densamente articuladas. Este século é o da fúria sem argumentos, frequentemente por divergências triviais.

O lado mais latino-americano, ou talvez fosse melhor dizer “emergente”, pois também se verifica em países semiperiféricos de outros continentes (como a Tailândia), está ligado às dores do desenvolvimento desigual. Em muitos desses países, viveu-se uma fase de prosperidade na qual uma parte das massas ascendeu política e economicamente e conquistou novos direitos e inclusão social

com auxílio e encorajamento de governos e partidos populares. Por ora, é “nova classe média” apenas no sentido mercadológico de consumo de bens duráveis e viagens de férias, mas ameaça disputar espaços de lazer, trabalho e estudo com a classe média tradicional, disputar posições mais bem pagas ou com poder e prestígio, exigir ser tratada como igual e pôr sua marca no discurso público.



## DÉFICIT DE ATENÇÃO, FALTA DE ALTERNATIVAS E PERDA DE PRIVILÉGIOS CRIAM UMA SÍNDROME INTERNACIONAL

**M**esmo quando as economias crescem e as novas classes ganham sem as velhas sofrerem perdas materiais, estas se sentem prejudicadas por deixarem de se sentir especiais e exclusivas. A redução da desigualdade, a dissolução da ilusão da superioridade inata, a deterioração subjetiva da situação privilegiada, a divisão de espaço em aeroportos,

vestibulares, praias e consultórios são mais perturbadoras quando os intrusos são de origem étnica visivelmente diferente, caso da maior parte da América Latina.

Em nações em crescimento como a Bolívia, o conflito continua administrativo. Mas para a maioria a conjuntura mundial tornou-se desfavorável e a economia, um jogo de soma zero no qual alguém tem de perder. A diferença entre o que se passa no Brasil, na Argentina, no Chile e na Venezuela é no grau em que esse processo chegou a avançar e na disposição ao enfrentamento por parte do governo ameaçado e de suas bases. A velha classe média luta por fazer a história voltar para trás e repor a plebe em seu lugar.

É um sonho impossível, mas a verdadeira elite sabe usar essa fúria a favor de seus propósitos e a globalização e concentração do capital vistas nestas últimas décadas tornou isso particularmente fácil aos países ricos. Não só governos e agências de espionagem, mas também bilionários individuais entram no jogo geopolítico, às vezes em prol de causas mais extremas do que Washington está disposta a defender.

Mais de 90% da recente campanha eleitoral de Netanyahu foi financiada por estadunidenses e metade desse total veio de apenas três famílias. Sob a batuta do bilionário republicano Paul Singer, meia dúzia de fundos especulativos põe em xeque a economia de um país como a Argentina. Os irmãos Charles e David Koch, notórios nos EUA como organizadores e financiadores do Tea Party e das campanhas contra o controle de armas e de negação do aquecimento global, agora aparecem também como financiadores da formação de jovens e de institutos ligados à liderança dos protestos contra o governo brasileiro. Obviamente é tolo supor que manifestantes ou eleitores são “pagos” em massa, mas permitir a um punhado de jovens politicamente ambiciosos dedicar-se em tempo integral a uma agenda faz diferença, assim como o patrocínio de veículos e jornalistas simpáticos às suas causas. ●